

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE SÃO PAULO
PUC-SP

NILTON CÉSAR ARTHUR

NOÇÃO DE ESPAÇO
EM *AS PALAVRAS E AS COISAS*,
DE MICHEL FOUCAULT

MESTRADO EM FILOSOFIA

SÃO PAULO

2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA¹
DE SÃO PAULO
PUC-SP

NILTON CÉSAR ARTHUR

NOÇÃO DE ESPAÇO
EM *AS PALAVRAS E AS COISAS*,
DE MICHEL FOUCAULT

MESTRADO EM FILOSOFIA

SÃO PAULO

2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

NILTON CÉSAR ARTHUR

NOÇÃO DE ESPAÇO
EM *AS PALAVRAS E AS COISAS*,
DE MICHEL FOUCAULT

MESTRADO EM FILOSOFIA

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de MESTRE
em Filosofia, sob a orientação da Profa.
Doutora Salma Tannus Muchail

SÃO PAULO
2007

Banca Examinadora

RESUMO

Noção de espaço em *As Palavras e as coisas*, de Michel Foucault

Nilton César Arthur

Objetiva-se investigar, na obra *As Palavras e as coisas* de Michel Foucault, a compreensão da noção de “espaço”. O estudo recairá sobre as configurações epistêmicas encontradas ao longo da obra, pois a investigação aqui proposta pretende diagnosticar o espaço chamado epistêmico.

Para tanto, três momentos históricos - aqueles mesmos abordados em *As Palavras e as coisas* - serão contextualizados, a saber: o Renascimento, a Idade Clássica e a Idade Moderna. Todavia, cada uma das épocas, terá o enfoque e especificidades estritamente foucaultianas, já demarcados na própria nomeação: respectivamente a era da semelhança, a era da representação e a era da interpretação. Procurar-se-á descrever o espaço epistêmico, situado arqueologicamente, próprio de cada período citado.

Todavia, a pesquisa expressará uma especificidade na abordagem: a utilização de noções geométricas no diagnóstico proposto. Ou seja, a tentativa é aproximar-se da compreensão foucaultiana da noção de “espaço” valendo-se da abstração de um referencial de apoio: uma perspectiva de figuração geométrica configurando o espaço epistêmico. No diagnóstico, três noções geométricas serão aplicadas às três configurações epistêmicas descritas na obra: o círculo, o quadrado e a profundidade. O intuito é descrever as práticas geometrizadas da circularidade rotativa, da quadratura planificada e da constituição, em profundidade tridimensional, do volume no saber. Assim, descrever-se-á, para o período do Renascimento, o espaço epistêmico circular, cuja prática torneou a Idade da Decifração; para o período clássico, o espaço epistêmico plano, cuja prática embasou a Idade da Representação; e, por fim, para o período moderno, o espaço epistêmico volumoso, cuja prática inaugurou a Idade da Interpretação.

Palavras-chave: *EPISTÊMÊ* - ESPAÇO – DISCURSO - SABER

ABSTRACT

Michel Foucault's notion of space in *The Order of things*

Nilton César Arthur

The objective of this study is to research the notion of “space” in Michel Foucault’s work *The Order of things*. The study will be about epistemic configurations found all through his work, thus the proposal here is to diagnose the space called epistemic.

For this purpose, three historic moments – those approached in *The Order of things* – will be set in context as follows: Renaissance, Classic Age and Modern Age. Yet, each of these periods will have Foucault’s specification and focus as established in the nomination: respectively, the Age of Resemblance, the Age of Representation and the Age of Interpretation. Epistemic space characteristics of each period - archeologically located - will be described.

Nevertheless, this research will have a specific approach: the use of geometric concepts in the proposed diagnosis. That is the attempt to understand Foucault’s notion of “space” using a supporting reference: a geometric perspective setting the epistemic space. In the diagnosis, three geometric notions will be applied to the three epistemic configurations described in the work: the circle, the square and the depth. The purpose is to describe the geometrical practices of the rotating circulation of the plane quadrant and of the constitution in tri-dimensional depth of the volume in the knowledge. The circular epistemic space, in the Renaissance of which practice surrounded the Age of Decoding will be described; for the Classic Age the circular epistemic space which practice packed the Age of Representation; and lastly, for the Modern Age, the voluptuous epistemic space which practice opened the Age of Interpretation.

Keywords: *EPISTÉMÊ* - SPACE - DISCOURSE - KNOWLEDGE

SUMÁRIO

Introdução.....	09
I Capítulo 1: <i>A ordenação do espaço geral</i>	
1.1. Considerações introdutórias.....	13
1.2. Saber e história.....	14
1.3. O horizonte do domínio discursivo.....	18
1.4. <i>Epistémê</i> e noção de espaço.....	22
1.5. O espaço situado arqueologicamente.....	29
II Capítulo 2: <i>O giro do espaço circular</i>	
2.1. Considerações introdutórias.....	35
2.2. O parentesco da linguagem com o mundo.....	36
2.3. O jogo do ajustamento de semelhanças.....	41
2.4. A idade da decifração interpretativa.....	50
III Capítulo 3: <i>A quadratura do espaço plano</i>	
3.1. Considerações introdutórias.....	57
3.2. A linguagem da representação.....	58
3.3. Na representação, o rudimento da semelhança.....	61
3.4. O domínio do quadro.....	63
3.5. Relação com a ordem: <i>máthêsis</i> , <i>taxinomia</i> e <i>gênese</i>	65
3.6. Os signos aderentes no plano do quadro.....	71
3.7. Novos domínios do saber.....	77

3.8. A gramática geral.....	80
3.9. A história natural.....	83
3.10. A análise das riquezas.....	90
IV Capítulo 4: <i>O volume do espaço profundo</i>	
4.1. Considerações introdutórias.....	95
4.2. A organização em profundidade.....	96
4.3. O domínio da empiricidade.....	99
4.4. Biologia: vida.....	100
4.5. Economia: produção.....	106
4.6. Filologia: linguagem.....	109
4.7. O volume da filosofia moderna.....	114
4.8. As ciências humanas.....	118
4.9. A densidade dos modos de ser do homem.....	122
4.10. A era da interpretação.....	130
Conclusão.....	135
Bibliografia	145

INTRODUÇÃO

Ao apresentar, em *As Palavras e as coisas*, a constituição da Modernidade na ruptura com o pensamento clássico, Michel Foucault reconhece, justamente no espaço de modalidade de ser das coisas e da ordem, a alteração do campo epistêmico, desde três configurações distintas, três configurações descontínuas da *epistémê*: a do século XVI, o Renascimento, a da “idade clássica (por volta dos meados do século XVII) e aquela que, no início do século XIX, marca o limiar de nossa modernidade”¹.

Na resposta ao problema de como se configura o espaço do saber, de como, nas coerências desse espaço, estabelece-se o que podemos pensar e tratar, ou seja, “segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber”², é que o autor percorre três épocas históricas configuradas, respectivamente, segundo o seu enfoque, como a era da semelhança, a era da representação e a era da interpretação. É a descrição das configurações epistêmicas, as quais fixam o conhecimento reflexivo e as ordens empíricas em cada uma dessas épocas, que se trata a obra aqui mencionada, ou melhor,

é dessa experiência que *As palavras e as coisas* tratará: desde o século 16, observando a linguagem, tal como foi falada, os seres naturais, tais como foram reunidos e percebidos, as trocas, tais como foram praticadas, passando pelas instâncias da gramática, da história natural e do estudo das riquezas, até chegar ao que se chamou, na modernidade, filologia, biologia e economia política. Uma abordagem, esclarece Foucault, que não intenta a descrição de uma evolução desses campos de saberes, mas a descrição de suas condições de possibilidades, trazendo à luz sua *episteme*³.

¹ FOUCAULT, M. *Les Mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966, p. 13; *As Palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, prefácio, p. XIX (tais obras serão citadas, respectivamente, como *M.C.* e *P.C.*).

² *M.C.*, p. 13; *P.C.*, prefácio, p. XVIII.

³ CRUVINEL, M. F. “Uma teoria do discurso num certo prefácio” in SARGENTINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 72.

Ao situar a *epistémê* como condição de possibilidade para os saberes, Foucault não deixa de notar que nela há mobilidade, a qual às vezes favorece a ocorrência de desnivelamento, por meio de nuances e falhas, de seu próprio solo ou de sua configuração geral. No entanto, na *epistémê* existe “uma certa ordem muda”⁴, a qual propicia às coisas serem ordenadas, a ponto de se notar positivamente, ao final, “que *há* ordem”⁵ no espaço do saber. Continua ele, “é com base nessa ordem, assumida como solo positivo, que se construirão as teorias gerais da ordenação das coisas e as interpretações que esta requer”⁶, para a constituição do pensamento.

Percorrer e investigar, pois, o espaço epistêmico, é averiguar como Foucault constituiu esse campo, sobre o qual se repartem as coisas, distribuindo-as e oferecendo-as ao saber. A abordagem aqui proposta, dará ênfase à compreensão tanto do *sobre* quanto do “na” disposição epistêmica, cuja mediação, segundo o autor, nada mais nada menos, garante ao pensamento certa “geografia”⁷ que estabelece ordenação de conteúdos.

Tal proposta de pesquisa foi motivada por um instigante relato, encontrado no prefácio⁸ de *As Palavras e as coisas*. Lá, diz Foucault ter sido despertado por um embaraço, advindo de um texto de Borges, sobre uma inscrição enciclopédica da China, na qual o espaço constituinte da classificação das coisas e dos seres descritos, é notada como a perda do comum do lugar e do nome. Haveria, pois, em decorrência disso, o impedimento, para a cultura ocidental, de pensá-los, pois a citada classificação “perturba todas as familiaridades do pensamento – do nosso: daquele que tem nossa idade e nossa geografia”⁹. Verificou

⁴ M.C., p. 12; P.C., prefácio, p. XVII.

⁵ M.C., p. 12; P.C., prefácio, p. XVII.

⁶ M.C., p. 12; P.C., prefácio, p. XVII.

⁷ M.C., p. 7; P.C., prefácio, p. IX.

⁸ M.C., p. 7; P.C., prefácio, p. IX.

⁹ M.C., p. 7; P.C., prefácio, p. IX.

Foucault, afinal, através do riso e “não sem um mal-estar evidente e difícil de vencer”¹⁰, que se vacila ao pensar sem um espaço ordenado para o formato ocidental.

Com efeito, o pensamento ocidental articulou-se desde uma “região (...) anterior às palavras, às percepções e aos gestos”¹¹, como “solo mudo onde os seres podem justapor-se”¹² ou como “tábua de trabalho”¹³, a partir do qual pôde dar coerência e ordenação à profusão dos seres; articulou-se, pois, desde um espaço comum de encontros, no qual pode-se oferecer vizinhanças às coisas. É sobre esse espaço mudo, ou tábua de trabalho, espaço onde as coisas se manifestam, se aproximam, se isolam, se analisam, se ajustam, se encaixam, como salienta diversas vezes o autor, que se quer indagar; vale lembrar que a pretensão é abordar as três configurações epistêmicas da cultura ocidental, detalhadas na obra no próprio trajeto elaborado por Foucault, com o auxílio de três noções geométricas: o círculo, o quadrado e a profundidade.

Breves palavras de um comentador apresentam-se pertinentes por ora; é uma exposição geral do que será percorrido posteriormente em etapas:

Em *As palavras e as coisas*, Foucault, tendo em vista as práticas relacionadas ao saber, delinea principalmente dois recortes na cultura europeia ocidental: a episteme clássica – séculos XVII e XVIII – e a episteme moderna – séculos XIX e XX. A primeira episteme, a clássica, é a da representação, a da ordem do universo. Ela se opõe a uma episteme anterior ao século XVII, que era a episteme da semelhança, porque as palavras passam a se distanciar das coisas; no signo, linguagem e pensamento se superpõem; nas coisas não falam mais, elas são faladas, são pensadas, organizadas, classificadas. A episteme moderna é a da interpretação. As práticas de saber já não se satisfazem em analisar as representações. A verdade deve ser entendida no interior da história, e a historicidade das palavras e das coisas é determinada pela sua espessura no tempo, pela sua destruição, pela sua morte¹⁴.

¹⁰ *M.C.*, p. 9; *P.C.*, prefácio, p. XII.

¹¹ *M.C.*, p.12; *P.C.*, prefácio, p. XVII.

¹² *M.C.*, p. 9; *P.C.*, prefácio, p. XII.

¹³ *M.C.*, p. 9; *P.C.*, prefácio, p. XII.

¹⁴ KHALIL, M. M. G. in SARGENTINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, P. (org.), *op. cit.*, p. 219.

Com tal horizonte, o presente esboço da dissertação está organizado em quatro capítulos. O primeiro intitulado *A ordenação do espaço geral* levanta noções e metodologia específicas foucaultianas. O segundo capítulo, *O giro do espaço circular*, entrelaça-se pelo espaço renascentista da similitude. O terceiro, *A quadratura do espaço plano*, traz o quadrante da representação clássica. E, por fim, *O volume do espaço profundo*, é assunto do quarto capítulo.

CAPÍTULO 1

A ORDENAÇÃO DO ESPAÇO GERAL

“...o que deve *aparecer* são, *no espaço do saber, as configurações* (...) *Mais que de uma história (...) trata-se de uma ‘arqueologia’*”
(FOUCAULT, grifos nossos)

1.1. Considerações introdutórias

Les Mots et les choses (As Palavras e as coisas) foi publicado em abril de 1966, e faz parte dos escritos da primeira fase de Michel Foucault, a chamada fase arqueológica, cujo enfoque principal são as temáticas referentes à constituição dos saberes. Pode-se dizer que Michel Foucault, por seus interesses de pesquisa e produção específica dos anos 60, assume o papel de um arqueologista do saber; um papel estrategicamente primeiro e formativo de seu trabalho posterior - aquele dos anos 70 em diante, etapa cujo domínio o constituirá como um genealogista tanto do poder como da subjetividade¹. A fase arqueológica não deve ser considerada “como parte de um sistema unitário de pesquisa, mas como uma etapa na trajetória do pensamento de Foucault, com conceitos, método e objetivos específicos”². Tal perspectiva de trajetória dentro do trabalho filosófico, parece

¹ As etapas de produção foucaultiana aqui identificadas são, para alguns comentadores, entendidas como “momentos”, “linhas” ou ainda, segundo Foucault, “deslocamento teórico”; e são elas: a primeira, a fase da arqueologia; a segunda, a fase da genealogia; e a terceira, a ética ou a genealogia do sujeito ético. Cf. MUCHAIL, S. T. *Foucault, simplesmente – textos reunidos*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 9, “uma repartição possível dessa trajetória em três momentos”; Cf. GIACÓIA Jr., O. “Filosofia como diagnóstico do presente: Foucault, Nietzsche e a Genealogia da Ética” in MARIGUELA, M. (org.). *Foucault e a destruição das evidências*. Piracicaba: Editora Unimep: 1995, p. 89, “três linhas centrais do projeto genealógico”; Cf. FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité 2; l’usage des plaisirs*. Paris: Gallimard, 1984, p. 12, “un déplacement théorique” ou, na tradução, FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2; o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 11, “um deslocamento teórico”.

² PORTOCARRERO, V. “Representação e constituição do objeto na modernidade” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 31.

ser “fundamental para a compreensão de uma das maiores contribuições de *As Palavras e as coisas* para o pensamento filosófico”³.

A investigação arqueológica utilizada na obra é feita “de modo direto e interno, isto é, percorrendo, por dentro, a própria trajetória da constituição dos saberes”⁴. O procedimento da arqueologia ocupa-se com os critérios de produção dos saberes, cujos efeitos operam o estabelecimento de verdades reconhecidas em uma dada época. Ou seja, ocupa-se com os critérios que qualificam e autorizam o reconhecimento e a distinção tanto do verdadeiro quanto do falso em um determinado momento histórico-social; à luz de tais critérios, é que se exclui e se desqualifica o que não se reconhece válido. Problematizar os critérios da produção da verdade é levar em conta os diferentes modos de sua produção: é a isso que se propõe a arqueologia feita em *As Palavras e as coisas*. Vale ressaltar que a verdade aqui mencionada não se refere àquela concebida metafisicamente ou em essência. Trata-se das verdades produzidas no decurso da trajetória histórica configuradas em saberes historicamente circunscritos, múltiplos e diversificados, emergentes de situações e contextos determinados.

1.2. Saber e história

Ocupando-se com a problemática da produção da verdade, construída historicamente, Foucault dedica-se a uma operação arqueológica do saber; isso significa dizer que

o saber é tema de interesse na fase arqueológica. Foucault investiga como o saber foi se constituindo e as condições de possibilidade de seu aparecimento. Importava conhecer, no espaço do saber, o gesto que

³ *Idem Ibidem*, p. 45.

⁴ MUCHAIL, S. T. *Foucault, simplesmente – textos reunidos*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 74.

inaugurou o surgimento de determinados objetos e os tornou pensáveis ao conhecimento⁵.

O trabalho arqueológico, a fim de descrever o espaço pelo qual se estabelece as condições de possibilidade da efetivação do saber, volta-se para a busca histórica “de elementos que possam ser articulados entre si, fornecendo-nos um panorama coerente das condições de produção do saber numa determinada época”⁶. Com tal intento, a arqueologia foucaultiana vai abrir mão de uma linha continuista da história.

Consequentemente, praticar uma arqueologia significa acima de tudo “romper o fio da continuidade (tão cara aos historiadores tradicionais)”⁷. Para Foucault, deve-se ir além do fio da continuidade da historiografia tradicional, que busca sempre o fato originário histórico-social e a cadeia seqüencial que dele se descola em causas e efeitos. Ir além significa deliberadamente verificar mutações, mudanças abruptas, em determinada época no espaço geral do saber.

O que Foucault descreve, ao percorrer algumas periodizações históricas, não é certamente um tranqüilo continuísmo progressivo dos elementos constituintes do saber. Segundo ele, a seqüência continuista é descaracterizada por uma mudança de nível arqueológica, que corresponde a certas “precipitações de evolução”⁸ que transformam acentuadamente a configuração geral do saber. Isso é possível porque, por uma mobilidade inerente, o próprio espaço do saber favorece a ocorrência, em seu meio, de oscilações e flutuações que possibilitam o surgimento de fraturas em seu solo. Dessas precipitações, novas disposições acontecem no espaço do saber. Para alguns teóricos, instala-se o que se

⁵ SILVA, F. P. da. “Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault” in SARGENTINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, P. (org.), *op. cit.*, p. 160-1.

⁶ GALLO, S. “O conceito de *epistêmê* e sua arqueologia em Foucault” in MARIGUELA, M. (org.), *Foucault e a destruição das evidências*. Piracicaba: Editora Unimep: 1995, p. 15.

⁷ GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 77.

⁸ FOUCAULT, M. “Verdade e Poder” in *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002, p. 4.

chama de descontínuo: uma ruptura absoluta com a configuração anterior. Com certa reserva a essa ênfase de “absoluta”, Foucault prefere dizer “passagem de um estado ao outro”, entendendo como isso uma mudança arqueológica, cuja característica é tanto a manutenção quanto o desaparecimento, durante a passagem, de certos elementos teóricos que permanecem comuns para o antes e o depois da ruptura. Escreve Foucault:

Disseram-me, por exemplo, que eu havia admitido ou inventado um corte absoluto entre o fim do século XVII e o início do XIX. De fato, quando se observam os discursos científicos do final do século XVIII, constata-se uma mudança muito rápida e, na verdade, bastante enigmática ao olhar mais atento. Eu quis descrever justamente essa mudança, ou seja, estabelecer o conjunto de transformações necessárias e suficientes para passar da forma inicial do discurso científico, o do século XVIII, à sua forma final, o do século XIX. O conjunto de transformações que defini mantém um certo número de elementos teóricos, desloca outros, vemos desaparecer alguns elementos antigos e surgirem novos; tudo isso permite definir a regra de passagem nos domínios que considerei. O que eu quis estabelecer é justo o contrário de uma descontinuidade, já que evidenciei a própria forma da passagem de um estado ao outro⁹.

A palavra “mudança” tem, portanto, um aspecto importante. Na constituição dos saberes, salientada em *As Palavras e as coisas*, há um deslocamento de três configurações ou espaços de ordem, demarcadas por períodos históricos distintos, que não devem ser entendidas como assimétricas em si. Há, pelas mudanças descritas, uma passagem para outro estado de configuração, no qual é possível encontrar elementos novos e antigos. Portanto, há uma mudança que promove tanto simetrias quanto assimetrias.

O que se nota entre os períodos históricos é um ritmo de mudança, cuja apreciação, instigante aos olhos de Foucault, não concorda com o movimento evolutivo que, em geral, se aceita, de forma branda e continuista. Há, pelo contrário, uma mudança ocorrida rapidamente, verificável na extensão de poucos anos, responsável pela passagem de uma

⁹ FOUCAULT, M., “Sur les façons d’écrire l’histoire” in *Dits et écrits*, I, p. 588-9. FOUCAULT, M., “1967 - Sobre as maneiras de escrever a História” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 66.

configuração do saber para outra, a qual inclusive possibilita situar, em seus limites e limiares, a própria divisão, à maneira foucautiana, entre os períodos históricos. Trata-se de uma rápida mudança que recai sobre o conjunto das práticas de ver, de falar e de formular proposições reconhecidas como verdadeiras em um dado momento histórico. E mesmo dentro de um mesmo período, ocorrem quebras de simetria advindas por pequenas mudanças bruscas. Pode-se dizer que isso corresponde a certa descontinuidade histórica no processo da constituição dos saberes. No entanto, expressa Foucault:

Meu problema não foi absolutamente de dizer: viva a descontinuidade, estamos nela e nela ficamos; mas de colocar a questão: como é possível que se tenha em certos momentos e em certas ordens de saber, estas mudanças bruscas, estas precipitações de evolução, estas transformações que não correspondem à imagem tranqüila e continuista que normalmente se faz?¹⁰

A fim de entender essas mudanças, responsáveis pela aparição de novos elementos para o saber, é necessário ater-se a um conjunto de transformações e acentuar uma regra que valoriza o movimento, a passagem de um período ao outro. Atenta-se a seguinte regra: certos critérios reconhecidos do saber, em um dado período histórico, transformam-se ao se mover no curso histórico, agregando elementos emergentes de um novo período, e destituindo outros do anterior. Assim, um período histórico nunca permanece numa simetria estanque em si mesmo; ele traz elementos que o envolvem assimetricamente, cujas formas são tanto contínuas quanto descontínuas em seu contexto histórico. Por isso uma época histórica “é entendida como um emaranhado de continuidades e descontinuidades”¹¹.

Através de pesquisa histórica, Foucault produz, portanto, seu trabalho filosófico, diagnosticando o funcionamento simultâneo e as transformações de um conjunto de

¹⁰ FOUCAULT, M. “Verdade e Poder” in *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002, p. 3-4.

¹¹ GREGOLIN, M. R. *op. cit.*, p. 77.

práticas discursivas vigentes em uma dada época. Pela investigação arqueológica é possível verificar como, a partir de um espaço geral de ordem, ocorre a constituição dos saberes com seus respectivos objetos, vinculados marcadamente a um contexto histórico específico.

Na seqüência, cumpre enfatizar algo da maior relevância: no procedimento investigativo de Foucault o que se estabelece é o diagnóstico “não de uma história mas de uma *arqueologia* – em sentido geral, a ciência das formações discursivas”¹².

1.3. O horizonte do domínio discursivo

Além da investigação da constituição histórica dos saberes reconhecidos como verdadeiros, e do realce das mudanças ou discontinuidades, há outra característica importante da abordagem arqueológica, a saber: ocupar-se com os discursos ou práticas discursivas. É necessário dizer que, entendido como “prática discursiva, o discurso torna-se o conceito central da investigação arqueológica”¹³. Por isso Foucault aborda certas épocas históricas através do aparecimento e desaparecimento de discursos, realçados em sua positividade, conforme um critério e tratamento bem próprio, a saber:

...os discursos são tomados em sua positividade, como “fatos”, e trata-se de buscar não sua origem ou seu sentido secreto, mas as condições de sua emergência, as regras que presidem seu surgimento, seu funcionamento, suas mudanças, seu desaparecimento, em determinada época, assim como as novas regras que presidem a formação de novos discursos em outra época¹⁴.

¹² CRUVINEL, M. F. “Uma teoria do discurso num certo prefácio” in SARGENTINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, P. (org.), *op. cit.*, p. 72.

¹³ NAVARRO-BARBOSA, P. “O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História” in SARGENTINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, P. (org.), *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 108.

¹⁴ MUCHAIL, S. T., *op. cit.*, p. 11

A rede discursiva que compõe os períodos históricos percorridos em *As Palavras e as coisas* é descrita por certos modelos e formas teóricas - que Foucault vai chamar de “isomórficos” - comuns a vários discursos disseminados em uma época. É por que há um entrecruzamento dos discursos entre si, em um determinado período histórico, que se pode supor um isomorfismo sustentável para toda uma época. No fundo, parece ser a relação isomórfica dos discursos de uma determinada época que é valorizada na descrição foucaultiana encontrada em *As Palavras e as coisas*. Para o bom entendimento da obra, não se pode negligenciar a pujança desses isomorfismos para abordar, por exemplo, a constituição histórica dos discursos científicos:

demonstrar que os discursos científicos de uma época decorrem de um modelo teórico comum não quer dizer que eles escapem à história e flutuem no ar como desencarnados e isolados, mas que não será possível fazer sua história, a análise do funcionamento, do papel desse saber, das condições que lhe são impostas, da maneira pela qual ele se enraíza na sociedade, sem levar em conta a força e a consistência desses isomorfismos¹⁵.

Portanto, para se compreender o espaço de ordem do saber, há de se dar relevância ao aspecto isomórfico de conteúdos já positivados em uma época. No caso de *As Palavras e as coisas*, deve-se ressaltar que a arqueologia realizada não se dirige às relações dos discursos com as estruturas sociais. Esta ênfase será dada nos escritos posteriores, da chamada fase genealógica, a qual articula o estritamente discursivo com o extradiscursivo, através da noção - que não é objeto de atenção dessa dissertação - de *dispositivo*. Aliás, conforme diz Foucault, sua tentativa em *As Palavras e as coisas* foi “analisar os próprios discursos, ou seja, essas práticas discursivas que são intermediárias entre as palavras e as coisas. Essas práticas discursivas a partir das quais se pode definir o que são as coisas e

¹⁵ FOUCAULT, M., “Sur les façons d’écrire l’histoire” in *Dits et écrits*, I, p. 591. FOUCAULT, M., “1967 - Sobre as maneiras de escrever a História” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 68.

situar o uso das palavras”¹⁶. Dessa forma, a investigação foucaultiana nesta obra propõe marcar a superfície sobre a qual proliferam os discursos, a partir de um espaço regulamentado. Além disso, busca diagnosticar os elementos que enredam a percepção e os conhecimentos históricos que intervêm na ordem das coisas.

Convém aqui salientar o interesse foucaultiano nas articulações discursivas, através de um balanço comparativo com as outras obras publicadas anteriormente, *História da loucura* e *O Nascimento da clínica*, respectivamente obras de 1961 e 1963:

Mas só há interesse em descrever esse estrato autônomo dos discursos na medida em que se pode relacioná-lo com outros estratos, de práticas, de instituições, de relações sociais, políticas etc. É essa relação que sempre me obsedou; e eu quis, precisamente, na *História da loucura* e em *O nascimento da clínica*, definir as relações entre esses diferentes domínios. Tomei como exemplo o domínio epistemológico da medicina e o das instituições de repressão, de hospitalização, de seguros aos desempregados, de controle administrativo da saúde pública etc. Mas me dei conta, nesses dois primeiros livros, de que as coisas eram mais complicadas do que eu supunha, que os domínios discursivos não obedeciam sempre a estruturas que lhes eram comuns com seus domínios práticos e institucionais associados, que eles obedeciam, ao contrário, a estruturas comuns a outros domínios epistemológicos, que havia um isomorfismo dos discursos entre si e em uma época dada. De maneira que me confrontei com dois eixos de descrição perpendiculares: o dos modelos teóricos comuns a vários discursos e aquele das relações entre o domínio discursivo e o domínio não discursivo. Em *As palavras e as coisas*, percorri o eixo horizontal; na *História da loucura* e em *O nascimento da clínica*, a dimensão vertical da figura¹⁷.

Pelo eixo horizontal, ao buscar a descrição de modelos teóricos comuns a vários discursos, percorrendo internamente a constituição do saber, Foucault acaba realizando um exercício histórico-filosófico de teor formal. Por isso, não há discordância quanto à afirmação de que, metodologicamente, há em *As Palavras e as coisas* um tipo de

¹⁶ FOUCAULT, M., “Michel Foucault explique son dernier livre” in *Dits et écrits, 1954-1988*, vol. I, 1954-1969. Paris: Gallimard, 1994, p. 776; FOUCAULT, M., “1969 – Michel Foucault explica seu último livro” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*/ Michel Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. Coleção Ditos e escritos; II, p. 149.

¹⁷ FOUCAULT, M., “Sur les façons d’écrire l’histoire” in *Dits et écrits*, I, p. 590; FOUCAULT, M., “1967 - Sobre as maneiras de escrever a História” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 67-8.

investigação “que se mantém no estrito plano dos discursos, sem nenhuma articulação com a ordem das práticas sociais”¹⁸. Cumpre salientar aqui a própria visão de Foucault a respeito da obra:

...um livro muito técnico, que se endereçava principalmente a técnicos da história das ciências (...). Para dizer a verdade, lá não estavam os problemas que mais me apaixonavam. Já lhes falei de experiências-limite: eis o tema que verdadeiramente me fascinava. Loucura, morte, sexualidade, crime são para mim coisas mais intensas. Em contrapartida, *As Palavras e as coisas* foi para mim uma espécie de exercício formal¹⁹.

De maneira geral, pode-se compreender que, ao fazer um diagnóstico do funcionamento da simultaneidade de um conjunto de discursos, *As Palavras e as coisas*, cujo subtítulo é *Uma arqueologia das ciências humanas*, não tem a pretensão de “fazer uma história geral das ciências humanas, nem uma crítica geral da possibilidade das ciências”, nem tampouco fazer “a” arqueologia das ciências humanas, mas fazer “*uma* arqueologia das ciências humanas”²⁰. Pode-se sobretudo compreender que, conforme Maria do Rosário Gregolin, “a tese principal de *As Palavras e as coisas* é que as ciências humanas (compreendidas como discursos) articulam-se sobre um conjunto de outros discursos que lhes deu a possibilidade de nascerem”; e o que merece mais destaque é que “elas nasceram não tanto de urgências práticas, mas de uma verdadeira ‘mutação arqueológica’ que destruiu a configuração tradicional do saber em nossa sociedade”²¹.

Com finalidades ainda introdutórias abordar-se-ão a seguir, duas noções fundamentais na leitura de *As Palavras e as coisas*: a noção de *epistémê* e a própria noção de *espaço* (tema desta dissertação).

¹⁸ MUCHAIL, S. T., *op. cit.*, p. 115.

¹⁹ FOUCAULT, M., “Entretien avec Michel Foucault” (com D. Trombadori, Paris, 1978, publicada em *Il Contributo*, n.1, jan./mar., 1980, p. 23-84), in *Dits et écrits IV*, Paris, Gallimard, 1994, p. 67 apud SALMA, T. M. *Foucault, simplesmente – textos reunidos*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 121.

²⁰ FOUCAULT, M. “Sobre a geografia” in *Microfísica do poder*, p. 155.

²¹ GREGOLIN, M. R., *op. cit.*, p. 78-79.

1.4. *Epistémê e noção de espaço*

Para melhor demarcar a fase arqueológica em direção à compreensão da noção de “espaço” na obra *As Palavras e as coisas*, é bom valer-se de uma noção fundamental. A palavra chave de leitura é *epistémê*; aqui, apropriar-se-á dessa chave a fim de abordar a noção de *espaço*. Deve-se afirmar que noção de *epistémê* está muito próxima da de *espaço*, a tal ponto de se poder, inclusive falar de “espaço epistêmico”.

Primeiramente, a noção de *epistémê* pode ser entendida como “o espaço geral do saber, que determina sua configuração numa dada época; solo onde se enraízam as positivities, com uma historicidade própria”²². Cumpre ressaltar que a noção de positividade “no nível arqueológico, tem o sentido do reconhecimento do saber como efetivo, que só pode ser submetido ao critério da história e não ao da cientificidade ou da racionalidade (como poderia ser feito no nível epistemológico)”²³.

Isso posto, algumas expressões aparecem com destaque na busca de definição de *epistémê*. Ou seja, há algumas balizas elucidativas que são utilizadas com o objetivo de indicar relações entre noções aparentadas a *epistémê*. Segundo Roberto Machado, há algumas expressões espaciais que se pode utilizar como sinônimos de *epistémê*, a saber: “solo epistemológico, campo epistemológico, disposição epistemológica”²⁴. Nota-se que tais expressões referem-se a termos geográficos, porém dimensionados, como se indicará, por certas flutuações semânticas. Para considerar o entendimento foucaultiano dessas expressões, deve-se recorrer a um texto chamado *Sobre a geografia*, no qual Foucault discorre sobre o que ele chama de “metáforas geográficas”, sempre recorrentes em seu

²² PORTOCARRERO, V. “Representação e constituição do objeto na modernidade” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.), *op. cit.*, p. 52.

²³ *Idem Ibidem*, p. 52.

²⁴ MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. 3ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 137.

trabalho de pesquisa. Há nesse texto²⁵ considerações breves, mas determinantes sobre o entendimento foucaultiano dessas noções geográficas. Lá se encontra, por exemplo, a compreensão de “solo” enquanto uma noção “histórico-geológica”. “Campo”, uma noção “econômico-jurídica”. “Região”, uma noção “fiscal, administrativa, militar”. “Arquipélago”, uma noção “verdadeiramente geográfica”. “Território”, antes de ser uma “noção geográfica” é uma noção “jurídico-política”, segundo a qual, para Foucault, quer dizer, “aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”. “Horizonte”, uma noção “pictórica, mas também estratégica”. “Domínio”, uma noção “jurídico-política”. E ainda cita “deslocamento”, “um exército, uma tropa, uma população se deslocam”. A respeito dessas metáforas espaciais, considera Foucault:

Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscrevem em um solo ou em formas de discurso²⁶

Segundo Hérodote, um interlocutor de Foucault, todas essas expressões espaciais carregam uma força semântica que, no fundo, fazem uma imbricação do geográfico com o estratégico. Tal força semântica está presente e atuante na noção de espaço epistêmico. No entanto, a colocação de figuras espaciais, recorrentes na produção foucaultiana, salienta sobretudo um “sintoma”: o aspecto estratégico e combatente do pensamento, “que coloca o

²⁵ FOUCAULT, M. “Sobre a geografia” in *Microfísica do poder*, p. 157.

²⁶ *Idem Ibidem*, p. 158.

espaço do discurso como terreno e objeto de práticas políticas”²⁷. Para ilustração de tal sintoma, vale destacar abaixo algumas dessas metáforas espaciais imbricadas com o discurso estratégico: mais precisamente, “campo”, “região” e “solo”.

Primeiramente, a noção de “campo” que, por exemplo, na linguagem bélica, do exército, remete a conflito, à luta, à batalha. Tal noção é, conforme dito, “econômico-jurídica”; ela indica a existência de uma força ou poder intrínseco a esse campo que nutre articulações consistentes, regidas por critérios que regulam um determinado espaço estabelecido. Dessa forma, o campo epistêmico propriamente dito habilita-se por certa regra interna, a qual impulsiona, como um regimento, a proliferação de conteúdos estrategicamente configurados em conformidade com a sua força operante.

Outra metáfora que também se deve destacar: a noção de “região”. Uma noção, segundo Foucault, “fiscal, administrativa, militar”, cujo aspecto imperativo é tratar de certas disposições munidas de critérios bem regulamentados, enfatizando um controle organizado de um determinado espaço. A noção de região é usada por Foucault, por exemplo, quando descreve sobre os critérios teóricos de regiões epistemológicas do saber.

Mais um suporte para a contextualização pretendida do espaço epistêmico é a noção de “solo”. Ao afirmar que solo é uma noção “histórico-geológica”, tem-se o rigor de não negligenciar um dado fundamental para o entendimento de solo epistêmico, cuja composição está vinculada e pertencente a uma realidade historicamente situada, constituída sobremaneira por acontecimentos discursivos, materializados em um terreno de práticas histórico-políticas.

O que se quer, no entanto, quando se produz um diagnóstico da *epistémê* de uma época, é conduzir à seguinte problematização: “mais do que a história dos acontecimentos

²⁷ *Idem Ibidem*, p. 159.

do pensamento na sua sucessividade aparente, a interrogação do *solo* de sua possibilidade”²⁸. A escavação arqueológica, ao buscar atingir o solo epistêmico, quer trazer à tona toda uma configuração que condiciona complexas relações discursivas, cuja realidade está vinculada a um contexto histórico. Assim, o solo epistêmico estabelece o suporte para o *locus* ordenável do conhecimento e de seus efeitos, sendo inclusive a condição de possibilidade para que o pensamento opere, no entrecruzamento com a linguagem, uma ordenação das coisas, através do “nomear, falar, pensar”²⁹, constituindo, ao final, a realidade do conhecimento, segundo o nomeado, o dito e o pensado.

A fim de salientar a noção chave de leitura – *epistémê* - deve-se, pois, aproximá-la das noções espaciais. O entendimento, trazido à tona pela investigação arqueológica, de *epistémê* está atravessado pela noção de “espaço” com todas as efetuações de sentido que a compõem. Portanto, “espaço epistêmico” é a referência que se quer enfatizar aqui, com o objetivo final de abordar a única configuração pela qual se condiciona, rege, organiza a constituição dos saberes e práticas discursivas em um determinado período histórico.

A trajetória de *As Palavras e as coisas*, cujo objeto de investigação é a *epistémê*, começa com o Renascimento (séc. XVI), percorre a Idade Clássica (séc. XVII e XVIII) e dirige-se à Modernidade (séc. XIX e XX), marcadamente com o surgimento das chamadas ciências humanas. Nesta trajetória histórica busca-se o critério “a partir de que” ou “na base de que” se constituem os saberes de cada uma dessas épocas, expondo suas estruturas fundamentais. Pode-se dizer que são três os espaços epistêmicos descritos em *As Palavras e as coisas*, ou seja, para cada época histórica uma singular configuração epistêmica.

Foucault expôs três configurações epistêmicas que condicionam maneiras históricas do pensar e do agir. Por isso o que descreve Foucault são as bases a partir das quais as

²⁸ TERNES, J. “A morte do sujeito” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.), *op. cit.*, p. 58.

²⁹ *M.C.*, p. 11; *P.C.*, prefácio, p. XV.

positividades de uma determinada época se sustentam. Deve-se, portanto, entender *epistémê* como o espaço comum do saber, que assenta seus parâmetros para todo um período histórico. Assim, para cada qual das três épocas históricas, há três *epistémês* de sustentáculos, as quais, nos próximos capítulos dessa dissertação, serão descritas em suas singularidades.

Antes disso, merece destaque o que diz o próprio Foucault a respeito de *epistémê*: “por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, as ciências, eventualmente a sistemas formalizados”³⁰. E ainda,

Eu definiria *epistémê* como o dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito de que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro. É o dispositivo que permite separar não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável³¹.

Entende-se, pois, o motivo pelo qual o horizonte metodológico de *As Palavras e as coisas*, a saber, abordar as configurações das *epistémês* ou “fazer uma história da *épistémê*”, está no domínio de descrições estritamente intra e interdiscursivas; pois a arqueologia de Foucault, como já foi dito, no domínio das formações discursivas, recai sobre o saber, e nela vai sempre tratar de enunciados.

Descrever a própria linguagem discursiva que põe em funcionamento, encerra, limita o instituído e simultâneo de uma época, é afinal acercar-se da *epistémê* ou do “espaço epistêmico”, cujo jogo de regras é também chamado por Foucault de o *a priori histórico* de

³⁰ FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Editions Gallimard, 1969, p. 250; FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986, p. 217.

³¹ FOUCAULT, M. “Sobre a história da sexualidade” in *Microfísica do poder*, p. 247.

uma época: algo como um suporte anterior que determina, num tempo e lugar, os modos de ser das coisas, aproximando-as.

A essa altura, cumpre esclarecer que

o conceito de *a priori* em Foucault é histórico e seu método arqueológico, para estabelecer uma nova relação da filosofia com a história, e denunciar as ilusões antropológicas. O *a priori* histórico estaria na linha da busca de uma resposta válida para a questão das condições de possibilidade³².

Isso posto move-se Foucault na busca do *a priori* histórico de uma época, ou seja, o seu espaço epistêmico, cuja propriedade é ser a condição de possibilidade tanto da emergência como do desaparecimento de discursos que envolvem as coisas em um determinado momento histórico. Ao propor diagnosticar a *epistémê* de uma época, Foucault logo chama a atenção para a seguinte questão: “numa cultura e num dado momento, nunca há mais que uma *epistémê*, que define as condições de possibilidade de todo saber”³³. Ou seja, o espaço do saber de cada época histórica é configurado apenas por “um” certo solo disposto de uma só vez, que serve de princípio de ordenação para todos os conhecimentos que o atravessam. É nesse espaço que se fundamentará o saber e/ou sobre o qual os saberes vão se enraizar com posteriores configurações ordenadas.

Importa salientar que todos os raios temáticos culturais, nas variáveis do processo histórico, são abrangidos e determinados por sua única e singular *epistémê*. Em outras palavras, os saberes de uma época determinada são dependentes estruturalmente, no que se refere às balizas de construção e constituição, de tal solo. Todavia,

Episteme não é sinônimo de saber; significa a existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A *episteme* é a ordem específica do saber; a configuração, a

³² PORTOCARRERO, V. “Representação e constituição do objeto na modernidade” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.), *op. cit.*, p. 44.

³³ *M.C.*, p. 179; *P.C.*, p. 230.

disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma positividade como saber³⁴.

Assim, o solo epistêmico, desde suas “camadas subterrâneas”³⁵, é uma certa região imantada, condutora e portadora de positividade para a futura ordenação do saber. É pré-ordenado em relação ao saber estabelecido e ordenado. Os saberes estão referenciados àquele solo como “um campo fértil que serve de base para sua germinação, eclosão e crescimento”³⁶. Com efeito, é de tal espaço epistêmico que se configuram as formas e lugares diversificados do conhecimento reflexivo e empírico do saber. É, pois, nesse espaço que se dispõem as possibilidades, condições e características do próprio saber, entendido como “o conjunto de elementos (objetos, tipos de formulações, conceitos e escolhas teóricas) formados a partir de uma só e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária”³⁷.

Assim, pelo realce do nível das correlações interdiscursivas de um dado período, tanto o conhecimento reflexivo como o empírico, apresentam-se vinculados, pois estão estabelecidos no mesmo solo epistêmico que os articula conjuntamente. Com efeito, demarcar de modo arqueológico o solo, a *epistémê*, é demarcar onde estão calcados os saberes e as práticas que deles emanam; é demarcar aquele

...jogo ou conjunto de regras que, numa determinada época e para uma determinada sociedade, autoriza o que é permitido dizer, como se pode dizê-lo, quem pode dizê-lo, a que instituições isso se vincula etc., enfim, o que deve ser reconhecido como verdadeiro e o que deve ser excluído como desqualificável, eis o procedimento que Foucault chama de ‘arqueologia’³⁸.

³⁴ MACHADO, *op. cit.*, p. 133.

³⁵ *M.C.*, p. 294; *P.C.*, p. 389.

³⁶ GALLO, S. “O conceito de *epistémê* e sua arqueologia em Foucault” in MARIGUELA, M. (org.), *op. cit.*, p. 15.

³⁷ FOUCAULT, M. “Sur l’archéologie des sciences. Réponse au Cercle d’*épistémologie*” in *Dits et écrits*, I, p. 723; FOUCAULT, M., “1968 - Sobre a arqueologia das ciências, resposta ao círculo de epistemologia” in FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 110.

³⁸ MUCHAIL, S. T., *op. cit.*, p. 12.

Certamente o projeto de Foucault de entender o espaço discursivo fundamental de cada uma das três épocas percorridas em *As Palavras e as coisas*, tem, afinal, mais uma finalidade: no movimento, propor um diagnóstico do presente, apontando para os pontos limítrofes no atual espaço do saber. Motivo, talvez, dessa abordagem, é a atuação transformadora desse presente, pela via da análise histórica, habilitando, pelo rigor, a sua possível superação, a fim de, como posteriormente afirmará Foucault, “romper com o que nos aprisiona”³⁹. Acerca disso, sintetiza Margareth Rago:

...a forte preocupação em produzir um conhecimento histórico visa situar-se no tempo presente e entrever as linhas de fuga na atualidade. Para tanto (...) [propõe traçar] uma arqueologia do presente, tendo em vista encontrar respostas para os desafios contemporâneos e perceber aquilo que constitui nossa diferença na atualidade⁴⁰.

1.5. O espaço situado arqueologicamente

Até aqui se notou que a descrição arqueológica em *As Palavras e as coisas*, trazendo marcadamente a dimensão estrita dos discursos como o seu campo de reflexão fundamental, pretende manter-se “no âmbito das *epistêmes* ou dos espaços que demarcam as possibilidades de configurações dos saberes historicamente qualificados, permanecendo, portanto, no interior das articulações interdiscursivas”⁴¹. E ainda, “a *epistême* foucaultiana opera em um nível mais profundo e decisivo. Opera no que concerne ao saber”⁴². Enfatizou-se, portanto, *epistémê* como um espaço sobre o qual as coisas, de forma positiva, se dispõem; espaço visto como uma área fecunda, ou como um solo exposto e aberto para a ordenação dos saberes.

³⁹ RAGO, M. “O anarquismo e a história” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.), *op. cit.*, p. 92-3.

⁴⁰ *Idem Ibidem*, p. 92-3.

⁴¹ MUCHAIL, S. T., *op. cit.*, p. 86.

⁴² TERNES, J. “A morte do sujeito” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.), *op. cit.*, p. 57.

Michel Foucault realiza a sua arqueologia do saber, escavando a constituição dos próprios saberes reconhecidos como legítimos por uma sociedade, incluindo aí a constituição dos objetos produzidos por esses saberes. A descrição de três espaços epistêmicos, assinalados em suas diferenças e fundamentos próprios, indica tanto uma mutação quanto uma passagem entre os saberes renascentista, clássico e moderno. Para cada época, descreve-se a constituição de saberes com objetos específicos. Por exemplo, do século XVII ao XIX, há os chamados saberes clássicos: a história natural, a análise das riquezas, a gramática geral – saberes respectivamente sobre os seres vivos, a troca e circulação de mercadorias, e os signos de linguagem; na Idade Moderna, por sua vez, constitui-se a biologia, a economia, a filologia – saberes sobre vida, o trabalho e a linguagem. Os pontos em comum entre os saberes da mesma época histórica definem então um espaço geral no qual se configura a disposição destes saberes. Com efeito,

em *As palavras e as coisas*, Michel Foucault procurou comparar três práticas científicas. O fato de que a história natural, a gramática e a economia política se tenham constituído mais ou menos na mesma época parecera a Foucault algo de singular. Tratava-se de estudar práticas heterogêneas. Foucault não procurava estudar o nascimento da análise das riquezas e a formação do capitalismo. O problema era encontrar pontos comuns entre várias práticas discursivas: uma análise comparativa dos procedimentos internos ao discurso científico⁴³.

A rigor, somente dentro de “um espaço homogêneo e comum”, é que o saber assumirá a sua determinação enquanto ordenado. Nota-se que o espaço é anterior à ordenação do saber; assume-se como um campo geral que torna possíveis os saberes de uma época. Isso posto, pode-se dizer que, no Renascimento, haverá acerca das coisas, uma circulação do saber, cuja ordem está fundada no espaço “homogêneo e comum” da

⁴³ MOTTA, M. B., “Apresentação” in FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. XV.

semelhança; no período clássico, haverá uma planificação do saber, cuja ordem está fundada no espaço “homogêneo e comum” da representação; e, no período moderno, constituir-se-á o volume no saber, cuja ordem está fundada no espaço “homogêneo e comum” de uma profundidade tridimensional.

A compreensão da noção de espaço atrela-se à definição de lugar; é que ambos se diferenciam e, de certa maneira, se completam. Michel de Certeau, perseguindo as noções foucaultianas, diz algo bastante preciso acerca disso. Lê-se em *A Invenção do cotidiano* que o lugar é uma superfície geométrica ao passo que o espaço é a *prática deste lugar*. Assim, lugar seria o efeito de superfície daquilo que é a sua condição de possibilidade, o espaço. Em outras palavras, um lugar define-se exatamente por ser uma área com limites e limiares, visto que todo lugar pode estabelecer relação com outro lugar; assim os lugares ocupam dimensões e definem-se por limites que são potencialmente limiares; onde termina um lugar pode começar outro. Por outro lado, o espaço é considerado mais conjuntural, ou seja, um campo vibratório único, cuja ordem subjacente promove e reforça uma rede de interações de experiências, juízos, valores e, sobretudo, de práticas discursivas.

Portanto, pela concretude de um localizado discurso, mediante a escavação, Foucault pretende fazer um diagnóstico acerca de um espaço situado arqueologicamente, que atende por si só a todas as condições de possibilidade para os acontecimentos discursivos, em seu nível mesmo de existência. Em *As Palavras e as coisas*, as três épocas com os três espaços epistêmicos singulares dizem respeito, cada qual, a um campo de positivities que faculta “tanto as condições de percepção empírica quanto as possibilidades e as matizes da reflexão”⁴⁴. Cumpre salientar que nesse campo se fazem e se

⁴⁴ GALLO, S. “O conceito de *epistêmê* e sua arqueologia em Foucault” in MARIGUELA, M. (org), *op. cit.* p.14.

desfazem forças formadoras e transformadoras tanto das ordenações entre palavras e coisas quanto de práticas discursivas.

De fato, para abordar a configuração do espaço epistêmico, não se deve negligenciar os discursos existentes em uma época, embasados fundamentalmente por um conjunto de regras historicamente constituídas, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço (...) em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística”⁴⁵. No entanto, apesar das implicações entre espaço e tempo ou espaço e história (ou ainda estrutura e história), o tipo de investigação filosófica em *As Palavras e as coisas*, e que aqui será recorrente ao longo dos capítulos, busca demarcar enfaticamente um campo específico, “um *lugar* de atuação, qual seja, o *espaço do discurso em geral*. Esse espaço não é restrito, ao contrário, ele é bastante abrangente, porque é o espaço que compõe os discursos”⁴⁶. A escolha do recorte ou da problematização dessa dissertação tende a re-elaborar formalmente a descrição do espaço epistêmico, não salientando, como prioridade, as relações de espaço e tempo, ou seja, das práticas que se arquitetaram politicamente na história. Em outras palavras, recuperar-se-á mais o “sentido” da noção de espaço e menos o seu desdobramento, o “uso” dessa noção, materialmente falando.

Portanto, o que se quer enfatizar é o espaço que possibilita a composição de formações discursivas de diferentes épocas históricas. Dentro de três espaços epistêmicos, não simultâneos, podem-se delinear, por suas demarcações, o saber da similitude renascentista, o da representação clássica e o da interpretação moderna. Sobre esses espaços, condicionou-se o sistema geral do pensamento ocidental, em cada uma das épocas delimitadas. Conforme proposta foucaultiana, a partir das conexões com os eixos e planos

⁴⁵ FOUCAULT, M. *L'archeologie du savoir*, p.153-4; FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*, p. 136.

⁴⁶ GASPAR, N. R. “Foucault nas visibilidades enunciativas” in SARGENTINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, P. (org.), *op. cit.*, p. 249.

definidos pelos espaços epistêmicos dos três momentos históricos, a investigação realça, no sistema geral do pensamento, elementos discursivos articuláveis sobre um espaço situado arqueologicamente.

CAPÍTULO 2

O GIRO DO ESPAÇO CIRCULAR

*“...século XVI, a **semelhança** e todas as **noções que giram** em torno dela como **satélites**” (Foucault, grifos nossos)*

2.1. Considerações introdutórias

Na resposta ao problema de como se configura o espaço chamado epistêmico na época renascentista; de como, no século XVI, nas coerências de “um” certo solo do espaço do saber, estabelece-se o que podemos pensar e tratar; e, principalmente, no Renascimento, como abordar a questão “segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber”¹, indicar-se-á primeiramente que o solo epistêmico que possibilita a modalidade de ser das coisas e da ordem nesse período histórico, é “o círculo das similitudes”². Na circularidade ordenada de similitudes, o mundo renascentista será estabelecido e descrito como a era da semelhança.

O que se quer priorizar nesse capítulo é o diagnóstico desse espaço de saber. E para tanto, levar-se-á em conta o que parece ser o referencial figurativo geométrico do espaço subjacente aos saberes do século XVI: a noção de círculo. Tal noção marcará a configuração do único e singular espaço epistêmico, cuja abrangência é para toda uma época histórica, a saber, o Renascimento - o primeiro dos três momentos históricos tratados por Foucault em *As Palavras e as coisas*.

¹ *M.C.*, p. 13; *P.C.*, prefácio, p. XVIII.

² *M.C.*, p. 44; *P.C.*, p. 40.

Aproximar-se-á da compreensão de espaço circular de saber principalmente pela descrição de noções “satélites”³ que, como será abordado, compõem “o *corpus* da semelhança”; e por conta disso enredar-se-á na prática generalizada, no século XVI, da circularidade rotativa de similitudes; ou seja, no discurso da semelhança e de sua decifração interpretativa. Vale destacar aqui que a era da semelhança é também a idade da decifração.

2.2. *O parentesco da linguagem com o mundo*

No início do capítulo II de *As Palavras e as coisas*, intitulado *A Prosa do Mundo*, Foucault declara que “até o fim do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental”⁴. Na busca do entendimento sobre o desenrolar dessa noção construtora de saber, conforme o diagnóstico próprio de Foucault, deve-se primeiramente acercar-se do parentesco da linguagem renascentista com o próprio mundo do século XVI.

Antes, todavia, cumpre dizer que, segundo Foucault, há uma dificuldade de se compreender devidamente a ordem da semelhança e toda a sua rede, nas rodilhas em que se assentam os moldes renascentistas, justamente porque, de maneira até imediata, aproxima-se dela sempre com as interferências dos critérios atuais de percepção. Diz ele que “na verdade, aos nossos olhos de homens do século XX, toda essa rede de similitudes é sofrivelmente confusa e embaralhada”⁵. No entanto, na tentativa de aproximação, não se quer diminuir o entendimento e o alcance de projeção que o *corpus* da semelhança, na ciranda do pensamento, assumiu no período renascentista. Ao considerar que “de fato, no

³ FOUCAULT, M. “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 565; FOUCAULT, M. “1967 – Nietzsche, Freud, Marx” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 41.

⁴ *M.C.*, p. 32; *P.C.*, p. 23.

⁵ FOUCAULT, M. “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 565; FOUCAULT, M. “1967 – Nietzsche, Freud, Marx” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 41.

século XVI, esse *corpus* da semelhança era perfeitamente organizado”⁶, Foucault quer fazer lembrar que toda a circulação de similitude, um grande moinho propulsor de rotatividade, era “uma forma de saber positivo”, sobre a qual se configurou o saber renascentista:

Atualmente, o semelhante é tão alheio ao nosso saber, tão misturado aos jogos solitários da percepção, da imaginação e da linguagem, que facilmente esquecemos que ele tenha podido ser, e por muito tempo, uma forma de saber positivo⁷.

Investir, pois, na semelhança é, para o Renascimento, garantia de possibilidade de conhecimento. Assim, haveria um campo de forças, cuja forma positiva determina e garante, pela similitude, a ordem e o conteúdo dos saberes. Assim, do movimento giratório circular de semelhanças, será projetada uma ordem própria fundada na semelhança. E por ser uma ordem intrínseca e anterior aos saberes propriamente ditos, é forma positiva para o futuro conhecimento a ser engendrado. Em suma, o espaço de ordem da semelhança é o espaço de ordem segundo o qual constitui-se o saber do século XVI.

Na era da semelhança tanto a ordenação quanto a visibilidade da ordem mesma do mundo dar-se-ão através da construção e da prática de um tipo de linguagem. Por conta do encadeamento dessa linguagem, todo o olhar renascentista, ao circunavegar ao redor e ao longe, absorvido na configuração epistêmica circular das semelhanças, é capaz de tudo envolver, enlaçar sinais, ler e adivinhar correspondências exteriores na natureza. Inclusive, por conta desse envolvimento efetivado nos lugares de todo o mundo, esse tipo de linguagem absorve a totalidade cósmica, pois, pela ordem do saber das similitudes, tanto o macro quanto o microcosmos podem ser pensados com “a garantia desse saber e o termo de sua expansão”⁸.

⁶ *Idem Ibidem*, p. 565; na tradução, p. 41.

⁷ FOUCAULT, M. “La prose du monde” in *Dits et écrits*, I, p. 480; FOUCAULT, M. “1966 – A Prosa do Mundo” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 11.

⁸ *M.C.*, p. 47; *P.C.*, p. 44.

O poder envolvente da semelhança é, portanto, responsável pela primeira aderência da linguagem com a naturalidade do mundo. O que se quer é, pela linguagem, propiciar ondas circulares de semelhanças para e entre as coisas. Ao final, constitui-se uma realidade marcada pela relação de similitude entre as palavras e as coisas, cujo domínio articulatório notadamente condiciona a realidade no enlace do similar. Ou seja, sobre o espaço epistêmico único, e com insistência, circular do Renascimento, é que se faz emergir e entrelaçar-se tanto a experiência da linguagem quanto, pelo mesmo impulso, as coisas do mundo.

A fim de sempre fundamentar uma realidade engendrada na semelhança, estabeleceu-se, pois, no espaço comum do saber, a correspondência palavra/mundo. A primeira *epistémê*, a da similitude, define-se refletidamente pela co-originalidade entre palavras e coisas, profundamente ligadas pela relação de semelhança. Aposta-se na inquestionável indissociação dos reflexos das coisas do mundo transportadas em palavras, cujo poder é serem elas mesmas espelhos correspondentes das coisas. Portanto, refletido pela similaridade palavra/coisa, a envergadura de força da linguagem absorve toda a realidade. Na junção das coisas visíveis com a irradiação de suas respectivas palavras, todas as figuras do mundo se conectam, até mesmo na invisibilidade. Vale ressaltar que “a similitude não tinha que confessar de que peças ou pedaços era feita secretamente; ela podia dar conta, pelos poderes que lhe eram próprios, da maneira pela qual o mundo estava ligado a ele mesmo”⁹.

Dessa maneira, a linguagem renascentista confirma, pelas palavras, uma reprodução ou reduplicação do universo. As palavras são os signos das coisas; ou melhor, “como

⁹ FOUCAULT, M. “La prose du monde” in *Dits et écrits*, I, p. 480; FOUCAULT, M. “1966 – A Prosa do Mundo” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 11.

repetição da realidade (as palavras *são* as coisas)”¹⁰. Nesse campo, “todo buliçoso de palavras” é, segundo Foucault, “um grande espelho calmo, no fundo do qual as coisas se mirariam e remeteriam uma às outras suas imagens”¹¹.

Ora, não custa verificar que, se essa realidade está marcada pela relação de similitude entre as palavras e as coisas, acontece também no Renascimento, a prática ritualista do discurso, de tipo encantatória: “como se, assim, fosse possível igualar magicamente a palavra e a coisa, possibilitando uma ação mágica sobre o mundo através das palavras”¹². É o que se pode chamar de discurso ritualístico, e enquanto tal assume “uma força esotérica”:

Se a epistêmê ocidental é a história do “discurso”, sua primeira etapa, a da epistêmê do século 16 é marcada por uma forte aliança entre a palavra e a coisa centrada na semelhança; o dizer e o nomear assumem uma força esotérica, pois se verbo e matéria estão indissociavelmente unidos pela similitude, a palavra ganha uma força mágica de transformar a realidade¹³.

Nota-se que a era da semelhança está aberta ao acolhimento tanto de saberes considerados mágicos quanto os considerados eruditos. Erudição e magia eram aceitas por serem formas não concorrentes, e assim eram requeridas e incorporadas ao próprio conhecimento renascentista. Decerto, por um lado, a operação da fórmula mágica, além de se entreter com a articulação da palavra pronunciada, também se importava com o critério do efeito da escrita imposta às coisas, que atua, com força misteriosa, sobre o papel ou pergaminho. Por outro lado, a erudição, através da linguagem aceita e válida como espelho das coisas, vai buscar ajustar os signos e seus significados às próprias coisas; e assim será a responsável pela transmissão do tesouro de signos ligados por similitudes.

¹⁰ GREGOLIN, M. R., *op. cit.*, p. 80.

¹¹ *M.C.*, p. 42; *P.C.*, p. 37.

¹² GALLO, S. “O conceito de *epistêmê* e sua arqueologia em Foucault” in MARIGUELA, M. (org.), *op. cit.*, p. 19.

¹³ *Idem Ibidem*, p. 19.

Vale mencionar ainda dois tipos de conhecimento engendrados no espaço epistêmico circular do Renascimento: a *divinatio* e a *cognitio*. São conhecimentos estabelecidos pelos anelamentos, sejam lateralmente ou em profundidade, de semelhanças:

dois tipos de conhecimento completamente distintos: a *cognitio*, que era a passagem, de qualquer forma lateral, de uma semelhança à outra; e a *divinatio*, que era o conhecimento em profundidade, indo de uma semelhança superficial a outra mais profunda. Todas essas semelhanças manifestam o *consensus* do mundo que as funda¹⁴.

Assim, com o acolhimento e características de erudição, magia, *cognitio* e *divinatio*, o êxito da linguagem renascentista está, de fato, na convicção de ser ela algo genuíno imantado à natureza. Sem demora “vê-se que a experiência da linguagem pertence à mesma rede arqueológica a que pertence o conhecimento das coisas da natureza”¹⁵. O mundo assim é dado pela via da naturalização de sua linguagem.

Dessa forma, o investimento nessas voltas da linguagem, por caminhos da similitude, tem para o Renascimento, o propósito de garantir e determinar a riqueza da forma e do conteúdo do conhecimento. No entanto, no século XVI, diz Foucault, "desde suas fundações, esse saber será movediço"¹⁶; ou seja, no círculo movente do mundo, as coisas podem avizinhar-se à mercê do fervilhar do conhecimento, das credulidades, das experiências e das tradições existentes.

Em um parentesco, que se basta em si mesmo, da linguagem com o mundo, este torna-se auto-ordenado, em toda a sua extensão, por entrelaçadas semelhanças imediatas, garantidas por uma disposição de linguagem, cuja força semântica reforça correlações e ajustamentos. E ainda, tal parentesco busca imprimir sinais nas coisas, notados como

¹⁴ FOUCAULT, M. "Nietzsche, Freud, Marx" in *Dits et écrits*, I, p. 566; FOUCAULT, M. "1967 – Nietzsche, Freud, Marx" in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 42.

¹⁵ *M.C.*, p. 56; *P.C.*, p. 57.

¹⁶ *M.C.*, p. 45; *P.C.*, p. 42.

naturais, que estejam fundamentalmente “ligados ao que indicam pela profunda relação de semelhança”¹⁷. A respeito dessa ligação, é o que será abordado na seqüência.

2.3. O jogo do ajustamento de semelhanças

Salientar que o mundo foi absorvido e instituído pelo espaço disposto e auto-alimentado pela circularidade das similitudes é reforçar a real característica e necessidade do saber desse período, isto é: impor vizinhanças às coisas, mesmo até as mais obscuras, em um giro de “círculos em círculos”¹⁸.

Isso posto, encontra-se, ao longo do capítulo II de *As Palavras e as coisas*, um novo referente a toda uma ligação de semelhança já engendrada no espaço circular. Um circuito de junção de anéis, de anelamentos, é notado por conta da recorrência de termos como elos, cadeias, liames, encadeamentos, enrolamentos. Isso parece ter um propósito: o ajustamento. Conforme adverte Foucault, “havia no coração do saber uma necessidade: era preciso ajustar a infinita riqueza de uma semelhança”¹⁹. Busca-se então um ajuste com força semântica bastante rica em significações. Tal riqueza é sugerida no próprio destaque de palavras em latim - língua oficial do período renascentista - recolhidas por Foucault da *Syntaxeon artis mirabilis*, de P. Grégoire, escrita em 1610 na Colônia. Destaca-se o seguinte: “a trama semântica da semelhança no século XVI é muito rica: *Amicitia*, *Aequalitas (contractus, consensus, matrimonium, societas, pax et similia)*, *Consonantia*, *Concertus*, *Continuum*, *Paritas*, *Proportio*, *Similitudo*, *Conjunctio*, *Copula*”²⁰. Ao que parece, todos esses termos participam de uma disposição de linguagem cujo mecanismo

¹⁷ *M.C.*, p. 49; *P.C.*, p. 46.

¹⁸ *M.C.*, p. 34; *P.C.*, p. 26.

¹⁹ *M.C.*, p. 46-7; *P.C.*, p. 43.

²⁰ *M.C.*, p. 32; *P.C.*, p. 24.

parece trazer o atributo comum depositado nas palavras: a aproximação ou o ajustamento, enquanto virtudes semânticas.

Para melhor abordagem dessa disposição de linguagem, deve-se buscar um conjunto de figuras que sustenta o mundo renascentista. Mais exatamente, buscar o “jogo de símbolos” do século XVI, cuja engrenagem deve ser buscada não talvez, como demarcado acima, nas “próprias palavras, mas antes na existência mesma da linguagem, na sua relação total com a totalidade do mundo, no entrecruzamento de seu espaço com os lugares e as figuras do cosmos”²¹.

Aqui vale uma consideração: o propósito, segundo Foucault, da existência de um jogo de símbolos é buscar restituir a primária transparência de uma forma primeira de similitude, aquela que teria sido destruída no desastre de Babel; lá rompera-se a semelhança primeira dos signos absolutamente certos das coisas. Não obstante, “com base nessa similitude perdida e no espaço por ela deixado vazio”²², buscou-se, no século XVI, garantir uma disposição de linguagem que mantivesse, de uma maneira própria, a similitude. Para tanto, confeccionou-se um jogo de símbolos.

Os símbolos desse jogo - identificados por Foucault como “as principais figuras que prescrevem suas articulações ao saber da semelhança”²³ - que, por ora, cumpre indicar, são a conveniência, a emulação, a analogia, a simpatia e a assinalação. Antes, porém, deve-se salientar que tais figuras são articuladas enquanto formas de conhecer; pois “nos dizem de que modo o mundo deve se dobrar sobre si mesmo, se duplicar, se refletir ou se encadear para que as coisas possam assemelhar-se”²⁴. É necessário deter-se a seguir nesse jogo de símbolos da renascença, possibilitado em sua condição de existência pela *epistémê* da

²¹ *M.C.*, p. 52; *P.C.*, p. 52.

²² *M.C.*, p. 51; *P.C.*, p. 49.

²³ *M.C.*, p. 33; *P.C.*, p. 24.

²⁴ *M.C.*, p. 40-1; *P.C.*, p. 35.

similitude. Pois, segundo Foucault, “sabe-se bem o importante papel que desempenharam, na cosmologia, na botânica, na zoologia, na filosofia do século XVI, a semelhança e todas as noções que giram em torno dela como satélites”²⁵. De fato, as cinco noções “satélites”, “seguramente, essenciais”²⁶, que giram ao redor da semelhança no século XVI, eram bem definidas para a organização do “*corpus da semelhança*”.

A conveniência (*conveniência*) é a primeira “forma de conhecer” da semelhança. A sua característica de linguagem básica é ser um dispositivo de laço que faz ligar as extremidades de coisas, antes desligadas entre si; estabelecendo um encontro, uma aproximação. Dessa aproximação aparecerá a semelhança, justamente onde as coisas estão envolvidas e ajustadas: a saber, no seu lugar de encontro. O símbolo da conveniência ramifica as artérias do envolvimento; ou seja, formula, em elos laterais, a arte dos liames de parentesco e de vizinhança, constituindo assim uma imensa cadeia no mundo. Para Foucault, “a *conveniência* é uma semelhança (...) da ordem da conjunção e do ajustamento”²⁷; por ela dá-se o “ajustamento (por exemplo, da alma ao corpo, ou da série animal à vegetal)”²⁸. O mundo adquire assim a confluência da continuidade e do ajustamento universal. E, ainda, envolvidos em círculos, os elos de conveniência, ao se enrolarem liberam uma atração recíproca e vibrante entre as coisas: a força da assimilação. No entanto, verifica-se que “muitos seres que se convêm estão separados”²⁹; então, faz-se necessário que a conveniência circunscreva os seus sinais para fazer valer, de fato, o seu propósito de ajustamento.

²⁵ FOUCAULT, M. “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 565; FOUCAULT, M. “1967 – Nietzsche, Freud, Marx” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 41.

²⁶ *M.C.*, p. 33; *P.C.*, p. 24.

²⁷ *M.C.*, p. 33; *P.C.*, p. 25.

²⁸ FOUCAULT, M. “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 566; FOUCAULT, M. “1967 – Nietzsche, Freud, Marx” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 41.

²⁹ *M.C.*, p. 43; *P.C.*, p. 39.

A semelhança tem uma segunda forma de aparição: a emulação (*aemulatio*). Segundo Foucault, pela noção de emulação faz-se atuar a semelhança na dispersão. Ou seja, pela linguagem da emulação, busca-se a semelhança na distância, no não encadeamento de coisas próximas. Para tanto, caracteriza-se por fazer arrolar atributos comuns a seres ou substâncias distintas e distantes entre si, de tal maneira que sejam “como o reflexo uns dos outros em uma substância e na outra”, explica Foucault. E continua, “assim, Porta explica que o rosto humano é, com as sete partes que ele distingue, a emulação do céu com seus sete planetas”³⁰. A influência da prática da emulação, enquanto circulação de semelhanças de coisas distantes uma das outras, dá ordem ao mundo, pois se equilibra “uma espécie de geminação natural das coisas”³¹. Todavia, vale ressaltar que os círculos da emulação, que percorre rincões desatados desde aqui ao longínquo, frente a frente, em altas voltagens, “não formam uma cadeia como os elementos da conveniência: mas, antes, círculos concêntricos, refletidos e rivais”³². Cumpre atentar ao aspecto “rivais”, pois não estão isentas, na emulação, ondas que espelham afrontamentos e duelos de tudo o que se assemelha; está aberta, pois, a possibilidade de inflexão: de “combate de uma forma contra outra – ou melhor, de uma mesma forma separada de si pelo peso da matéria ou pela distância dos lugares”³³.

O terceiro símbolo da semelhança é a analogia (*analogia*). É a linguagem que opera o elo da correspondência, no qual superpõem-se conveniência e emulação: “como esta, assegura o maravilhoso afrontamento das semelhanças através do espaço; mas fala, como aquela, de ajustamentos, de liames e de juntura”³⁴. A analogia enreda o parentesco de

³⁰ FOUCAULT, M. “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 566; FOUCAULT, M. “1967 – Nietzsche, Freud, Marx” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 41.

³¹ *M.C.*, p. 35; *P.C.*, p. 27.

³² *M.C.*, p. 36; *P.C.*, p. 29.

³³ *M.C.*, p. 35; *P.C.*, p. 28.

³⁴ *M.C.*, p. 36; *P.C.*, p. 29.

semelhança entre as coisas por relações sutis, nem sempre dadas à visibilidade. Para melhor explorar a noção de analogia, pode-se dizer que é uma sutil correspondência de identidade entre coisas diferentes; “é a identidade das relações entre duas ou mais substâncias distintas”³⁵. Na prática da analogia, qualquer afinidade identitária, a princípio imprevista que depois se cumpre, é afirmada e levada adiante por alguém que é ele próprio “saturado de analogias”: o homem, o “grande fulcro das proporções – o centro onde as relações vêm se apoiar e donde são novamente refletidas”³⁶. Portanto, o grande e grave sustentáculo sobre o qual faz aparecer a todas as direções as órbitas da semelhança, é o próprio homem; ele é o ponto polivante, reversível para si mesmo, que afirma as semelhanças sutis de identidade, rebobinadas do mundo, e que estão em cena envolvidas nele mesmo.

A quarta noção desse jogo de símbolos da semelhança é a simpatia (*sympathia*). Pode-se dizer que, a partir da figura da simpatia, desloca-se o heterogêneo (as individualidades) em direção a uma forma mútua de semelhança. A simpatia, por conta de uma disposição livre, aproxima e impulsiona as individualidades a fim de suscitar secretamente a semelhança por um “movimento interior”, o qual, segundo Foucault, faz deslocar “qualidades” que emanam a simpatia. A linguagem da simpatia pretende ser o princípio que rege a mobilidade “das coisas no mundo e provoca a aproximação das mais distantes”³⁷. Ela pode brotar de um só contato e circula instantaneamente sobre vastas extensões. De seu toque sempre suscita “uma palavra dizendo que ela é boa para...”³⁸. Sem dúvida, a prática da simpatia afirma a aproximação. Mas também há nela, o “perigoso poder de *assimilar*, de tornar as coisas idênticas umas às outras”³⁹, alterando-as ao redor da

³⁵ FOUCAULT, M. “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 566; FOUCAULT, M. “1967 – Nietzsche, Freud, Marx” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 42.

³⁶ *M.C.*, p. 38; *P.C.*, p. 31.

³⁷ *M.C.*, p. 38; *P.C.*, p. 32.

³⁸ *M.C.*, p. 42; *P.C.*, p. 37.

³⁹ *M.C.*, p. 39; *P.C.*, p. 32.

“morna figura do Mesmo”⁴⁰. Por conta disso, em discórdia e em contestação permanente à simpatia, há a sua “figura gêmea”, diz Foucault, a figura da antipatia. Esta, no ponto oposto da circunferência, preserva a singularidade da individualidade das coisas, que mesmo se aproximando não se dissipam; obstina-se, na equidistância, a compensar qualquer assimilação e contrabalançar a redução do mundo em uma homogeneidade; pois da prática da antipatia mantém-se as coisas isoladas, na distância. Em suma, o que importa aqui, é que “por esse espaço da simpatia e da antipatia que não cessa de aproximar as coisas e de mantê-las à distância”, afirma Foucault, “todo o volume do mundo, todas as vizinhanças da conveniência, todos os ecos da emulação, todos os encadeamentos da analogia são suportados, mantidos e duplicados”⁴¹.

Falta ainda especificar a quinta noção, a assinalação (*signatura*). Ela será abordada de maneira mais demorada, por conta de sua importância na relação com todos os outros símbolos da semelhança. Diz Foucault:

Toda semelhança recebe uma assinalação; essa assinalação, porém, é apenas uma forma intermediária da mesma semelhança. De tal sorte que o conjunto das marcas faz deslizar, sobre o círculo das similitudes, um segundo círculo que duplicaria exatamente e, ponto por ponto, o primeiro, se não fosse esse pequeno desnível que faz com que o signo da simpatia resida na analogia, o da analogia na emulação, o da emulação na conveniência, que, por sua vez, para ser reconhecido, requer a marca da simpatia⁴².

Aquilo, pois, que garante a cada símbolo desse jogo, que um “resida” no outro, é a assinalação: a confecção de um signo, um sinal ou uma marca. O que se assume como necessário na articulação de toda e qualquer semelhança é a marcação do mundo; porque “a semelhança não pode ser conhecida por si mesma”⁴³, necessita inexoravelmente dos signos.

⁴⁰ *M.C.*, p. 39; *P.C.*, p. 33.

⁴¹ *M.C.*, p. 40; *P.C.*, p. 34-5.

⁴² *M.C.*, p. 44; *P.C.*, p. 39-40.

⁴³ *M.C.*, p. 57; *P.C.*, p. 57.

Não é demais salientar que toda e qualquer assinalação a ser colocada nas coisas, estará submetida e afinada àquela ordem do mundo fundada na semelhança – uma vez que os próprios signos “não podem ser outra coisa senão similitudes”⁴⁴.

No entanto, uma questão torna-se pertinente: por que, de fato, há a necessidade de assinalação do mundo? Ora, a marcação das coisas tem a pretensão de fazer com que nada, nenhum segredo, permaneça escondido indefinidamente. Qualquer semelhança no mundo renascentista pode ser notada imediatamente ou não, vista ou não; logo, a semelhança apresenta-se com um aspecto dúbio: pois “acaso não será toda semelhança a um tempo o que há de mais manifesto e o que está mais bem oculto?”⁴⁵. Então, a fim de que qualquer similitude ainda não notada, possa ser conhecida, ou seja, que saia da sombra e “venha até a luz, é necessária uma figura visível que a tire de sua profunda invisibilidade”, e continua Foucault, “eis por que a face do mundo é coberta de brasões, de caracteres, de cifras, de palavras obscuras”⁴⁶.

Apoiados nos jogos de símbolos, citados anteriormente, através de cuidadosos arranjos de elos congregados de semelhanças, as coisas do mundo, e o próprio mundo como um todo, terão as suas assinalações. Pois se as semelhanças exigem ser notadas, é preciso o investimento dos grafismos nas superfícies das coisas. Assim, toda semelhança notada estará legivelmente escrita, marcada na superfície das coisas; sinais legíveis cujas marcas dão à luz as coisas a serem visadas. Grafias, portanto, patenteiam semelhanças e afinidades. Todo e qualquer signo legível ou marca visível é um elemento de decisão para transformar algo duvidoso em algo indubitável. A marca é algo que esclarece; “inútil deter-se na casca das plantas para conhecer sua natureza; é preciso ir diretamente às suas marcas”⁴⁷.

⁴⁴ *M.C.*, p. 57; *P.C.*, p. 57.

⁴⁵ *M.C.*, p. 41; *P.C.*, p. 36.

⁴⁶ *M.C.*, p. 42; *P.C.*, p. 36-7.

⁴⁷ *M.C.*, p. 41; *P.C.*, p. 36.

Com grafias e sinais (signos) engendrados no Renascimento, o saber das similitudes assume a seguinte qualidade: força de instaurar o “nexo entre o signo e o que ele indica”⁴⁸. Ou seja, a correspondência entre signo e conteúdo. Isso porque a semelhança irradia uma transparência entre signo e significado; ela é, diz Foucault: “tanto a forma dos signos quanto seu conteúdo”⁴⁹. Com efeito, reconhecem-se as semelhanças necessariamente pela rotatividade de signos similares proliferados por um sistema de marcação, cujo critério é a própria semelhança com o que indica.

Verificar-se-á, pois, como desdobramento da assinalação das coisas, a importância de uma característica que dominou todo o Renascimento: a saber, “o privilégio absoluto da escrita”⁵⁰. Ou seja, o saber advindo da relação de similitude do mundo com a linguagem, conduzido pela configuração do espaço epistêmico do século XVI, fortalece-se na força da palavra escrita, sobrevalorizada como uma marca que detém uma verdade. Vale mencionar, como exemplo, que diante da precariedade da memória e dos sons da voz, antes de tudo a “Lei foi confiada a Tábuas”⁵¹. Assim, o que garante a salvaguarda, assumida pelo Renascimento, de tradução da natureza verdadeira das coisas, é o ato da escrita. A escrita assume assim um privilégio, justamente por ter uma autoridade própria: de ser uma materialidade devidamente para ler.

Chegar-se-á a um ponto chave em relação à assinalação: o conhecimento se dá pelo arrolamento de palavras escritas em um texto, criando uma narrativa discursiva à imagem do que ela anuncia; o propósito é que o conhecimento se dirija a todas as pessoas, assegurando assim a transmissão de geração a geração, de um novelo de palavras, de marcas, de narrativas e discursos.

⁴⁸ *M.C.*, p. 45; *P.C.*, p. 42.

⁴⁹ *M.C.*, p. 57; *P.C.*, p. 58.

⁵⁰ *M.C.*, p. 53; *P.C.*, p. 52.

⁵¹ *M.C.*, p. 53; *P.C.*, p. 53.

Por isso, vale enfatizar que, no Renascimento, não há distinção entre “o que se vê e o que se lê”. Ou seja, a *epistémê* renascentista produziu a equiparação ou a não-distinção entre os elementos da visão e os da leitura, os da observação e os da redação. Desta maneira, o espaço epistêmico do século XVI propiciou, em sua produção de linguagem que se solidifica nas coisas, um conjunto ordenado de saber fundado na semelhança, a fim de ser visto, dito e lido.

Sobre o espaço de ordem único da semelhança, através de uma organização, segundo Foucault, “ternária”, resolvem-se os chamados três elementos distintos da linguagem: as marcas, os conteúdos e as coisas designadas. Tal organização “apela para o domínio formal das marcas, para o conteúdo que se acha por elas assinalado e para as similitudes que ligam as marcas às coisas designadas”⁵². Pode-se dizer que, pela noção de assinalação, indica-se, primeiramente, que as coisas são conhecidas através e diretamente de suas marcas; indica-se também, numa secreta e essencial semelhança, ser o sinal assinalado algo especial, cujo conteúdo é recoberto de autoridade. Pelas assinalações reconhece-se o mundo, cuja manifestação se dá no grande espaço ordenado de semelhanças imediatas.

O mundo renascentista, no entanto, é algo que se fecha em seu próprio sistema de desdobramentos. O giro efetivo das “noções satélites” da conveniência, da emulação, da analogia, da simpatia e da assinalação, que arrola, de forma mútua, tanto signos como semelhanças, numa vazão aparentemente irrestrita, dá-se, porém, num domínio circunscrito, a saber, em um próprio limite da configuração epistêmica renascentista. O domínio do “círculo das similitudes” indica um limite efetivo que absorve todos os signos, situando-os,

⁵² *M.C.*, p. 57; *P.C.*, p. 58.

uns em relação aos outros, num espaço comum de encontro. Contudo, o limite não impede de afirmar que o espaço epistêmico da era da semelhança é, sobretudo, homogêneo:

Na época que tomei como ponto de referência, no século XVI, os signos se distribuíam de uma maneira homogênea em um espaço que era ele próprio homogêneo, e em todas as direções. Os signos da terra remetiam ao céu, mas também ao mundo subterrâneo, eles remetiam do homem ao animal, do animal à planta, e vice-versa⁵³.

Marcadamente há, sim, um limite das próprias órbitas circulares emanadas do ajustamento desse carrossel de semelhanças. Deve-se, pois, sempre enfatizar que, no espaço circular epistêmico do século XVI, “o mundo enrola-se sobre si mesmo”⁵⁴, pois todo o giro de símbolos e práticas confirma a mesma semelhança que circunda o mundo do Renascimento.

2.4. *A idade da decifração interpretativa*

É preciso deter-se ainda sobre uma prática recorrente da era da semelhança. Uma questão ainda não levantada, e que é resultado dos enlaces da *epistémê* renascentista, a saber: “forma assinalante e forma assinalada são semelhanças, mas paralelas”⁵⁵. Indicação, portanto, de que haveria um vão ou uma não equivalência absoluta entre o que se assina e o assinado. De sorte que, para abordar a questão da não transparência entre os sinais e os seus respectivos conteúdos, torna-se pertinente considerar fundamentalmente o que é, afinal, “próprio do saber” no período renascentista.

⁵³ FOUCAULT, M. “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 568; FOUCAULT, M. “1967 – Nietzsche, Freud, Marx” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 43-4.

⁵⁴ *M.C.*, p. 32; *P.C.*, p. 23.

⁵⁵ *M.C.*, p. 44; *P.C.*, p. 40.

De início, a suspeita de que haveria uma oscilação entre a marca e o conteúdo, entre os sinais e os sentidos, foi confirmada através da utilização de certos conhecimentos e técnicas que, por sua vez, indicavam justamente que no vão entre as marcas e as palavras, é que estaria situado o que é “próprio do saber” e do seu labor infinito: a saber, que “não é nem ver nem demonstrar, mas interpretar”⁵⁶.

A produção do conhecimento está, pois, dependente de um intenso trabalho de interpretação de toda uma camada espessa, toda ela escrita e depositada no mundo, que precisa ser interpretada. Isso revela que um mundo cheio de sinais, ao mesmo tempo em que é uma onda indicativa, é também misterioso em sua ciranda, pois tanto manifesta quanto esconde semelhanças passíveis à decifração.

O mundo é coberto de signos que é preciso decifrar, e estes signos, que revelam semelhanças e afinidades, não passam, eles próprios, de formas da similitude. Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e, sem ela, permanecerá palavra muda, adormecida nas coisas⁵⁷.

A fim de interpretar toda e qualquer marca no mundo, um “princípio interior” deve ser instaurado na própria linguagem; um princípio que a mova a proliferar-se em exegese, redobrando-se sempre em mais linguagem: ou seja, um “princípio interior de proliferação”⁵⁸ que move o saber a fazer a rotação que “consiste em referir a linguagem à linguagem (...) o discurso segundo do comentário”⁵⁹. Desta maneira, a trama interpretativa do Renascimento passa pelo comentário; mas, vale lembrar, sempre a partir da soberania de um texto primeiro incorporado ao mundo pelo fundo da escrita primeira.

⁵⁶ *M.C.*, p. 55; *P.C.*, p. 55.

⁵⁷ *M.C.*, p. 47; *P.C.*, p. 44.

⁵⁸ *M.C.*, p. 55; *P.C.*, p. 56.

⁵⁹ *M.C.*, p. 55; *P.C.*, p. 55.

Assim, por conta do fundo primeiro da escrita e do comentário posterior, nota-se o seguinte: decifra-se algo que já, de antemão, tem uma marca; para, em seguida, lançá-lo numa ampla operação interpretativa. O objetivo é que nada permaneça “adormecido”: nenhuma marca, nenhum sinal deve estar liberado da decifração interpretativa.

Cumpre aqui acrescentar uma informação, recolhida de um escrito foucaultiano posterior à fase arqueológica, cujo título é *A Verdade e as formas jurídicas*; neste texto, Foucault discorre sobre certo procedimento de saber chamado *inquérito*, utilizado no Renascimento e, posteriormente, também na Idade Clássica. Segundo ele, o procedimento investigativo do inquérito é, de forma geral, um exercício de saber, cuja prática de recolhimento de sinais e de decifração interpretativa destes, garante a absorção de conteúdos de conhecimento. O procedimento do inquérito é o seguinte: primeiramente, o olhar indagativo recai sobre o que se apresenta; depois, ao recolher as marcas, apura com rigor; em terceiro, confirma o conteúdo considerado verdadeiro. Com efeito, institui-se, por meio do inquérito, o poder “de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir”⁶⁰. Tal prática renascentista, ressurgida, de fato, na Idade Média, com o propósito restrito de, por meio de certas técnicas, “saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento (...) puderam, em seguida, [por exemplo, na Idade Clássica] ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica”⁶¹.

Sobremaneira, dois conjuntos de conhecimentos e de técnicas, superpostos também na forma da similitude, foram utilizados para a prática da interpretação renascentista: a hermenêutica e a semiologia. Assim, o que vai importar aqui é a verificação de que

⁶⁰ FOUCAULT, M. “La vérité et les formes juridiques” in *Dits et écrits*, 1954-1988, vol. II. Paris: Gallimard, 2005, p. 1456; FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002, p. 78.

⁶¹ *Idem Ibidem*, p. 1409; na tradução, p. 12.

somente através da eficácia e aplicação da “hermenêutica da semelhança” e da “semiologia das assinalações”, é que se tornará possível e permitido fazer falar, distinguir, definir as leis dos signos e descobrir os seus sentidos.

Chamemos hermenêutica ao conjunto de conhecimentos e de técnicas que permitem fazer falar os signos e descobrir seu sentido; chamemos semiologia ao conjunto de conhecimentos e de técnicas que permitem distinguir onde estão os signos, definir o que os institui como signos, conhecer seus liames e as leis de seu encadeamento⁶².

Com efeito, se “Deus, para executar nossa sabedora, só semeou na natureza figuras a serem decifradas”⁶³, a técnica da hermenêutica, propriamente dita, vai abranger e absorver tanto o tipo de conhecimento da *Divinatio* quanto o da *Eruditio*. Pois ambos, segundo Foucault, “são uma mesma hermenêutica”, que

se desenvolve, porém, segundo figuras semelhantes, em dois níveis diferentes: uma vai da marca muda à própria coisa (e faz falar a natureza); a outra vai do grafismo imóvel à clara palavra (restitui vida às linguagens adormecidas)⁶⁴.

Com efeito, tais conhecimentos e técnicas fazem dizer, e ao mesmo tempo reproduzem, quer lateralmente ou em profundidade, isto é, da direita para a esquerda, da esquerda para a direita, de cima para baixo, de baixo para cima, os elos da semelhança tanto os do céu quanto os da terra. Desta maneira, os sinais residentes nas plantas, nos astros, nas pedras e nos animais, um a um, tornam-se frutíferos signos para novos discursos, principalmente quando se crê que os segredos do mundo, e de suas figuras, podem ser decifrados e desvelados por mais e mais sinais produzidos, pelo próprio conjunto utilizado de técnicas e conhecimentos.

⁶² *M.C.*, p. 44; *P.C.*, p. 40.

⁶³ *M.C.*, p. 48; *P.C.*, p. 46.

⁶⁴ *M.C.*, p. 48-9; *P.C.*, p. 46.

Basicamente, através da hermenêutica e da semiologia, busca-se uma sintaxe gramatical que ligue os seres em um espaço exegético, cuja coerência aponte que “a natureza das coisas, sua coexistência, o encadeamento que as vincula e pelo que se comunicam não é diferente de sua semelhança”⁶⁵. Pode-se dizer então que, por conta fundamentalmente do sistema de decifração interpretativa, os signos e as semelhanças se enrolam sempre mais, recobrando-se reciprocamente em mais semelhanças sujeitas à interpretação. Ou seja, o próprio sistema interpretativo é ele também um sistema de desdobramento de semelhanças. E, desse sistema, sempre novos signos circulam numa “tarefa infinita, necessariamente inacabada, de conhecer o similar”⁶⁶.

Numa operação aberta da linguagem, a prática da decifração interpretativa se desdobra sobretudo em interpretar as próprias interpretações. Tal desdobramento é fruto de uma “relação inevitável que a linguagem do século XVI entretinha consigo mesma”⁶⁷.

Verifica-se, no mundo renascentista, que tanto a experiência da linguagem como a produção do conhecimento foi alimentada pela prática da decifração interpretativa. E é justamente no “sítio geral” da semelhança, no giro do espaço epistêmico circular das similitudes, que tal prática encontra o seu próprio liame, a fim de dispor de sempre mais semelhanças.

Nesta época, o que dava *lugar* à interpretação, simultaneamente seu sítio geral e a unidade mínima que a interpretação tinha a tratar, *era a semelhança*. Lá onde as coisas se assemelhavam, lá onde *isso* se parecia, alguma coisa queria ser dita e podia ser decifrada ⁶⁸.

⁶⁵ M.C., p. 44; P.C., p. 40-1.

⁶⁶ M.C., p. 56; P.C., p. 57.

⁶⁷ M.C., p. 55; P.C., p. 56.

⁶⁸ FOUCAULT, M. “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 565; FOUCAULT, M. “1967 – Nietzsche, Freud, Marx” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 41.

Todavia, a decifração interpretativa estava submetida a uma rede esgotável. Essa esgotabilidade tem o seu horizonte indicativo na própria exaustão que, pela maneira operacional da decifração renascentista, está condicionada à *epistémê* circular; ou seja, a operação interpretativa está, de fato, sujeita a despachar suas considerações pelas instâncias limitadas que ela própria, de toda maneira, já percorreu e passou.

Nota-se, então, algo peculiar a esse espaço do saber: a persistência e repetição do mesmo. No entanto, por conta da prática interpretativa, o mesmo não está imune à oscilação; pelo contrário, é oscilante nas semelhanças. Por isso, enfatiza-se que a semelhança “jamais permanece estável em si mesma; só é fixada se remete a uma outra similitude que, por sua vez, requer outras”⁶⁹. Está, pois, aberta a sempre novos elos formados pela própria conjuntura dos similares. Elos que se perfazem pela adição de semelhança. Adição esta fortalecida “por acúmulo infinito de confirmações requerendo-se uma às outras”⁷⁰.

Assim, ao desenrolar e expandir o carretel das semelhanças na realidade do mesmo, o que vale no espaço do saber das similitudes é, pois, o acúmulo de todas as semelhanças e o reconhecimento de umas com as outras. A curvatura do espaço epistêmico circular do Renascimento faculta que toda e qualquer semelhança reconheça a outra, que por sua vez reconheça “a primeira, mas que, por sua vez, é patenteada por uma terceira”⁷¹.

Os anéis aditivos no saber do Renascimento, como foi salientado em seu limite, vale reiterar, apesar de imensa, não fundamenta esse saber numa dimensão infinita. Conforme abordará o capítulo seguinte, a dimensão infinita do saber servirá como referência para a Idade Clássica, a chamada era da representação.

⁶⁹ *M.C.*, p. 45; *P.C.*, p. 41.

⁷⁰ *M.C.*, p. 45; *P.C.*, p. 42.

⁷¹ *M.C.*, p. 44; *P.C.*, p. 39.

CAPÍTULO 3

A QUADRATURA DO ESPAÇO PLANO

“...o quadro só tem por conteúdo o que ele representa e, no entanto, esse conteúdo só aparece representado por uma representação”
(Foucault, grifos nossos)

3.1. Considerações introdutórias

O segundo momento histórico tratado em *As Palavras e as coisas* é a Época Clássica. Ela é inaugurada, na abordagem foucaultiana, no século XVII, por conta de uma mudança arqueológica em relação ao Renascimento. Sobremodo, uma mutação entendida como uma “ruptura essencial”¹ com a ordem fundada na semelhança, com aquelas noções circulares dos jogos da similitude renascentista.

Estabelece-se assim um espaço novo que não mais será diagnosticado como circular, mas de superfície plana: a *epistémê* da representação. E, segundo a ordem desse espaço epistêmico plano, “a questão não será mais a das similitudes, mas a das identidades e das diferenças”². E ainda, ao pensamento clássico cumpre fazer a análise das coisas em termos tanto de identidade e de diferença como de medida e de ordem.

Dessa forma, tem-se o estabelecimento de um espaço geral do saber, cuja dimensão, em extensão e tamanho, pode-se diagnosticar como “espaço plano, bidimensional”³, ou seja, uma área materializada, em sua largura e comprimento, pela disposição da

¹ M.C., p. 64; P.C., p. 68.

² M.C., p. 64; P.C., p. 68.

³ MACHADO, R., *op.cit.*, p. 116.

representação em quadro. Diz Foucault que “o centro do saber, nos séculos XVII e XVIII é o *quadro*”⁴.

A fim de compreender essa “tábua de trabalho”⁵ bidimensional que emoldura a época clássica, deve-se dar atenção ao referencial da quadratura, o qual advém da forma de conhecimento da representação. Através do referencial da quadratura, a ordem do conhecimento será, no período clássico, saber representar o pensamento.

Diagnosticar-se-á assim, neste terceiro capítulo, o solo epistêmico único que configura os quadros do saber dos séculos XVII até meados do século XIX. Todavia, para abordar o campo de forças que permitiu definir a Época Clássica como a era da representação, deve-se enfatizar o próprio tema da representação, e seu específico funcionamento, para depois considerar o conteúdo que se representa na planta de quadros ordenados. Em outros termos, considerar uma tríade conjuntural: “projeto de uma ciência geral da ordem; teoria dos signos analisando a representação; disposição em quadros ordenados das identidades e das diferenças”⁶.

3.2. *A linguagem da representação*

Na Época Clássica, o mundo deixa de ser assimilado pela “prosa” das similitudes. Rompe-se notadamente a aliança entre as semelhanças e suas marcas. Não há mais a correlação de semelhança entre as palavras e o mundo, entre as palavras e as coisas ou ainda entre a escrita e as coisas. As palavras - e também a escrita - não preenchem mais as coisas com conteúdo de realidade. Por conseqüência, abre-se uma fenda, uma separação,

⁴ *M.C.*, p. 89; *P.C.*, p. 103.

⁵ *M.C.*, p. 9; *P.C.*, prefácio, p. XII.

⁶ *M.C.*, p. 86; *P.C.*, p. 99.

entre as palavras e os objetos. E assim, o período clássico será inaugurado e configurado por um espaço epistêmico que, à sua maneira, responderá por tal separação.

Em decorrência da desagregação do discurso que vinculava a ordem da semelhança renascentista, pela identidade entre coisa e palavra, elucida Silvio Gallo sobre o delineamento de uma nova ordem epistêmica:

Essa identidade entre a coisa e a palavra vai, porém, deteriorar-se paulatinamente; à medida em que ocorre a separação entre palavras e coisas, o discurso perde sua capacidade mágica de ação sobre a realidade. Nesse processo, começa a delinear-se uma nova *epistêmê*, que já não é fundada na semelhança.

(...) A desagregação da ordem fundada na semelhança leva a uma conseqüente desagregação dos saberes fundados sobre essa ordem; é o processo de gênese de uma nova *epistêmê*, a gestação de uma nova ordem que vai fundar novos saberes⁷.

O novo espaço epistêmico que é a base do saber nos séculos XVII e XVIII, a citada nova ordem fundante de saberes, é a *epistêmê* da representação. Tal *epistêmê* se configura como um solo plano e liso, no qual se formalizará uma nova relação discursiva entre as palavras e as coisas. Com efeito, uma outra forma de linguagem é operada no campo epistêmico, cujo critério fundamental é dado pela ordem das idéias representativas.

Em cartaz, marcadamente, o poder representativo da linguagem, e dele novas regras e poderes. O mundo se nota absorvido no funcionamento daquilo que se convencionou chamar representação. A linguagem fundamentar-se-á nas figuras tidas como representativas das coisas, cuja marca essencial é a dessemelhança entre as coisas e suas respectivas representações. Como conseqüência, destitui-se, pela visibilidade da representação, o que é preenchido de realidade concreta, pois agora o que se tem é a

⁷ GALLO, S. "O conceito de *epistêmê* e sua arqueologia em Foucault" in MARIGUELA, M. (org.), *op. cit.*, p. 19-20.

imagem representativa do visível, acessível unicamente pela visão estante e interna do pensamento.

Dessa forma, efetivamente resplandecer-se-á, da *epistémê* da representação, não mais as marcas que *são* as coisas, mas palavras que representam as coisas. Em outros termos, no espaço epistêmico da Idade Clássica, as palavras não têm mais a característica de traduzir o pensamento, mas, sim, representar o pensamento.

Fundamenta-se assim, uma época, a qual buscará prioritariamente, pela linguagem da representação, a quadratura de idéias das coisas. É através das idéias e de suas formas planas que se dará ao mundo a propriedade de ser ele representado como imagem, como estampa mental. Isso posto, cumpre salientar a maneira como a visão clássica vai direcionar-se: verá o mundo guarnecido nas figuras planas das idéias, sempre atuantes na memória, e com a força de serem, elas mesmas, essenciais representações da realidade. Assim, no período clássico, o mundo se estabelece unicamente por uma disposição da realidade, convertida por nós, em representação, em imagem. Verifica-se então um “mundo-visão”, um “mundo-quadro”:

O mundo se torna, apenas, nossa representação. Mundo-visão, visão de um sujeito clássico, trata-se de um mundo sem interior, sem profundidade. Um mundo-quadro. De Descartes a D’Alembert, durante dois séculos, a memória reina soberana. Daí, também, o privilégio da classificação, das árvores do conhecimento, das enciclopédias, dos mapas⁸.

Cumpre ressaltar que, na representação de toda e qualquer coisa, o cenário é uma operação mental; ou seja, mentalmente engendram-se imagens das coisas que se apresentam de forma plana ao espírito. Há, em outras palavras, na forma mesma de representar algo, uma planificação, isto é, um apresentar submetido ao nível plano. Pela

⁸ TERNES, J. “A morte do sujeito” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.), *op. cit.*, p. 60.

linha da imagem, livra-se de um mundo de relevos e protuberâncias, pois a exposição é planisférica. Por tal recurso já se tem o suficiente, a saber, a suficiência da idéia, a suficiência da imagem:

É a idade da representação de que fala Foucault em *Les Mots et les choses*. Então, reduzido a *imagem*, o mundo pode ser descartável. Basta a imagem, o substituto. Basta a idéia. Se quisermos, basta o *Sujeito* (com letra maiúscula)⁹.

3.3. Na representação, o rudimento da semelhança

Conforme destacado, a linguagem clássica, configurada pela *epistémê* plana da representação, surge da “ruptura essencial” com os jogos de linguagem renascentista, os quais, para a visão clássica, mais confundem, pelos devaneios fictícios, do que ilustram, com rigor, o pensar ordenado. No entanto, a similitude entrará no domínio interno da representação. Notar-se-á, a seguir, que a ordem fundada no espaço plano da representação exigirá o “fundo” da semelhança para o estabelecimento da quadratura de ordenadas relações do conhecimento.

Em outras palavras, a similitude será “uma indispensável moldura”¹⁰ e “um rudimento de relação”¹¹ para toda a extensão do conhecimento clássico. Oferece-se assim como uma “moldura”, a fim de garantir um suporte para os conteúdos representativos. A semelhança, na *epistémê* da representação, desempenha um papel peculiar dentro de uma atividade comparativa e ordenatória dos conteúdos do saber; pois ela é tanto “o fundo indiferenciado, movediço, instável, sobre o qual o conhecimento pode estabelecer suas

⁹ *Idem Ibidem*, p. 64.

¹⁰ *M.C.*, p. 82; *P.C.*, p. 93.

¹¹ *M.C.*, p. 82; *P.C.*, p. 94.

relações, suas medidas e suas identidades”, como também “um lugar de aplicação às formas do conhecimento”¹².

Enquanto no século XVI a semelhança era a relação fundamental do ser consigo mesmo e a dobradura do mundo, na idade clássica ela é a mais simples forma sob a qual aparece o que se deve conhecer e que está afastado do próprio conhecimento. É por ela que a representação pode ser conhecida, isto é, comparada com as que podem ser similares, analisada em elementos (em elementos que lhe são comuns com outras representações), combinada com as que podem apresentar identidades parciais e distribuídas finalmente num quadro ordenado¹³.

Isso posto, deve-se destacar aqui a relação de contigüidade da semelhança com a imaginação, pois, é de tal relação que se facultará aos saberes se disporem na ordem da representação. Decerto, o que confere a manutenção da semelhança, no período clássico, é a imaginação; e esta, em contrapartida, sustenta-se naquela para o seu exercício. Segundo Foucault, “sem imaginação não haveria semelhança entre as coisas”¹⁴. É, pois, o imaginário que configura os graus de semelhança nas coisas. Assim, num primeiro impulso, pela sensibilidade da imaginação, buscam-se semelhanças, antes que a ordem das identidades seja percebida. Ademais, segundo Foucault, na era da representação, a imaginação assume características tanto negativas quanto positivas, face à pluralidade das coisas da natureza. A negativa é atribuída ao extenso poder imaginativo que pode conceber semelhanças obscuras e, conseqüentemente, propiciar desordens em relação à percepção das identidades e diferenças entre as coisas; por sua vez, a positiva, é quando a imaginação se sensibiliza diante de um mundo constituído por uma multiplicidade de coisas, concentrando-se, pelo alcance imaginário, em um ponto: “no fato enigmático de uma natureza que, antes de toda ordem, se assemelha a si mesma”¹⁵.

¹² *M.C.*, p. 82; *P.C.*, p. 94.

¹³ *M.C.*, p. 82-3; *P.C.*, p. 94.

¹⁴ *M.C.*, p. 83; *P.C.*, p. 95.

¹⁵ *M.C.*, p. 85; *P.C.*, p. 97.

No entanto, vale salientar que toda possibilidade de ordenação, por estar configurada na planície epistêmica clássica, ao final, enquadra o mundo numa disposição fundamentalmente representada pela ordem da razão. Mas, apesar da busca das identidades e diferenças bem ordenadas, não se abre mão da semelhança, a qual se mantém; porém conduzida para os arredores do saber, “na orla exterior do saber”¹⁶. Segundo Foucault, “é preciso que haja, nas coisas representadas, o murmúrio insistente da semelhança; é preciso que haja, na representação, o recôndito sempre possível da imaginação”¹⁷.

Em suma, pela relação do imaginário com o semelhante, os saberes entrarão na ordem da representação, e estarão dispostos em quadros ordenados. É, pois, na figura do quadro que eles terão a sua condição de possibilidade para se instalarem, funcionarem e se ordenarem fundamentalmente. A seguir, cumpre destacar a disposição em quadro.

3.4. O domínio do quadro

Para aproximar-se da geografia plana do pensamento da representação clássica, deve-se considerar a figura do quadro. A figura do quadro é o campo tabular que se apresenta como o altiplano ilustrativo das coisas; é o campo onde se registram as classificações, onde se estabelecem as coerências e ordenações aos conteúdos próprios dos saberes da Idade Clássica. No quadro, graficamente os seres e as coisas estarão representados.

Vale lembrar que, na mudança arqueológica operada no período clássico, a prioridade será a questão de ordem das representações. Ordenar as dispersões representadas será, na Idade Clássica, a operação do conhecimento. Usar-se-á o campo do quadro, a fim

¹⁶ *M.C.*, p. 82; *P.C.*, p. 94.

¹⁷ *M.C.*, p. 83; *P.C.*, p. 95.

de que, em sua planta, esteja representada a ordem das coisas. Por isso, no período clássico, o quadro é, conforme já dito, “o centro do saber”. Pode-se enfatizar que é justamente na figura do quadro, que se materializa a forma do saber da representação. O quadro é o lugar aderente para toda ordenação classificatória.

Para ilustração, vale indicar um diagnóstico, salientado na obra *O Nascimento da clínica*, cuja abordagem condiciona, por exemplo, a medicina do século XVIII, à “regra classificatória”, produzindo o chamado “quadro nosológico” das doenças:

a regra classificatória domina a teoria médica e mesmo sua prática; aparece como a lógica imanente das formas mórbidas, o princípio de sua decifração e a regra semântica de sua definição (...) Antes de ser tomada na espessura do corpo, a doença recebe uma organização hierarquizada em famílias, gêneros e espécies. Aparentemente, trata-se, apenas, de um “quadro” que permite tornar sensível, para a aprendizagem e a memória o domínio abundante da doença (...) o quadro nosológico implica uma figura das doenças diferente do encadeamento dos efeitos e das causas, da série cronológica dos acontecimentos e de seu trajeto visível no corpo humano¹⁸.

Cumprir enfatizar que, se a ordem do conhecimento é saber representar, então se deve distribuir, pela e na superfície plana do quadro, todas as coisas visíveis representadas e oferecidas, por suas respectivas idéias, de maneira ordenada e coerente. A rigor, o conteúdo explanado no quadro busca representar as figuras ou imagens das coisas decalcadas do mundo.

Assim, também a figura da loucura foi submetida à ordenação classificatória, e inserida nas “nosologias do século XVIII”¹⁹; dá-se “um conhecimento discursivo da loucura que comodamente se inscreveria no plano positivo e ordenado de todas as doenças possíveis”. Desse modo, todas as possibilidades de junções e divisões de doenças são

¹⁸ FOUCAULT, M. *Naissance de la clinique*. 6^a ed. Paris: Quadrige/PUF, 2000, p. 2-3; FOUCAULT, M. *O Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994, p. 2-3.

¹⁹ FOUCAULT, M. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 1972, p. 208; FOUCAULT, M. *História da loucura: na Idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 192.

inscritas em quadro logicamente ordenados; com efeito, “no interior desse espaço lógico, as doenças particulares se definem ora, por suas causas (internas ou externas), ora por seu contexto patológico (saúde, doença, convulsão, rigidez), ora por sintomas anexos (febre, ausência de febre)”²⁰.

Como se nota, no plano do quadro, no nível achatado e de extensão gráfica guarnecida pela cercadura quadrangular, há a necessidade da colocação das coisas dispostas umas em relação às outras. O quer se quer é o registro da distribuição, divisão e classificação de coisas para serem conhecidas. De todo modo, busca-se estabelecer a correspondência entre as idéias das coisas e o que é representado no quadro.

Dessa forma, também, representado no quadro, o Código das leis; conforme a obra *Vigiar e Punir*, “assim, que o crime for cometido, e sem perda de tempo, virá a punição, traduzindo em ações o discurso da lei e mostrando que o Código, que liga as idéias, liga também as realidades”²¹.

Portanto, novas relações para o conhecimento, com figuras elencadas, de forma linear, estão anotadas em quadro. E tais figuras representam a manifestação do mundo, dada por uma ordem racional imperativa a toda uma época histórica. Por conta disso, convencionou-se chamar representação ao próprio espaço plano do quadro.

3.5. Relação com a ordem: máthêsis, taxinomia e gênese

Diz Foucault que a “relação com a *Ordem* é tão essencial para a idade clássica quanto foi para o Renascimento a relação com a *Interpretação*”²². Tal afirmação leva a

²⁰ *Idem Ibidem*, p. 208; na tradução, p. 193.

²¹ FOUCAULT, M. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975, p. 112; FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 91.

²² *M.C.*, p. 71; *P.C.*, p. 79.

considerar que, o projeto de universalização de uma ciência da ordem, é a obstinação do período clássico.

A partir do século XVII, busca-se uma sucessão ordenada do saber. Para tanto, constitui-se uma prática nova no espaço do saber, a qual substitui aquela das similitudes. Resumidamente, “o *comentário* cedeu lugar à *crítica*”²³ através da “substituição da hierarquia analógica pela análise”²⁴. Ou seja, via mutação arqueológica, desfigura-se aquele espaço de decifração, da prática do comentário renascentista, e implanta-se um espaço de crítica, da prática da análise clássica, cujo foco recai na relação que a linguagem postula consigo mesma, num ato que, em si mesmo e de sua intimidade, ordena e libera julgamentos.

Pela prática da análise crítica, busca-se atingir aquilo que é essencial para a era da representação, a saber, uma forma mais clara de conhecimento; pois “agora, uma enumeração completa se tornará possível”²⁵. A rigor, a teoria geral da representação fundamentou “uma ‘ideologia’, isto é, uma análise geral de todas as formas da representação, desde a sensação elementar até a idéia abstrata e complexa”²⁶.

Aqui vale destacar alguns passos dessa análise, a qual busca a ordem das coisas: primeiramente ver, no olhar de superfície, para poder classificar; a seguir dizer, ao falar da diferenciação da disposição visível; e depois, nomear, impondo os nomes no quadro, resultando daí a ordem classificatória adquirida pela relação do que é visto com o que é dito.

Com efeito, a medida e a ordem serão sobrevalorizadas enquanto critérios imprescindíveis para a prática metodológica do período clássico. Ambas são operações

²³ *M.C.*, p. 94; *P.C.*, p. 110.

²⁴ *M.C.*, p. 69; *P.C.*, p. 75.

²⁵ *M.C.*, p. 69; *P.C.*, p. 75.

²⁶ *M.C.*, p. 81; *P.C.*, p. 92.

articulatórias, através das quais promovem as relações dos elementos simples aos complexos; da igualdade e desigualdade; das identidades e das diferenças. Basicamente, elas constituem as duas formas de comparação da Idade Clássica: enquanto “uma analisa em unidades para estabelecer relações de igualdade e de desigualdade; a outra estabelece elementos, os mais simples que se possam encontrar, e dispõe as diferenças segundo os graus mais fracos possíveis”²⁷.

Mais detalhadamente, a operação da medida, por exemplo, considera primeiramente o todo e depois, em partes, o divide; de cada parte resulta uma unidade que só pode ser analisada se comparada às outras unidades separadas e exteriores uma das outras. Aplica-se então uma unidade comum pela qual se analisa os pares; por fim, calculam-se as grandezas da identidade e da diferença de notadas relações estabelecidas de igualdade e de desigualdade. Quanto à operação da ordem, não é por coisas isoladas que ela se dá, mas quando se dispõe, entre dois termos, aquele, cuja natureza dada pelo pensamento, é considerado o elemento mais simples; e depois passa-se ao mais próximo, segundo os graus de diferença, desde os mais fracos possíveis, e assim ininterruptamente, até que seja concordado os determinados graus de complexidade, segundo diferenças crescentes das coisas simples às mais complexas.

Todavia, quanto às operações da medida e da ordem, cumpre ressaltar que uma delas prevalece em relação à outra, e é justamente a operação da ordem; pois o propósito a ser atingido, no espaço do saber, conforme dito, é uma ordenação generalizada do conhecimento.

Decorre, da análise, o estabelecimento tanto de um método quanto o seu progresso, cuja finalidade é “reduzir toda medida (...) a uma colocação em série que, partindo do

²⁷ *M.C.*, p. 67; *P.C.*, p. 73.

simples, faz aparecer as diferenças como graus de complexidade”²⁸. Com tal procedimento, no século XVII, nota-se, sobremaneira, o nascedouro da ciência e “a entrada, enfim, da natureza na ordem científica”²⁹. Pelo juízo da razão clássica, o conhecimento científico absorverá as características de transparente e de neutro; ou seja, assume a idéia da transparência e da neutralidade advinda de uma linguagem racional distanciada das coisas.

Para Foucault, a Época Clássica é “essencialmente cartesiana”³⁰. Toda e qualquer verdade aceita se dará pela forma pura da racionalidade; ou seja, saber distintamente ordenar as representações do pensamento. Assim, mesmo uma semelhança notada na natureza, será analisada segundo evidências de identidade e de diferenças. É assim que Descartes, por exemplo, quer buscar “conhecimento verdadeiro”³¹, alcançável somente “pela intuição, isto é, por um ato singular da inteligência pura e atenta, e pela dedução que liga entre si as evidências”. Segundo Foucault, o que Descartes faz, na época clássica, é universalizar o ato da comparação.

Entretanto, essa ordem ou comparação generalizada só se estabelece conforme o encadeamento no conhecimento; o caráter absoluto que se reconhece ao que é simples não concerne ao ser das coisas, mas, sim, à maneira como elas podem ser conhecidas. De tal sorte que uma coisa pode ser absoluta sob certo aspecto e relativa sob outro; a ordem pode ser ao mesmo tempo necessária e natural (em relação ao pensamento) e arbitrária (em relação às coisas), já que uma mesma coisa, segundo a maneira como a consideramos, pode ser colocada num ponto ou noutra da ordem”³².

A fim de melhor considerar a habilidade do pensamento clássico, deve-se indicar uma “rede” que possibilita, ao pensar clássico, um caráter ilimitado, frente a análises que requerem, para seu maior rigor, composição e decomposição das idéias representadas no

²⁸ *M.C.*, p. 68; *P.C.*, p. 74.

²⁹ *M.C.*, p. 68; *P.C.*, p. 75.

³⁰ TERNES, J. “A morte do sujeito” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.), *op. cit.*, p. 58.

³¹ *M.C.*, p. 66; *P.C.*, p. 72.

³² *M.C.*, p. 68; *P.C.*, p. 74.

quadro. De fato, no quadro, há a imbricação das noções de *máthesis*, *taxinomia* e *gênese*: três noções que “designam menos domínios separados que uma rede sólida de interdependências que define a configuração geral do saber na época clássica”³³.

Primeiramente, é necessário afirmar que o fundamental para a *epistémê* clássica é a relação com a *máthesis*, pois é ela a ciência universal da medida e da ordem. Segundo Foucault, “no sentido estrito, a *máthesis* é ciência das igualdades, portanto, das atribuições e dos juízos; é a ciência da *verdade*”³⁴. O domínio da *máthesis* recai ou “tem validade quando se trata de natureza simples, como a figura, a extensão, o movimento, e utiliza como instrumento a álgebra”³⁵. Na sucessão ordenada, estabelecida justamente pela relação do conhecimento com a *máthesis*, é que as coisas podem ser apreendidas pelo conhecimento. Decerto, a necessária colocação das coisas dispostas umas em relação às outras, foi fundada pela ordem da *máthesis*.

Também os signos terão a conseqüente relação com a ciência da ordem e da medida. Através da *taxinomia*, “uma *máthesis* qualitativa”³⁶, os signos estarão ordenados em classes; ou seja, estarão classificados na disposição em quadro. A “*taxinomia* estabelece o quadro das diferenças visíveis”³⁷. Ela “trata das identidades e das diferenças; é a ciência das articulações e das classes; é o saber dos *seres* (...) define, pois, a lei geral dos seres, e, ao mesmo tempo, as condições sob as quais é possível conhecê-los”³⁸. No entanto, com referência aos seres, sabe-se que não se trata de naturezas simples, mas de naturezas complexas. E “como algebricamente é possível organizar naturezas simples, a organização das naturezas complexas só pode ser feita através da representação, sendo a *taxinomia*

³³ *M.C.*, p. 88; *P.C.*, p. 102.

³⁴ *M.C.*, p. 88; *P.C.*, p. 102.

³⁵ MACHADO, R., *op. cit.*, p. 123.

³⁶ *M.C.*, p. 88; *P.C.*, p. 102.

³⁷ *M.C.*, p. 88; *P.C.*, p. 102.

³⁸ *M.C.*, p. 88; *P.C.*, p. 102.

como que uma generalização da álgebra”³⁹. A *taxinomia* é um conhecimento “que deve ser exercido quando se trata de naturezas complexas (...) e cujo método não é mais matemático, mas o próprio sistema de signos da linguagem natural”⁴⁰. Isso posto, a base da *taxinomia* são os signos, e por isso ela é potencializada pela imaginação, ocupando-se inclusive com “um certo *continuum* das coisas”⁴¹.

Em resumo, de forma criteriosa, as naturezas simples serão ordenadas quando se recorre “a uma *máthesis* cujo método universal é a Álgebra”; ao passo que, para “as naturezas complexas, (as representações em geral, tais como são dadas na experiência), é necessário constituir uma *taxinomia* e, para tanto, instaurar um sistema de signos”⁴². E ainda analisando como se dão as ordens, há uma *gênese* ou análise genética.

A idéia de uma *gênese* será projetada, na Idade Clássica, a fim de atribuir unidade às análises. A análise genética “supõe uma série sucessiva (...) reparte [os signos] num *análogon* do tempo, como uma cronologia”⁴³. Ou seja, o projeto de uma ciência da ordem implica notadamente uma “gênese do conhecimento”⁴⁴.

O que ainda merece destaque é que, no espaço geral do saber clássico, “a *taxinomia* não se opõe à *máthesis*: aloja-se nela e dela se distingue (...) Da mesma forma, a *gênese* se aloja no interior da *taxinomia*, ou ao menos encontra nela sua possibilidade primeira”⁴⁵. Com efeito, de forma imbricada, tanto a *taxinomia* se reporta à *máthesis* como a *máthesis* “não é mais do que um caso particular da *taxinomia*”⁴⁶. Com tal imbricação, busca-se sobretudo a constituição das ordens que recairá na interrogação sobre a própria origem dos conhecimentos. Certamente, constitui-se uma análise do próprio conhecimento, numa

³⁹ GALLO, S. “O conceito de *epistêmê* e sua arqueologia em Foucault” in MARIGUELA, M. (org.), *op. cit.*, p. 21.

⁴⁰ MACHADO, R., *op. cit.*, p. 123.

⁴¹ *M.C.*, p. 87; *P.C.*, p. 100.

⁴² *M.C.*, p. 86; *P.C.*, p. 99.

⁴³ *M.C.*, p. 88; *P.C.*, p. 102.

⁴⁴ *M.C.*, p. 86; *P.C.*, p. 99.

⁴⁵ *M.C.*, p. 88; *P.C.*, p. 102.

⁴⁶ *M.C.*, p. 86; *P.C.*, p. 100.

operação dada, com rigor, pela ciência da ordem e por uma apreciação genética dessa ordenação, ou seja, pela imbricação das noções de *máthêsis* e *gênese*. Assim, “nas duas extremidades da *epistémê* clássica, têm-se, portanto, uma *máthêsis* como ciência da ordem calculável e uma *gênese* como análise da constituição das ordens a partir de seqüências empíricas”⁴⁷.

Vê-se, pois, uma plataforma articulada pela *máthesis*, pela *taxinomia* e pela *análise genética*, cuja projeção instala a ordem no espaço do saber. Em suma, na Idade Clássica, tal “rede sólida de interdependências” ajudou a compor, numa unidade implícita no quadro, a ordenação do saber.

3.6. *Os signos aderentes no plano do quadro*

Na composição do saber, diz Foucault: “todas as representações são ligadas entre si como signos; em conjunto, formam como que uma imensa rede; cada uma na sua transparência se dá como o signo daquilo que ela representa”⁴⁸. Por isso, conclui, “a filosofia clássica (...) foi inteiramente uma filosofia do signo”⁴⁹.

Para compreender tal engendramento, é necessário afirmar que, na Idade Clássica, os signos, concebidos não mais como similares (aqueles em que a semelhança dava o seu conteúdo), são agora signos que representam as coisas. Isso leva em conta a possibilidade de que qualquer idéia translúcida deve ser representada uniformemente em um signo equivalente de representação. Cumpre salientar que

na idade clássica, servir-se de signos não é, como nos séculos precedentes, tentar reencontrar por sob eles o texto primitivo de um discurso afirmado,

⁴⁷ *M.C.*, p. 87; *P.C.*, p. 101.

⁴⁸ *M.C.*, p. 80; *P.C.*, p. 90-1.

⁴⁹ *M.C.*, p. 80; *P.C.*, p. 91.

e reafirmado, para sempre; é tentar descobrir a linguagem arbitrária que autorizará o desdobramento da natureza no seu espaço, os termos últimos de sua análise e as leis de sua composição⁵⁰.

Ora, o que se nota, no período clássico, é que os signos estão distribuídos nas divisões e nas classificações num quadro bem ordenado. Ao analisar criteriosamente os termos representativos no campo do quadro, tem-se a constituição de uma forma de linguagem que “busca substituir todas as línguas por um sistema de símbolos artificiais e de operações de natureza lógica”⁵¹. De tal modo que os signos, cortando a relação externa com o mundo, percorrem tão somente a extensão própria do pensamento. Assim, os signos representativos, por se instalarem no âmbito das idéias, estão alojados no interior da representação: são, pois, “co-extensivos à representação”⁵². Ou seja, se o espaço da idade clássica é o espaço do interior da representação, também os signos estão condicionados a esse espaço. Não há como separar a análise da representação e a teoria dos signos, diz Foucault.

Surge, então, uma importante questão a ser refletida a partir do século XVII: indaga-se “como um signo pode estar ligado àquilo que ele significa”⁵³. Na busca de entendimento, é necessário reiterar que, na Idade Clássica, configuram-se signos e palavras que representam, na base, a si mesmos. Por conta disso, os signos, ao romperem com as similitudes, revelam um auto-retrato de sua própria natureza, ou seja, revelam o “seu próprio ser”⁵⁴.

Para melhor entender o signo na época clássica, deve-se, pois, numa atividade interna da consciência pensante, refletir unicamente sobre o que ele, em “seu próprio ser”,

⁵⁰ *M.C.*, p. 76-7; *P.C.*, p. 86.

⁵¹ *M.C.*, p. 77; *P.C.*, p. 87.

⁵² *M.C.*, p. 79; *P.C.*, p. 90.

⁵³ *M.C.*, p. 58; *P.C.*, p. 59.

⁵⁴ *M.C.*, p. 72; *P.C.*, p. 80.

manifesta, “porque, em sua essência própria, a representação (...) é, ao mesmo tempo, *indicação e aparecer*; relação a um objeto e manifestação de si”⁵⁵.

Ou seja, os conteúdos manifestos dos signos clássicos, ao mesmo tempo em que representam, produzem de si para si mesmos a sua realidade própria. Segundo Foucault, haverá signo desde que “uma representação esteja ligada a outra e represente em si mesma essa ligação”⁵⁶. Todavia, o próprio ser do signo é constituído, no classicismo, segundo três formas de ligação, cuja eficácia recai no domínio dos conhecimentos empíricos. Através dessas três formas, sem nenhuma contradição do pensamento, almeja-se confeccionar uma língua simples e transparente. Por tais variáveis, busca-se nomear o elementar e, de forma ordenada, contemplar a cartografia de um sistema dos signos. Segundo Foucault, as três formas variáveis de ligação do signo com aquilo que ele significa são: a certeza da ligação, o tipo da ligação e a origem da ligação. Deve-se, agora, entender as operações específicas dessas formas de ligação.

Sobre a primeira variável, a certeza da ligação, o domínio do signo é sempre instaurado por um ato de conhecimento, que concentrado em si mesmo em sua própria interioridade, constitui o signo com significação de certeza, ou mesmo de probabilidade sempre aberta, direcionando os passos sempre a uma certeza maior - lembra Foucault, que Hume tornou-se possível, justamente quando o conhecimento foi “substituído por uma rede de signos construída passo a passo pelo conhecimento do provável”⁵⁷.

Já a segunda variável, o tipo da ligação, leva em conta o poder de análise do pensamento; pois diante do mundo que se desdobra, pelo pensamento, a uma extensão infinita, há o direcionamento da atenção a fim de dividir a impressão global, distinguindo

⁵⁵ *M.C.*, p. 79; *P.C.*, p. 89.

⁵⁶ *M.C.*, p. 79; *P.C.*, p. 90.

⁵⁷ *M.C.*, p. 74; *P.C.*, p. 83.

numa região isolada e definida, o elemento de uma percepção tornado signo: signo isolado, definido e distinto em sua identidade, constituído como resultado e instrumento da análise. Diz Foucault: “a constituição do signo é, pois, inseparável da análise (...) porque o espírito analisa, o signo aparece. Porque o espírito dispõe de signos, a análise não cessa de prosseguir”⁵⁸. Vale destacar que, além da análise, o mundo é oferecido também à combinatória, para que, no delineamento dado pelo juízo da razão, seja desenrolado, percorrido, ligado, enfim, ordenado.

Em relação à terceira variável, a origem da ligação, os signos tanto podem ser naturais ou convencionais; naturais, desde que sejam constituídos como signos pela própria naturalidade de um ato de conhecimento, que, a sua forma, subtrai um elemento para as coisas; convencionais, ou signos artificiais, aceitos desde que o funcionamento deles seja “simples, fácil de lembrar, aplicável a um número indefinido de elementos, suscetível de se dividir ele próprio e de se compor”⁵⁹; ademais, os signos convencionais devem mostrar como é possível a combinatória dos signos, de certo estabelecida pela instauração do campo combinatório do arbitrário, de cujo crivo e através desses mesmos signos convencionais, a natureza vai se oferecer para o conhecimento.

O que merece destaque aqui, e o que se verá a seguir, é que somente no interior de todo e qualquer signo, está alojado o seu significado. Isto é, o significado representa em si mesmo a relação de ligação com o respectivo signo. Logo, “a relação do significante com o significado se aloja agora num espaço onde nenhuma figura intermediária assegura mais seu encontro: ela é, no interior do conhecimento, o liame estabelecido entre a *idéia de uma coisa* e a *idéia de uma outra*”⁶⁰.

⁵⁸ M.C., p. 75; P.C., p. 84.

⁵⁹ M.C., p. 76; P.C., p. 85.

⁶⁰ M.C., p. 78; P.C., p. 87-8.

Nota-se com isso que, não mais liames sólidos e concretos da linguagem mesma das coisas - que implicavam similitudes e, ao mesmo tempo, instauravam sua própria função significante - mas o que interessa é a definição do signo no espaço interno do conhecimento, lá em “seu próprio ser”. É, pois, no signo que está o conhecimento a ser perseguido, pois nele há uma significação automanifesta que o faz funcionar.

Segundo Foucault, a propriedade fundamental da natureza dos signos na *epistémê* clássica é dada por uma “disposição binária (...) essa disposição supõe que o signo é uma representação duplicada e reduplicada sobre si mesma (...) essa representação pode sempre se representar no interior da idéia que representa”⁶¹. Essa é, pois, a condição relacional de significante-significado. É no espaço da representação plana que se aloja a tal relação do significante com o significado; sobre esse campo epistêmico, o signo é pura e simples ligação de um significante com um significado; tanto o conteúdo, quanto a função e a determinação total do significante estão indicados e aparecem naquilo que ele representa. Conforme Foucault: “a partir da idade clássica, o signo é a *representatividade* da representação enquanto ela é *representável*”⁶².

Cita Foucault, por exemplo, uma lógica característica da Idade Clássica, a *Lógica de Port-Royal*, segundo a qual “o signo encerra duas idéias, uma da coisa que representa, outra da coisa representada”⁶³. Acrescenta ele:

É característico que o exemplo primeiro de um signo que dá a *Lógica de Port-Royal* não seja nem a palavra, nem o grito, nem o símbolo, mas a representação espacial e gráfica – o desenho: mapa ou quadro. É que, com efeito, o quadro só tem por conteúdo o que ele representa e, no entanto, esse conteúdo só aparece representado por uma representação⁶⁴.

⁶¹ *M.C.*, p. 79; *P.C.*, p. 89.

⁶² *M.C.*, p. 79; *P.C.*, p. 89.

⁶³ *M.C.*, p. 78; *P.C.*, p. 88.

⁶⁴ *M.C.*, p. 78-9; *P.C.*, p. 89.

E para se manter nessa bipolaridade, o signo tem, enquanto condição necessária, conforme citado, de se duplicar e reduplicar sobre si mesmo. Ou seja, pela representação, tem de ligar o que ainda não é considerado signo – a saber, o signo em seu ser simples de idéia, ou de imagem - àquilo que significa, associando e possibilitando que a representação se ache naquilo que está representado nela. É dessa maneira que se constitui o elemento significante: a idéia significante se desdobra, através do poder representativo, alojando-se por inteiro no interior do elemento significante.

Por esse esquema de relação, compreende-se, pois, que enquadrados pela representação, os signos estejam sitiados no “interstício da idéia”⁶⁵. A relação está sempre no plano do quadro ideal, na adesão de uma idéia com outra idéia. É nesse enquadramento que, com plasticidade, as representações “abrem-se por si mesmas para um espaço que lhes é próprio e cuja nervura interna dá lugar ao sentido”⁶⁶. Não se reconhece sentido exterior ou anterior à representação ou ao signo; a análise do sentido se confunde com a própria indicação da análise dos signos:

o sentido não poderá ser mais que a totalidade dos signos desenvolvida em seu encadeamento; ele se dará no *quadro* completo dos signos. Mas, por outro lado, a rede completa dos signos se liga e se articula de acordo com os cortes próprios ao sentido. O quadro dos signos será a *imagem* das coisas. Se o ser do sentido está inteiramente do lado do signo, o funcionamento está inteiramente do lado do significado (...) Na idade clássica, a ciência pura dos signos vale como o discurso imediato do significado⁶⁷.

Vale dizer ainda que, se qualquer dado percebido é somente dado em uma representação, cujas leis regem seu próprio conteúdo, sem intermediários, exclui-se, portanto, na Idade Clássica, a análise da significação.

⁶⁵ M.C., p. 81; P.C., p. 93.

⁶⁶ M.C., p. 92; P.C., p. 108.

⁶⁷ M.C., p. 80-1; P.C., p. 91-2.

Ao final, é digno de nota especificar quais são as extremidades do mundo, na Idade Clássica, alinhadas na superfície plana da *epistémê* da representação:

numa extremidade, encontrar-se-ão os signos tornados instrumentos de análise, marcas de identidade e da diferença, princípios da colocação em ordem, chaves para uma taxinomia; e; e na outra, a semelhança surda que, por sob o pensamento, fornece a matéria infinita das repartições e das distribuições. De um lado, a teoria geral dos signos, das divisões e das classificações; de outro, o problema das semelhanças imediatas, do movimento espontâneo da imaginação, das repetições da natureza. Entre os dois, os saberes novos que encontram seu espaço nessa distância aberta⁶⁸.

Numa abertura, portanto, entre a teoria geral dos signos e as semelhanças imediatas, o espaço de ordem do saber configurará inclusive a grande produção do saber empírico, tema este que será abordado a seguir.

3.7. *Novos domínios do saber*

Cumpre empreender agora, um diagnóstico nas áreas da classificação natural dos seres, das trocas dos bens, tanto da moeda como de valor, e das articulações da linguagem. Ou seja, três domínios do saber que a idade clássica projetou, instituindo os chamados novos saberes empíricos: respectivamente, o saber concernente aos seres vivos, estabelecido pela História Natural; o saber cuja finalidade é analisar as riquezas, a chamada Análise das Riquezas; e o saber que dá conta dos signos, a Gramática Geral. Domínios, todavia, planejados na região da representação, pois

é nessa região que se encontra a *história natural* – ciência dos caracteres que articulam a continuidade da natureza e sua imbricação. Nessa região também se encontra a *teoria da moeda* e do *valor* – ciência dos signos que autorizam a troca e permitem estabelecer equivalências entre as necessidades ou os desejos dos homens. Aí, enfim, se aloja a *Gramática*

⁶⁸ *M.C.*, p. 72; *P.C.*, p. 79-80.

geral, ciência dos signos pelos quais os homens reagrupam a singularidade de suas percepções e recortam o movimento contínuo de seus pensamentos⁶⁹.

Desta forma, configurados pelas relações imbricadas no nível do espaço plano da representação, os temas e os objetos, tanto da filosofia como das ciências, se situam no mesmo solo homogêneo da *epistémê* da representação clássica. Pode-se dizer então que se nivelam as ciências das matemáticas e as da natureza, como também aqueles três ramos do saber que dão conta dos domínios empíricos. O nivelamento acontece porque se condicionam pelo mesmo nível plano da representação, num estado relacional com a mesma superfície contínua de saber; e, além do mais, obedecem todos a uma ordem comum, cujo discurso basta a si mesmo. Ciência e filosofia, no período clássico, apesar da diferença de grau de generalidade, são conhecimentos da análise; preocupados, pois, em ordenar, nomear e classificar as próprias representações, tomadas como objetos mesmos de análise.

De toda forma, a análise adquire valor de método universal; logo, somente através dela, a atividade do espírito vai poder conhecer de modo claro e distinto. Isso significa fundamentalmente alguns critérios: ter o discernimento das coisas entre si; impor a comparação na busca pela diferença; estabelecer as identidades; e depois a passagem dos que se sucedem e se afastam.

É essa nova configuração que, segundo Foucault, afinal, faz aparecer os novos domínios empíricos. Cumpre enfatizar que esses novos domínios só puderam se constituir por causa da relação, nesse período, inevitável com a ciência geral da medida e da ordem, a universal *máthêsis*, mantida, com vigor, por toda a extensão da *epistémê* clássica:

⁶⁹ M.C., p. 88; P.C., p. 101.

...essa relação com a *máthêsis* como ciência geral da ordem não significa uma absorção do saber nas matemáticas nem que nelas se fundamente todo o conhecimento possível; ao contrário, em correlação com a busca de uma *máthêsis*, vê-se aparecer um certo número de domínios empíricos que até então não tinham sido nem formados nem definidos⁷⁰.

Para formar e definir os domínios empíricos recorreu-se à ciência da ordem e à análise, porém é digno de nota que o instrumento particular dos novos domínios empíricos, “não é o *método algébrico*, mas o *sistema dos signos*”⁷¹. Os signos vão se tornar objetos da análise, e quando dispostos em ordem, estabelecida a sucessão ordenada das igualdades e das discrepâncias entre as coisas, formarão e definirão o caráter dos saberes empíricos: “saberes da identidade e da diferença”⁷². É dessa forma que, constituindo um método universal da ordem, também constituir-se-á um saber ordenado na propriedade da palavra (gramática geral), na dos seres (história natural) e na das necessidades (a análise das riquezas). De sorte que, pelos contornos dessa configuração, instituem-se saberes única e fundamentalmente através do quadro das identidades e das diferenças; numa disposição ordenada algebricamente (*máthêsis*), num sistema de signos (*taxinomia*), e numa análise das ordens sequenciais (*análise genética*).

Afinal, por conseqüência, tem-se a definição de “um certo modo de ser para a linguagem, [para] os indivíduos da natureza, [para] os objetos da necessidade e do desejo: esse modo de ser é o da representação”⁷³.

⁷⁰ *M.C.*, p. 71; *P.C.*, p. 78-9

⁷¹ *M.C.*, p. 71; *P.C.*, p. 79.

⁷² *M.C.*, p. 71; *P.C.*, p. 79.

⁷³ *M.C.*, p. 221; *P.C.*, p. 288.

3.8. *A gramática geral*

Na Idade Clássica a significação ou o sentido da linguagem é o próprio pensamento.

Diz Foucault que, a partir do século XVII, é a

existência maciça e intrigante da linguagem que se acha elidida. Não aparece mais encoberta no enigma da marca: não aparece ainda desenvolvida na teoria da significação. Em última análise, poder-se-ia dizer que a linguagem clássica não existe. Mas que funciona: toda a sua existência assume lugar no papel representativo, a ele se limita com exatidão e acaba por nele esgotar-se. A linguagem não tem mais outro lugar senão a representação, nem outro valor senão em si mesma: nesse vão que ela tem poder de compor⁷⁴.

Assim, a linguagem, na condição de linguagem-representativa do pensamento, tão somente subsiste no próprio funcionamento e designação do pensamento. Entretanto, “representar deve-se entender no sentido estrito: a linguagem representa o pensamento como o pensamento se representa a si mesmo”⁷⁵. Ao manifestar-se enquanto indicação do próprio pensamento, a linguagem discursiva clássica se sustenta na convicção de que “é num mesmo movimento que o espírito fala e conhece”⁷⁶. Através dessa condição de linguagem, o conhecimento não mais simplesmente fala, mas também especifica, analisa o próprio pensamento.

Segundo Foucault, pela análise crítica, o que se pretende é mobilizar-se na atribuição e nomeação do ser das coisas. Pois a função da linguagem, na Idade Clássica, é “nomear: isto é, suscitar uma representação ou como que mostrá-la com o dedo”⁷⁷. O nome é considerado como “o *termo* do discurso”⁷⁸; termo este principalmente constituído na

⁷⁴ *M.C.*, p. 93; *P.C.*, p. 108-9.

⁷⁵ *M.C.*, p. 92; *P.C.*, p. 107.

⁷⁶ *M.C.*, p. 101; *P.C.*, p. 120.

⁷⁷ *M.C.*, p. 119; *P.C.*, p. 146.

⁷⁸ *M.C.*, p. 133; *P.C.*, p. 166.

precedente relação com o uso do verbo “*ser*, um misto de atribuição e afirmação”⁷⁹. Tal verbo é o que possibilita fazer resplandecer a essência, a idéia absoluta dos seres e das coisas; a rigor, “o verbo *ser* teria essencialmente por função reportar toda linguagem à representação que ele designa. O ser em direção ao qual ele transborda os signos não é nem mais nem menos que o ser do pensamento”⁸⁰. Assim escreve Foucault:

a tarefa fundamental do “discurso” clássico consiste em *atribuir um nome às coisas e com esse nome nomear o seu ser*. Durante dois séculos, o discurso ocidental foi o lugar da ontologia. Quando ele nomeava o ser de toda a representação em geral, era filosofia: teoria do conhecimento e análise das idéias. Quando atribuía a cada coisa representada o nome que convinha e, sobre todo o campo da representação, dispunha a rede de uma língua bem-feita, era ciência – nomenclatura e taxinomia⁸¹.

Assim, uma superfície plana aderente às palavras/pensamentos que nomeiam, e que estão colocadas numa ordem necessária e linear, firmadas pelo crivo da razão, marcarão um “domínio epistemológico novo que a idade clássica chamou de ‘gramática geral’”⁸². Este novo saber operará uma análise crítica que recai na relação entre pensamento e linguagem em geral. Busca analisar o pensamento, porém não de fora, exteriormente, mas de dentro, intimamente, com os termos que representam a língua; e, ainda, pretende dar conta daquela que é um ato sucessivo desses mesmos termos, a saber, a fala. No entanto, a gramática geral não deve ser entendida, ou não se pode “ver nela a pura e simples aplicação de uma lógica à teoria da linguagem”⁸³; antes,

a Gramática Geral é o estudo da ordem verbal na sua relação com a simultaneidade que ela é encarregada de representar. Por objeto próprio, ela não tem, pois, nem o pensamento nem a língua: mas o *discurso* entendido como seqüência de signos verbais⁸⁴.

⁷⁹ *M.C.*, p. 111; *P.C.*, p. 135.

⁸⁰ *M.C.*, p. 110; *P.C.*, p. 133.

⁸¹ *M.C.*, p. 136; *P.C.*, p. 169.

⁸² *M.C.*, p. 97; *P.C.*, p. 114.

⁸³ *M.C.*, p. 97; *P.C.*, p. 114.

⁸⁴ *M.C.*, p. 97; *P.C.*, p. 114-5.

Mais precisamente, por um lado, a análise crítica da gramática geral interroga a estruturação da linguagem, a ordem fraseológica, sua sintaxe; isso quer dizer que ela estuda a relação das palavras, a sucessão de signos, de verbos. E, por outro, estuda o modo segundo o qual as palavras designam o que dizem, o que representam tanto em sua sintaxe quanto em sua própria situação, configuradas pela espacialidade plana da representação. No entanto, não negligencia a possibilidade de opacidade da própria designação; opacidade que a própria linguagem pode revelar na possível ambigüidade acerca da transparência do verdadeiro e do falso, da verdade e da mentira.

A gramática geral implementa, através de duas formas, a relação da linguagem em geral com a universalidade. Na primeira forma, ela empreende uma espécie de “Discurso Universal”, que é “a possibilidade de definir a marcha natural e necessária do espírito, desde as mais simples representações até as mais finas análises ou as mais complexas combinações”⁸⁵. Na segunda, ela tece uma “Língua Universal”, a qual “inventa signos, uma sintaxe, uma gramática, em que toda ordem concebível deve encontrar seu lugar”⁸⁶. Tais formas são, pois, as marcas da gramática geral.

Todavia, o *geral* da gramática geral não se reporta ao querer ser uma gramática como regra ou validação única, que comporia a mesma estrutura a todas as línguas; mas, sim, uma forma de trabalhar todas as línguas em suas formas únicas e, portanto, próprias de articulação do pensamento. À sua maneira,

a gramática geral não visa a definir as leis de todas as línguas, mas a tratar, por etapas, cada língua particular, como um modo de articulação do pensamento sobre si mesmo. Em toda língua tomada isoladamente, a representação se provê de “caracteres”. A gramática geral definirá o sistema de identidades e de diferenças que esses caracteres espontâneos

⁸⁵ *M.C.*, p. 99; *P.C.*, p. 117.

⁸⁶ *M.C.*, p. 99; *P.C.*, p. 117.

supõem e utilizam. Estabelecerá a *taxinomia* de cada língua. Isto é, aquilo que funda em cada uma delas a possibilidade de sustentar um discurso⁸⁷.

É preciso salientar que o objeto específico da gramática geral é a função representativa do discurso: “este não é mais do que a própria representação, ela mesma representada por signos verbais”⁸⁸.

A seu modo, a linguagem discursiva clássica propicia, para dentro de si, a continuidade das coisas. Nela, certamente, tudo tende a ser absorvido, inclusive a própria noção de tempo; este, não mais se encontrará no exterior, na história, mas, sim, no íntimo dos discursos. Clara inversão, salienta Foucault, na “relação da linguagem com o tempo”:

A partir do séc. XVII, a relação da linguagem com o tempo se inverte: este não deposita mais as falas por etapas na história do mundo; são as linguagens que desenrolam as representações e as palavras segundo uma sucessão cuja lei elas mesmas definem. É por essa ordem interna e pelo lugar que reserva às palavras que cada língua define sua especificidade. E não mais pelo seu lugar numa série histórica. O tempo é para a linguagem seu modo interior de análise; não seu lugar de nascimento⁸⁹.

3.9. *A história natural*

No espaço geral da representação também se configurou uma superfície extensa transmutada em local de representação para os seres da natureza. Tal superfície projetou-se a fim de se inscrever distintas pesquisas de análise em uma plataforma de saber coerente e unificada. Eis que surge, na Idade Clássica, a história natural, cuja base plana e contínua de

⁸⁷ *M.C.*, p. 106; *P.C.*, p. 127-8.

⁸⁸ *M.C.*, p. 96; *P.C.*, p. 112.

⁸⁹ *M.C.*, p. 104; *P.C.*, p. 124-5.

aderência, constitui uma “teoria” segundo a qual “instaura, de si mesma, para designar os seres, um sistema de signos”⁹⁰.

Segundo Foucault: “para que a história natural aparecesse, não foi preciso que a natureza se adensasse (...) foi preciso (...) que a História se tornasse Natural. O que existia no séc. XVI e até meados do séc. XVII eram histórias”⁹¹. No período clássico, a História está ligada, portanto, à ordem natural; estabelecida, em sua extensão, por signos representativos da natureza.

Com as balizas formais oriundas do campo epistêmico da representação, a história natural incide num discurso de ordem descritiva dos seres. Escreve Roberto Machado:

a história natural, zoologia ou botânica, é a observação e a descrição dos seres vivos que privilegia o que há de visível na natureza. Seu conhecimento não pretende penetrar nos objetos; considera-os unicamente em sua superfície, reduzindo-os àquilo que se mostra ao olhar. Privilégio da visão que acarreta o desprestígio dos outros sentidos, desclassificados como formas de conhecimento⁹².

Com efeito, segundo as características próprias do discurso descritivo, “a história natural é uma ciência, isto é, uma língua, mas fundada e bem bem-feita”⁹³. E por ela, “constitui-se como *descritível e ordenável* ao mesmo tempo todo um domínio de empiricidade”⁹⁴. Mas para estabelecer essa “língua bem-feita”, ou seja,

para haver história natural não basta observar; é preciso descrever. E a descrição tem por objetivo justamente traduzir em palavras aquilo que é visto (...) Se observar se reduz basicamente a ver, descrever é transcrever em palavras, transportar para o nível das representações e dos signos, o objeto da visão⁹⁵.

⁹⁰ M.C., p. 218; P.C., p. 284.

⁹¹ M.C., p. 140; P.C., p. 176.

⁹² MACHADO, *op. cit.*, p. 113.

⁹³ M.C., p. 148; P.C., p. 187.

⁹⁴ M.C., p. 171; P.C., p. 219.

⁹⁵ MACHADO, *op. cit.*, p. 113-4.

Portanto, no solo epistêmico do período clássico, a história natural “é contemporânea da linguagem: está no mesmo nível do jogo espontâneo que analisa as representações na lembrança, fixa seus elementos comuns, estabelece signos a partir deles e, finalmente, impõe nomes”⁹⁶. De modo geral, “a história natural não é nada mais que a nomeação do visível”⁹⁷; ou ainda, “é essencialmente um uso regulado dos nomes e tem por fim último dar às coisas sua verdadeira denominação. Entre a linguagem e a teoria da natureza, existe portanto uma relação que é de tipo crítico”⁹⁸. Configura-se, pois, “uma nova maneira de fazer história”⁹⁹.

A idade clássica confere à história um sentido totalmente diferente: o de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis. Compreende-se que, nessa “purificação”, a primeira forma de história que se constituiu tenha sido a história da natureza. Pois, para construir-se, ela tem necessidade apenas de palavras aplicadas sem intermediário às coisas mesmas. Os documentos dessa história nova não são outras palavras, textos ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins; o lugar dessa história é um retângulo intemporal, onde, despojados de todo comentário, de toda linguagem circundante, os seres se apresentam uns ao lado dos outros, com suas superfícies visíveis, aproximados segundo seus traços comuns e, com isso, já virtualmente analisados e portadores apenas de seu nome¹⁰⁰.

Para melhor ordenar as características da visibilidade dos elementos da natureza, leva-se em conta a instância de armação do visível: a estrutura – “pura e simples designação”¹⁰¹. Esta é determinada, em sua descrição, segundo quatro variáveis ou “quatro séries de valores”¹⁰², a saber: “a figura ou forma, o número ou quantidade, a proporção ou grandeza relativa e a situação ou distribuição no espaço”¹⁰³. Segundo Foucault, “forma dos

⁹⁶ *M.C.*, p. 171; *P.C.*, p. 219.

⁹⁷ *M.C.*, p. 144; *P.C.*, p. 181.

⁹⁸ *M.C.*, p. 175; *P.C.*, p. 224.

⁹⁹ *M.C.*, p. 143; *P.C.*, p. 180.

¹⁰⁰ *M.C.*, p. 143; *P.C.*, p. 179.

¹⁰¹ *M.C.*, p. 151; *P.C.*, p. 190.

¹⁰² *M.C.*, p. 147; *P.C.*, p. 185.

¹⁰³ MACHADO, R., *op. cit.*, p. 114.

elementos, quantidade desses elementos, maneira como eles se distribuem no espaço uns em relação aos outros, grandeza relativa de cada um”¹⁰⁴, são processadas no conhecimento, enquanto uma forma de linguagem pura, a fim de especificar as propriedades essenciais dos seres naturais.

Esses quatro valores, que afetam um órgão ou elemento qualquer e o determinam, é o que os botânicos denominam sua *estrutura*. (...) Ela permite descrever logo o que se vê e de duas maneiras que não são nem contraditórias nem exclusivas. O número e a grandeza podem sempre ser assinalados por um cálculo ou por uma medida; podemos, pois, exprimi-los em termos quantitativos. Em contrapartida, as formas de as disposições devem ser descritas por outros procedimentos: quer pela identificação a formas geométricas, quer por analogias que devem ser, todas elas, “da maior evidência”¹⁰⁵.

Por conta da linguagem descritiva da estrutura, na qual se define “o visível relevo das formas, com seus elementos, seu modo de dispersão e suas medidas”¹⁰⁶, encontram-se, nos livros, de modo ordenado e classificado, os seres da natureza. Nos livros estão a ordem das estruturas: “são o livro ordenado das estruturas, o espaço onde se combinam os caracteres e onde se desdobram as classificações”¹⁰⁷.

Pela estrutura, aquilo que a representação fornece confusamente e na forma da simultaneidade acha-se assim analisado e oferecido ao desdobramento linear da linguagem. Com efeito, a descrição está para o objeto que se olha como a proposição está para a representação que ela exprime: constitui sua colocação em série, elementos após elementos¹⁰⁸.

Vale ressaltar que os regimes teóricos da Idade da representação têm o propósito de atuar na classificação geral das coisas. Assim é, pois, que os seres vivos receberam uma classificação pelas vias da quadratura da racionalidade clássica. Fazer tudo entrar de forma

¹⁰⁴ M.C., p. 146; P.C., p. 184.

¹⁰⁵ M.C., p. 147; P.C., p. 185.

¹⁰⁶ M.C., p. 150; P.C., p. 189.

¹⁰⁷ M.C., p. 150; P.C., p. 189.

¹⁰⁸ M.C., p. 148; P.C., p. 186-7.

ordenada na representação, pela descrição da análise, segundo os critérios de uma ciência universal da ordem, era a fundamental operação do conhecimento clássico, e que cabia também aos seres naturais.

Dessa forma, a realidade objetiva de toda natureza corpórea é alcançada não pelas qualidades chamadas secundárias dos corpos - a saber, “a cor, o sabor, o odor, o som e a consistência”¹⁰⁹; mas, sim, pelas qualidades primárias: “a figura, a grandeza, a situação, o movimento etc.”¹¹⁰. Com efeito, as representações assim configuradas dos seres da natureza – tidas, aliás, como objetos do saber - são elaboradas pelos termos quantitativos, os quais recaem na extensão constitutiva de todos os seres naturais. Segundo Foucault, quando

depuradas até mesmo de suas cores, as representações visuais vão enfim oferecer à história natural o que constitui seu objeto próprio: aquilo mesmo que ela fará passar para essa língua bem-feita que ela pretende construir. Esse objeto é a extensão de que são constituídos os seres da natureza¹¹¹.

Em resumo, a história natural se funda “ao mesmo tempo na sucessão de uma linguagem descritiva e no campo de uma *máthêsis* que seria ciência geral da ordem (...) instaura-se na simplicidade aparente de um *visível descrito*”¹¹². Com a observação filtrada do visível pela análise, na busca da ordem do conhecimento, a história natural avança em sua discursividade que, a seu modo, permite recolher e interiorizar, em seu próprio discurso do saber, qualquer visibilidade característica dos acontecimentos, descrevendo assim a estrutura das coisas. Em suma, essa teoria da estrutura

percorre, em toda a sua extensão, a história natural na idade clássica (...) ela liga a possibilidade de uma história natural à *máthêsis*. Com efeito, ela remete todo o campo do visível a um sistema de variáveis, cujos valores podem todos ser assinalados, se não por uma quantidade, ao menos por

¹⁰⁹ MACHADO, R., *op. cit.*, p. 114.

¹¹⁰ *Idem Ibidem*, p. 114.

¹¹¹ *M.C.*, p. 146; *P.C.*, p. 184.

¹¹² *M.C.*, p. 149; *P.C.*, p. 188.

uma descrição perfeitamente clara e sempre finita. Pode-se, por conseguinte, estabelecer entre os seres naturais o sistema das identidades e a ordem das diferenças¹¹³.

Deve-se, aqui, deter-se sobre um ponto crucial ao saber do período clássico: a análise das representações segundo as identidades e as diferenças. Vale dizer que “no saber clássico o conhecimento dos indivíduos empíricos só pode ser adquirido sobre o quadro contínuo, ordenado e universal de todas as diferenças possíveis”¹¹⁴. Na busca de abordar identidades e diferenças a partir da estrutura de seus elementos, foram utilizadas no conhecimento duas técnicas de comparação: o método e o sistema. Para Foucault, “método e sistema são apenas as duas maneiras de definir as identidades pela rede geral das diferenças”¹¹⁵. Segundo Roberto Machado,

o que distingue essas duas técnicas é que elas partem de critérios diferentes para estabelecer a classificação. Enquanto o sistema privilegia um ou vários elementos e relaciona através deles todos os indivíduos, o método compara, a partir de todos os elementos, um conjunto finito de seres vivos. A comparação se faz nos dois casos com base na estrutura. A diferença é que o sistema coteja os seres a partir do caráter, isto é, de uma estrutura que é privilegiada para ser o lugar relevante das comparações pertinentes, das identidades e diferenças que permitirão traçar o quadro classificatório (...) O método não estabelece *a priori* o caráter (...) parte de uma espécie qualquer, da qual descreve a estrutura de seus elementos, e repete a descrição para uma segunda espécie, anotando apenas as diferenças com relação à antecedente e assim sucessivamente. É essa diferença anotada, que vai constituir a marca própria (...) que se chama de caráter¹¹⁶.

Nota-se que ambos, o método e o sistema, têm o propósito, cada um a sua maneira, de designar o caráter próprio dos seres. É que tal empreendimento respalda-se no objetivo da história natural, o qual está submetido ao imperativo maior da Idade Clássica, de estabelecer a exposição do conhecimento das identidades e diferenças das representações

¹¹³ M.C., p. 148-9; P.C., p. 187.

¹¹⁴ M.C., p. 157; P.C., p. 199.

¹¹⁵ M.C., p. 157; P.C., p. 200.

¹¹⁶ MACHADO, R., *op. cit.*, p. 115.

numa “hierarquia de classificação em que os níveis são o reino, a classe, a ordem, o gênero e a espécie”¹¹⁷. Determinar o caráter dos seres naturais auxilia, pelo ato da comparação, a posicioná-los nos níveis específicos da hierarquia classificatória. Dessa forma, dimensiona-se, com mais rigor, a necessária série linear, ordenada e classificatória dos seres em quadro, tão cara ao período clássico.

Ademais, é preciso dizer que o critério da continuidade é o que ancora a história natural, pois, no período clássico, tudo há de ser susceptível ao contínuo. O contínuo assume um posto de notoriedade na manutenção dos saberes; ele é a condição para a marcação de um tempo linear e progressivo.

No século XVIII, a continuidade da natureza é exigida por toda história natural, isto é, por todo esforço para instaurar na natureza uma ordem e nela descobrir categorias gerais, quer sejam elas reais e prescritas por distinções manifestas, quer cômoda e simplesmente demarcadas por nossa imaginação. Só o contínuo pode garantir que a natureza se repita e que a estrutura, por consequência, possa tornar-se caráter¹¹⁸.

Com efeito, o sucessivo prevalece na Idade Clássica. Mas vale dizer que, negligenciando a arbitrariedade que muitas vezes impõe um nome comum à coisas distintas, o suporte da continuidade da natureza auxilia o velamento de desacordos e discrepâncias. Pois cumpre enfatizar que “cada vez mais os seres vivos adquirem, por variações sucessivas, todos os caracteres que lhes reconhecemos (...) um contínuo que foi tecido com um número incalculável de pequenas diferenças esquecidas ou abortadas”¹¹⁹. De toda forma, pelo contínuo assim estabelecido, mantêm-se os saberes através do quadro rigoroso e ordenador dos seres, classificados, por suas designações, em gêneros, espécies etc.

¹¹⁷ *Idem Ibidem*, p. 115.

¹¹⁸ *M.C.*, p. 160; *P.C.*, p. 203.

¹¹⁹ *M.C.*, p. 167; *P.C.*, p. 213.

A história natural supõe, pois, para poder existir como ciência, dois conjuntos: um deles é constituído pela rede contínua dos seres; essa continuidade pode tomar diversas formas espaciais (...) Dessas configurações espaciais que descrevem, cada qual à sua maneira, a continuidade taxinômica, se distingue a série dos acontecimentos; esta é descontínua e diferente em cada um de seus episódios, mas seu conjunto só pode desenhar uma linha simples, que é a do tempo (e que não se pode conceber como reta, quebrada ou circular). Sob sua forma concreta e na espessura que lhe é própria, a natureza se aloja inteira entre a superfície da *taxinomia* e a linha das revoluções. Os “quadros” que ela forma sob os olhos dos homens e que o discurso da ciência é encarregado de percorrer são os fragmentos da grande superfície das espécies vivas, de acordo com o que foi repartido, transmutado, imobilizado, entre duas revoluções do tempo¹²⁰.

Talvez aqui ainda mereça destaque o evolucionismo e a sua fundamentação, pois embasada na *epistémê* plana da Idade Clássica, o evolucionismo “não é uma forma de conceber o aparecimento dos seres uns a partir dos outros; é, na realidade, uma forma de generalizar o princípio de continuidade e a lei segundo a qual os seres formam uma superfície sem interrupção”¹²¹.

3.10. A análise das riquezas

Na época clássica, junto aos novos saberes da história natural e da gramática geral, um outro domínio se destaca: o da análise das riquezas. Convém aqui registrar a disposição dada pela mesma base geral epistêmica que sustentará e definirá as condições de possibilidade também desse novo saber. Porém, a análise das riquezas

não se constitui segundo os mesmos meandros nem ao mesmo ritmo que a gramática geral ou que a história natural. É que a reflexão sobre a moeda, o comércio e as trocas está ligada a uma prática e a instituições. Mas, se for possível opor a prática à especulação pura, ambas, de todo modo, repousam sobre um único e mesmo saber fundamental (...) Numa cultura e num dado momento, nunca há mais que uma *epistémê*, que define as

¹²⁰ M.C., p. 162-3; P.C., p. 206-7.

¹²¹ M.C., p. 165; P.C., p. 210.

condições de possibilidade de todo saber. Tanto aquele que se manifesta numa teoria quanto aquele que é silenciosamente investido numa prática¹²².

Para entender o domínio da análise das riquezas, cumpre salientar que a relação econômica do período clássico baseava-se em termos de “objetos parciais”¹²³, como circulação, renda, preço. Assim, na análise sobre as riquezas, ocorrerão discussões justamente no plano afinado das moedas, dos preços, das necessidades, das trocas. Em geral, tratar-se-á de noções de valor.

Uma problematização, todavia, merece destaque: deve-se retomar o Renascimento, pois já se discutia, no século XVI, a questão do preço e da substância monetária. O que se via era que os signos “para poderem dizer o preço, era necessário que fossem preciosos. Era necessário que fossem raros, úteis, desejáveis. Era necessário também que todas essas qualidades fossem estáveis, para que a marca por eles imposta fosse uma verdadeira assinalação, universalmente legível”¹²⁴. Ou seja, as qualidades estáveis recaiam, ao final, no peso da moeda. Assim quem regulava o valor da mesma, era a própria moeda/peso; ela atribuía riqueza desde sua própria massa-material. A moeda não significa mais do que seu valor de cálculo/medida, isto é, do que seu peso relativo à massa/material.

Entretanto, duas novas ocorrências põem em questão o papel de medida da moeda-signo. Primeiramente, as moedas de menos valor (menos valiosas) circulavam no mercado enquanto as moedas de mais valor (mais valiosas) ficavam confinadas, escondidas, praticamente ausentes no mercado. Em segundo, a moeda, devido à relação entre “fatos monetários” e “movimento dos preços”¹²⁵, torna-se mercadoria, a qual tem seu valor modificado conforme sua aparição (frequência) e raridade. Nota-se, pois, pelo movimento

¹²² *M.C.*, p. 179; *P.C.*, p. 230.

¹²³ *M.C.*, p. 177; *P.C.*, p. 227.

¹²⁴ *M.C.*, p. 180; *P.C.*, p. 231.

¹²⁵ *M.C.*, p. 182; *P.C.*, p. 234.

dessas ocorrências, que a moeda, o signo monetário, a qual estabelecia seu valor de troca consoante sua massa metálica, começa a ser modificado em sua medida de valoração, conforme a intensidade de procura das coisas. Tal intensidade será fundamental a fim de estabelecer o preço valorativo das coisas.

Se até o século XVI a moeda designava um preço porque nela estava como que naturalmente inscrito seu valor, sua preciosidade, no século XVII, no domínio da análise das riquezas, o que passa a dar valor à moeda é sua função de troca. Tal reviravolta advém de práticas denominadas mercantilistas, as quais definem a moeda enquanto aquilo que representa a riqueza; e, conseqüentemente, a riqueza, o representado pela moeda. As relações estabelecidas agora, no período clássico, se dão entre a troca e a circulação, pois para o mercantilismo “toda riqueza é monetizável; e é assim que ela entra em *circulação*”¹²⁶.

Ora, se a prática mercantilista afirma a moeda como algo que representa a riqueza, não haverá, portanto, nenhum dilema entre ser a moeda signo ou mercadoria. Antes, se a moeda não fosse signo, as riquezas estariam estagnadas, e elas seriam assim desnecessárias segundo essa prática do século XVII.

Sobremodo, a riqueza definia-se nessa configuração tanto pelo que era representável quanto pelo que era desejável, isto é, coisas que estariam marcadas pelo prazer de serem utilizadas. Na Idade Clássica, a moeda não carrega mais consigo um valor intrínseco, mas atribui valor às coisas. Justamente no valor é que serão representadas todas as coisas e todos os objetos de necessidade e desejo. Diante do valor, com efeito, coexiste a possibilidade da troca que, por sua vez, recria valor.

...não é mais do metal que virá o valor das coisas. Este se estabelece por si mesmo, sem referência à moeda, segundo critérios de utilidade, prazer ou

¹²⁶ M.C., p. 187; P.C., p. 240.

raridade; é na relação de umas com as outras que as coisas assumem valor; o metal permitirá somente representar esse valor, como um nome representa uma imagem ou uma idéia, mas não a constitui¹²⁷.

Todavia, o pêndulo (a balança ou o juiz) fomentador de valor às coisas é, sem mais, o próprio juízo humano, que a seu modo, atribui o valor pelo gosto, pela necessidade, pelo prazer. O juízo humano - aqui, de forma mais pontual, o juízo do mercantilista - é aquele que dá a medida representativa monetária da mercadoria, isto é, “o preço das coisas”¹²⁸. Para ilustração, Foucault cita Condillac, um pensador nascido em 1714: “Dizer que uma coisa vale é dizer que ela é ou que nós a estimamos boa para algum uso. O valor da coisa está, pois, fundado em sua utilidade ou, o que dá no mesmo, no uso que delas podemos fazer”¹²⁹.

Submetidos, todavia, à mesma *epistémê*, os valores *são* porque assim se representa. Da mesma forma como as idéias *são* porque nelas, em essência, há a representação. No pensamento clássico, assim como todo o indivíduo era nomeável, veremos também que toda riqueza será monetizável. Ainda analogicamente, se o caráter designava os seres, o preço monetário designará as riquezas. A moeda, portanto, representará as riquezas e terá o seu valor na pura função de signo:

o dinheiro só se torna riqueza real na exata medida em que cumpre sua função representativa: quando substitui as mercadorias, quando lhes permite deslocarem-se ou aguardarem, quando dá às matérias brutas a ocasião de se tornarem consumíveis, quando retribui o trabalho¹³⁰.

Cumprido salientar que o trabalho, na Idade Clássica, não se dava na produção em série. A produção não existia neste momento histórico. A matéria bruta do trabalho, nos

¹²⁷ M.C., p. 187; P.C., p. 241.

¹²⁸ M.C., p. 185; P.C., p. 238.

¹²⁹ M.C., p. 210; P.C., p. 272.

¹³⁰ M.C., p. 190; P.C., p. 245.

séculos XVII e XVIII, vinha diretamente da terra. A natureza era radicalmente a verdadeira fonte de bens, cujos negativos eram os valores.

Em resumo, no domínio da análise das riquezas destaca-se o seguinte quadro: a riqueza advém da terra; o valor de cada coisa emerge da troca - ou antes, está relacionado à troca; e a moeda tem o valor de representação da riqueza.

Enfim, é necessário diagnosticar que a análise das riquezas está fundada na mesma ordem que configura a condição de possibilidade tanto para a gramática geral quanto para a história natural.

A ordem das riquezas e a ordem dos seres naturais se instauram e se descobrem na medida em que se estabelecem entre os objetos de necessidade, entre os indivíduos visíveis, sistemas de signos que permitem a designação das representações umas pelas outras, a derivação das representações significantes em relação aos significados, a articulação do que é representado, a atribuição de determinadas representações a determinadas outras. Nesse sentido, pode-se dizer que, para o pensamento clássico, os sistemas da história natural e as teorias da moeda ou do comércio têm as mesmas condições de possibilidade que a própria linguagem¹³¹.

¹³¹ *M.C.*, p. 216; *P.C.*, p. 281.

CAPÍTULO 4

O VOLUME DO ESPAÇO PROFUNDO

*“Deve-se representar o domínio da epistémê moderna com um **espaço volumoso** e aberto segundo **três dimensões**”*

*“... um espaço muito mais diferenciado, segundo uma dimensão que se poderia chamar de a da **profundidade**”*

(FOUCAULT, grifos nossos)

4.1. Considerações introdutórias

Na Modernidade configurar-se-á um mundo constituído de volume e espessura. A partir do século XIX, pode-se dizer que o mundo se apresenta enquanto concretude real, obedecendo a uma lei própria que escapa do enquadramento das idéias ou formas figurativas da representação clássica.

Como ocorrera antes entre o Renascimento e a Idade Clássica, agora também há uma ruptura ou uma mutação na configuração da *epistémê*, a qual desapruma o quadro do saber clássico, com tudo o que se vê nele de forma enxuta, e incorpora ao saber a densidade, o volumoso, o sensível.

O campo epistêmico moderno assume, portanto, uma espessura real com atributos de densidade: massa e volume. Nota-se uma realidade sólida, uma dimensão factual, objetiva, cuja arquitetura espessa, além da exterioridade que se apresenta, vai dispor também de uma profundidade carregada de opacidade. O que se mostra é o fenômeno de um espaço sensível, robustecido com solidez, cuja complexidade atuante vai além do visível, pois penetra numa dimensão oculta, interna - manifestada, mas escondida à visibilidade de

qualquer representação. Dessa maneira, “a representação está em via de não mais poder definir o modo de ser comum às coisas e ao conhecimento. O ser mesmo do que é representado vai agora cair fora da própria representação”¹.

O que se verifica, no deslocamento epistêmico da Modernidade, é que a nova ordem do saber constitui uma realidade que, por um lado, na visibilidade da superfície se apresenta com saliências, protuberâncias e relevos; e, por outro, ao penetrar em direção à constituição dessa realidade, manifesta-se, no nível da profundidade, um volume denso. Com efeito, o espaço profundo da Modernidade contém um volume tangível, distante da superfície visível, manifestado pela condensação de relações entre exterior e interior.

Neste quarto capítulo notar-se-á, na configuração da *epistémê* moderna, o espaço de ordem balizador para as ciências empíricas, para a filosofia analítica e, por desdobramento, para o nascimento das ciências humanas em uma época que será denominada a era da interpretação.

4.2. *A organização em profundidade*

Quando se rompeu a superfície plana da *epistémê* clássica, um novo espaço do saber configurou-se em outra dimensão na Idade Moderna. Isso se deu notadamente através do “deslocamento do visível para o invisível, das considerações de superfície para o conhecimento da profundidade, do espaço plano, bidimensional, para o espaço volumoso, tridimensional”². Deslocar-se da visibilidade do nível de superfície para, do manifesto, apresentar uma realidade existente em profundidade, é preparar-se para atingir a

¹ M.C., p. 252-3; P.C., p. 330.

² MACHADO, *op. cit.*, p. 116-7.

invisibilidade de uma organização complexa e polimorfa feita de elementos reais e concretos.

No novo espaço geral do saber, levar-se-á em conta a maneira própria de existência das coisas, ou seja, quer-se atingir o funcionamento dessa realidade constituída pela visibilidade do mecanismo estrutural e a densidade de sua organização. A baliza do espaço tridimensional da Modernidade refere-se fundamentalmente às dimensões de altura, largura e profundidade, e é por tal baliza que se institui o volume ao saber. O conhecimento moderno deve caracterizar as articulações concretas de uma organização volumosa, deixando definitivamente de lado a possibilidade de definir tal organização tão somente por uma forma ou figura. A característica para melhor defini-la levará em conta a noção de função ou do critério funcional.

No volume do espaço profundo constitui-se uma organização densa marcada pela relação funcional, gerando conjuntos funcionais, por exemplo, de órgãos e funções. O que define, de fato, a organização “é algo – mais uma relação do que um elemento – que pode tomar uma existência concreta em órgão de formas variadas”³. A característica do espaço epistêmico favorece a articulação organizacional em uma tridimensionalidade polimorfa indefinida à representação. Na relação do visível externo com a densidade interna, o que se manifesta é uma realidade instalada por organizações funcionais, na qual há coisas “com sua organização própria, suas secretas nervuras, o espaço que as articula, o tempo que as produz”⁴. Exerce-se, no espaço epistêmico moderno, um novo tipo de saber feito de relações heterogêneas e complexas, nem sempre dadas à visibilidade - pois os aspectos internos não são passíveis de serem representados, como outrora se fazia no quadro da Idade Clássica.

³ *Idem Ibidem*, p. 118.

⁴ *M.C.*, p. 252; *P.C.*, p. 330.

...o espaço geral do saber não é mais o das identidades e das diferenças, o das ordens não-quantitativas, o de uma caracterização universal, de uma *taxinomia* geral, de uma *máthêsis* do não-mensurável, mas um espaço feito de organizações, isto é, de relações internas entre elementos, cujo conjunto assegura uma função⁵.

O saber da Modernidade assume a tarefa de percorrer a realidade densa, imprimindo ou depositando nas massas volumosas, os seus respectivos caracteres de classificação, dados formalmente pelo conjunto da organização. A partir da subordinação funcional, os elementos constitutivos da organização são caracterizados em relação ao todo organizacional; ou seja, estabelece-se a classificação do carácter de cada elemento em relação ao “nível mais fundamental da organização”:

...a determinação do carácter tem sempre como objetivo a realização da hierarquia classificatória. A grande transformação é que classificar não será mais ordenar os seres da natureza unicamente a partir dos critérios formais estabelecidos no nível da visibilidade e da representação, mas relacionar o visível com o invisível, isto é, com o nível mais fundamental da organização⁶.

Portanto, por causa de toda uma relação de visibilidade e invisibilidade, constituída por uma organização complexa, é que os conteúdos do saber vão se mover na Idade Moderna. Nota-se, por exemplo, que o carácter “não é mais do que a saliência visível de uma organização complexa e hierarquizada, em que a função desempenha um papel essencial de comando e de determinação”⁷. É que “o mundo, agora, tem interior. E é aí, em profundidade, que se há de buscar a verdade”⁸.

⁵ M.C., p. 230; P.C., p. 298-9.

⁶ MACHADO, *op. cit.*, p. 117.

⁷ M.C., p. 240; P.C., p. 313.

⁸ TERNES, J. “A morte do sujeito” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.), *op. cit.*, p. 62.

4.3. O domínio da empiricidade

A configuração epistêmica, situada na densidade do espaço profundo, vai possibilitar a constituição de um campo novo do saber: o domínio da empiricidade. E, a partir desse campo, “o saber penetra verticalmente no domínio das coisas, encontra um nível de profundidade onde aparecem objetos empíricos de conhecimento”⁹. Novos objetos, na Modernidade, estarão se constituindo, em profundidade. Nesse movimento, “os seres da natureza vivem. O valor é produzido. As línguas se historicizam”¹⁰.

No domínio da empiricidade, a positividade do conhecimento liberou a sua força para que novos objetos fossem produzidos pelo saber. Tais objetos, embora jamais inteiramente representáveis, tornam o conhecimento possível, tendendo necessariamente à cientificidade. Eis, pois, o nascimento das ciências empíricas na Modernidade:

o nascimento das ciências empíricas na modernidade significa o desaparecimento da representação do campo do conhecimento empírico e o aparecimento de objetos – vida, trabalho e linguagem – que tomam o lugar das representações que constituíam os seres vivos, as riquezas e as palavras¹¹.

Com efeito, com objetos inéditos, assumirão o posto de ciências empíricas a biologia (vida), a economia (trabalho, produção), a filologia (linguagem). Seus respectivos objetos são justamente “mecanismos, funcionamentos econômicos, biológicos e filológicos que apresentam um modo determinado de existência com suas leis próprias”¹². Esse modo de existência está condicionado pelas próprias características de sua organização: “seu objeto é uma coisa concreta, não mais ideal, mas real, tendo uma existência independente

⁹ MACHADO, *op. cit.*, p. 119.

¹⁰ TERNES, J. “A morte do sujeito” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.), *op. cit.*, p. 62.

¹¹ MACHADO, *op. cit.*, p. 120.

¹² *Idem Ibidem*, p. 130.

do próprio conhecimento”¹³. Assim, na articulação da empiricidade, a caracterização própria que marca fundamentalmente o tipo de saber empírico desprivilegia a ordem da *máthêsis*¹⁴. Consequentemente,

só se pode falar de ciência empírica moderna quando os seres vivos, as riquezas e as palavras não são mais analisados a partir da representação, mas tornam-se coisas, objetos que têm uma profundidade específica como vida, produção e linguagem¹⁵.

O que merecerá destaque, na seqüência, são particularidades das ciências empíricas: a biologia, a economia e a filologia. Pode-se dizer, desde já, que

filologia, biologia e economia política se constituem não no lugar da *Gramática Geral*, da *História natural* e da *Análise das riquezas*, mas lá onde esses saberes não existiam, no espaço que deixavam em branco, na profundidade do sulco que separava seus grandes segmentos teóricos e que o rumor do contínuo ontológico preenchia. O objeto do saber, no século XIX, se forma lá mesmo onde acaba de se calar a plenitude clássica do ser¹⁶.

4.4. *Biologia: vida*

A configuração da *epistémê* moderna possibilita, no século XIX, o surgimento de uma das ciências empíricas da Modernidade: a biologia. A partir da biologia, a natureza não mais será caracterizada pelo mapeamento de superfície feito outrora pela história natural; isto é, dissociada do quadro taxinômico, do espaço ordeiro e linear das representações. Os seres naturais, pela biologia, configurados no volume da *epistémê* moderna, serão caracterizados pelo princípio da organização, pois “o que permite

¹³ *Idem Ibidem*, p. 116.

¹⁴ *M.C.*, p. 260; *P.C.*, p. 341.

¹⁵ MACHADO, *op. cit.*, p. 119.

¹⁶ *M.C.*, p. 220; *P.C.*, p. 286.

caracterizar um ser natural... [é] certa relação interior a esse ser e a que se chama sua *organização*”¹⁷. Deste modo, os seres naturais não estarão, na biologia, estabelecidos diretamente por suas estruturas visíveis, mas a partir da heterogeneidade que se apresenta, por obediência ao princípio da organização, entre estrutura e caráter:

enquanto a estrutura é determinada no nível da visibilidade, situada no âmbito da representação, o caráter e a maneira de estabelecê-lo obedecem a outro critério, isto é, a um ‘princípio interno irredutível ao jogo recíproco das representações’. Esse princípio é a organização dos seres (...) que faz a determinação do caráter depender não mais da estrutura visível dos seres naturais, mas de uma organização interna que, escapando da representação, remete o conhecimento para a opacidade, o volume, a espessura constituída de órgãos e funções, que desde então, mas sobretudo a partir do século XIX, se chamará vida¹⁸.

Com efeito, a vida será o objeto de estudo próprio da biologia. Incorpora-se a possibilidade do saber acerca desse objeto novo chamado “vida”, quando se atinge a organização interna de órgãos e funções, interligados como estão em uma dimensão funcional. Pode-se afirmar então que antes do nascimento da biologia - por exemplo, na história natural – somente havia tangibilidade ao redor da categoria de seres vivos e não na de vida: esse algo objetivável chamado vida, contemporâneo à Idade Moderna, não existia na ordem do saber antes do final do século XVIII:

pretende-se fazer histórias da biologia no século XVIII; mas não se tem em conta que a biologia não existia e que a repartição do saber que nos é familiar há mais de 150 anos não pode valer para um período anterior. E que, se a biologia era desconhecida, o era por uma razão bem simples: é que a própria vida não existia. Existiam seres vivos e que apareciam através de um crivo do saber constituído pela *história natural*¹⁹

¹⁷ M.C., p. 250; P.C., p. 326.

¹⁸ MACHADO, *op. cit.*, p. 116-7.

¹⁹ M.C., p. 139; P.C., p. 174.

Pela organização funcional da vida, facultar-se-á que os seres naturais sejam entendidos como organismo, isto é, “um todo, um conjunto integrado de órgãos e funções”²⁰. Tal conjunto demonstra e assegura a organização fundamental, a qual, por consequência, designa, para o organismo, a sua lei interna. Essa caracterização de organismo era ignorada pela história natural, pois, no plano bidimensionalizado do quadro clássico, não se atingia a realidade mesma do organismo. Somente em uma configuração de espaço profundo, espaço tridimensionalizado, pode-se penetrar nessa realidade e ser sensível à organização.

Primeiramente, a sensibilidade requerida foi ressaltada no estudo da anatomia. O estudo anatômico dos seres facultou um modo diferenciado de ser para a visibilidade. Nervuras e relevos apresentaram uma realidade que, explicitamente, “quebrou o espaço tabular e homogêneo das identidades”²¹. Distinções foram caracterizadas ao se aplicar, nos seres, o método da anatomia comparada – isso se revelou de grande importância, no que tange à ruptura da *epistémê* anterior. Verificou-se que, por tal método, “a vida não é mais o que se pode distinguir, de maneira mais ou menos certa, do mecânico; é aquilo em que se fundam todas as distinções possíveis entre os seres vivos”²². E assim, diferentemente dos conteúdos trazidos pela história natural, a biologia, ao assumir o diagnóstico de que somente “a definição da organização através do privilégio da função permite encontrar, no nível da profundidade, semelhanças entre órgãos que não apresentam identidade visível”²³, deteve-se fundamentalmente na caracterização das identidades e distinções relativas aos seres vivos.

²⁰ MACHADO, *op. cit.*, p. 118.

²¹ *M.C.*, p. 283; *P.C.*, p. 373.

²² *M.C.*, p. 281; *P.C.*, p. 370.

²³ MACHADO, *op. cit.*, p. 118.

Dessa maneira, “a Vida, como forma fundamental do saber, fez aparecer novos objetos (como a relação do caráter com a função) e novos métodos (como a busca das analogias)”²⁴. Com novos instrumentos operantes de análise, multiplicam-se, na rede do saber, semelhanças advindas do conjunto funcional e as múltiplas diferenças diagnosticadas nos próprios organismos dos seres naturais. No fundo, verifica-se que a diferença marcadamente “não se aloja no interstício dos seres para religá-los entre si; funciona em relação ao organismo, para que ele possa ‘fazer corpo’ consigo mesmo e manter-se em vida”²⁵. O conhecimento despontado na biologia busca identificar, no volumoso, distinções e identidades perceptíveis dos seres, busca-se melhorar paulatinamente o entendimento de organização, a partir da homogeneidade funcional operante desde a espessura dos órgãos com suas respectivas funções.

Em suma, privilegiando a organização funcional, a vida terá a sua objetivação instaurada. Todavia, reconhece-se, pela biologia, que “a vida não constitui um limiar manifesto a partir do qual formas inteiramente novas do saber são requeridas. Ela é uma categoria de classificação, relativa, como todas as outras, aos critérios que se fixarem”²⁶. Está, pois, a vida objetivada segundo critérios que, na configuração do espaço em profundidade da Idade Moderna, condensam-se cada vez mais no volume da organização – conseqüência do desnivelamento da biologia com a história natural, ou seja, na última, “as considerações formais (...) se mantêm na superfície; [na primeira] as considerações funcionais (...) necessitam de um volume”²⁷.

Cabe aqui acrescentar que esta situação pode ser complementada (ou ilustrada) com idéias colhidas em *O Nascimento da Clínica*. No campo da medicina moderna, por

²⁴ M.C., p. 264; P.C., p. 346.

²⁵ M.C., p. 285; P.C., p. 376.

²⁶ M.C., p. 174; P.C., p. 223.

²⁷ MACHADO, *op. cit.*, p. 118.

exemplo, a prática clínica, surgida no século XIX, constitui-se em uma estreita relação com os estudos de anatomia patológica. Por conta de uma maneira específica do olhar médico, “um olhar da sensibilidade concreta, um olhar que vai de corpo em corpo, cujo trajeto inteiro se situa no espaço da manifestação sensível”²⁸, percorrer-se-ão tanto as superfícies visíveis quanto, em profundidade, penetrar-se-á no volume empírico do próprio corpo. É assim que

a experiência clínica se arma para explorar um novo espaço: o espaço tangível do corpo, que é ao mesmo tempo esta massa opaca em que se ocultam segredos, invisíveis lesões e o próprio mistério das origens. E a medicina dos sintomas, pouco a pouco, entrará em regressão, para se dissipar diante da medicina dos órgãos, do foco e das causas, diante de uma clínica inteiramente ordenada pela anatomia patológica²⁹.

Demarca-se assim um novo domínio na medicina moderna: ao se deslocar das “regiões de duas dimensões dos tecidos e dos sintomas” situa-se agora em um espaço tridimensional chamado de “volume anátomo-clínico”³⁰. Nesse espaço, a medicina se distancia do quadro nosológico da Idade Clássica, daquele espaço ideal e classificatório das doenças, e instala-se no profundamente corpóreo, isto é, no espaço do próprio organismo considerado doente.

Todavia, um organismo sadio é considerado sempre a partir do conhecimento da própria organização da vida. Na medida em que se avança no conhecimento, novas relações são percebidas e estabelecidas no interior do organismo, a saber: relações “de *coexistência*, de *hierarquia interna*, de *dependência* com respeito ao *plano de organização*”³¹. A respeito disso, comenta Machado:

²⁸ FOUCAULT, M. *Naissance de la clinique*. 7^{ed.} Paris: Quadrige/PUF, 2003, p. 121; FOUCAULT, M. *O Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994, p. 137.

²⁹ *Idem Ibidem*, p. 123; na tradução, 139.

³⁰ *Idem Ibidem*, p. 138; na tradução, 155.

³¹ *M.C.*, p. 227; *P.C.*, p. 365.

...é importante assinalar (...) como o conhecimento da vida estabelece novas relações no interior do organismo. Uma das características da relação entre os elementos deste espaço é a coexistência: os órgãos e as funções não podem ser considerados independentes uns dos outros; formam um sistema. O organismo é um todo, um conjunto integrado de órgãos e funções. Mas isso não é tudo: existe uma hierarquia interna. No sistema formado pelo organismo, alguns órgãos e funções são mais importantes do que outros. Alguns são primários, outros secundários; uns comandam, outros são subordinados. Em terceiro lugar, há dependência com relação a um plano de organização. Não um plano geral para a totalidade dos organismos, mas um plano que coordena o funcionamento de cada organismo como totalidade, impondo-se rigorosamente às funções essenciais, sendo menos imperioso quanto aos órgãos menos fundamentais³².

Assegurar a constância do funcionamento da organização, desde as funções mais essenciais como as de menos importância, é garantir, ao final, sinais - manifestos ou não - da própria vida. De toda maneira, o que importa no conhecimento é buscar as coerências físicas interiores e a relação de reciprocidades funcionais entre os seres, os quais “devem concentrar-se em torno de núcleos de coerência perfeitamente distintos uns dos outros e que constituem diferentes planos para manter a vida”³³.

Como consequência nota-se um espaço interno e externo que envolverá os seres:

espaço duplo, na verdade - pois que é aquele, interior, das coerências anatômicas e das compatibilidades fisiológicas, e aquele, exterior, dos elementos onde ele reside para deles fazer seu corpo próprio. Todavia, esses dois espaços têm um comando unitário: não mais o das possibilidades do ser, mas o das condições de vida³⁴.

Por conta das considerações sobre as condições de vida, é que a biologia vai depositar na própria vida, uma historicidade que marcará um modo de ser movido fundamentalmente pela continuidade do viver.

A historicidade, pois, introduziu-se agora na natureza ou, antes, no ser vivo; mas ela aí é bem mais do que uma forma provável de sucessão;

³² MACHADO, *op. cit.*, p. 118-9.

³³ *M.C.*, p. 285; *P.C.*, p. 376.

³⁴ *M.C.*, p. 287; *P.C.*, p. 378.

constitui como que um modo de ser fundamental... [segundo o qual] o ser vivo é pensado, logo de início, com as condições que lhe permitem ter uma história³⁵.

4.5. Economia: produção

Na dimensão da atividade econômica algo semelhante dar-se-á para o saber. De um domínio que, na Idade Clássica, era marcado pela análise das riquezas, no mundo moderno, solidificar-se-á mais uma das ciências empíricas submetida à noção de organização: a economia. A economia fará surgir, na ordem do saber, um objeto de conhecimento: a produção vinculada ao trabalho.

Nota-se, primeiramente, que “a produção como figura fundamental no espaço do saber substitui-se à troca, fazendo aparecer, por um lado, novos objetos cognoscíveis (como o capital) e prescrevendo, por outro, novos conceitos e novos métodos (como a análise das formas de produção)”³⁶. Contudo, o produto que se negocia na Idade Moderna, sob a forma de força produtiva, é o trabalho. Na economia, o trabalho “é o conceito fundamental capaz de explicar a troca, o lucro e a produção”³⁷. Como atividade econômica, o trabalho será a fonte de todo valor; em outras palavras, qualquer valor dependerá da atividade de produção do trabalho; “o que valoriza os objetos do desejo não são mais apenas os outros objetos que o desejo pode representar, mas um elemento irreduzível a essa representação: o *trabalho*”³⁸. Escapa-se da representação clássica pela própria incapacidade de representar o trabalho e sua produção. Portanto, o valor na economia, não se constituindo mais por meio de signos

³⁵ *M.C.*, p. 288; *P.C.*, p. 380-1.

³⁶ *M.C.*, p. 264; *P.C.*, p. 346.

³⁷ MACHADO, *op. cit.*, p. 119.

³⁸ *M.C.*, p. 250; *P.C.*, p. 326.

representativos porque “tira a sua origem do trabalho, torna-se um produto (...) e a teoria da produção é mais fundamental do que a da circulação e da distribuição das riquezas”³⁹.

Com Adam Smith, na medida em que aquilo que circula como coisa é o trabalho, este, heterogêneo à representação, aparece como medida do preço das coisas. A partir de Ricardo, é o trabalho como atividade de produção que é a fonte de valor. Todo valor tem sua origem no trabalho, o que significa que se tornou um produto, deixando de ser um signo, como na época clássica, quando valer alguma coisa era poder ser substituído por esta coisa no processo de troca, quando o valor dependia das equivalências e da capacidade que as mercadorias tinham de se representarem umas às outras⁴⁰.

A atividade valorativa de produção do trabalho exigirá, para o seu devido funcionamento, uma organização e mensuração do tempo que seja apropriada para as necessidades econômicas. Ou seja, fundamentalmente a economia necessitará de um “um tempo interior”:

o tempo da economia não será mais aquele, cíclico, dos empobrecimentos e dos enriquecimentos; também não será o crescimento linear das políticas hábeis que, aumentando sempre ligeiramente as espécies em circulação, aceleram a produção mais rapidamente do que elevam os preços; será o tempo interior de uma organização que cresce segundo sua própria necessidade e se desenvolve segundo leis autóctones - o tempo do capital e do regime de produção⁴¹.

Portanto, a partir do século XIX, ordenar-se-á a atividade e a produção do trabalho numa grande série linear, homogênea e temporal; ou seja, numa totalidade densa de produção, na qual cada elo da série se conjuga somente em relação aos demais. Tal entendimento de produção surge quando o trabalho já não está mais relacionado à fecundidade de uma natureza cíclica e atemporal, mas, a economia, por estar fundada na noção de trabalho, tratará a produção como algo serial, temporal e fonte dos bens.

³⁹ MACHADO, *op. cit.*, p. 120.

⁴⁰ *Idem Ibidem*, p. 119.

⁴¹ *M.C.*, p. 238; *P.C.*, p. 310.

Conseqüentemente, ao estabelecer, por um lado, que a produção deve ser condicionada a uma série causal e, por outro, que a escassez natural deve ser suplantada pelo trabalho produtivo, conduz-se a economia em direção a duas articulações: economia/história e economia/antropologia. Deve-se, na seqüência, enfatizar essas articulações, pois na economia há a problemática do homem, na qual se inserirá uma questão crucial: a finitude.

Primeiramente, a articulação da economia com a história dá-se nos seguintes termos: se a fonte dos bens é estimulada quando as atividades produtivas são feitas em série bem ordenadas, haverá, no sucessivo, por conseqüência, o acúmulo; a rigor, a sucessão acumulativa dispõe de uma dimensão temporal que faz surgir um tempo histórico, cuja finitude é levada a cabo pelos modos de produção do trabalho. Por esse processo contínuo, constitui-se a apreensão da história enquanto “trabalho, produção, acumulação e crescimento dos custos reais”⁴².

A segunda articulação - economia e antropologia - torna-se possível porque a produção, na economia do século XIX, ao se dar num tempo marcadamente finito, estará essencialmente “referida a uma antropologia como discurso sobre a finitude natural do homem”⁴³. O *Homo oeconomicus* será um ser finito, cuja luta está em se livrar, no tempo histórico, da falta de recursos para a subsistência. Logo, “o homem, do ponto de vista da economia, é um ser cuja vida é procurar escapar, pelo trabalho, à iminência da morte (...) [pois] o homem, ser que trabalha, é finito”⁴⁴.

Assim, os esforços e articulações para o conhecimento na economia, terão o pano de fundo de um saber constituído à maneira da série, do encadeamento e do devir. Uma

⁴² M.C., p. 271; P.C., p. 356.

⁴³ M.C., p. 269; P.C., p. 354.

⁴⁴ MACHADO, *op. cit.*, 121.

insistência, portanto, no histórico e na finitude. Em suma, noções - como a de trabalho, por exemplo - fazem com que a economia percorra as relações entre a antropologia e a história, pois as pessoas estão subordinadas ao tempo produtivo do capital.

4.6. *Filologia: linguagem*

No domínio da linguagem também buscar-se-á, pela configuração epistêmica, uma organização interna que dará densidade a um amplo material para o saber: “feito de nomes, de verbos, de palavras em geral, mas também de sílabas, de sons”⁴⁵. Não haverá mais, pela filologia, o mesmo modo do saber advindo pelo discurso da gramática geral. A filologia conduzirá a palavra “para fora das funções representativas”⁴⁶, indicando com isso “mudanças no modo de ser da linguagem”⁴⁷.

Nas considerações da filologia, certamente, a palavra

não deixa de ter um sentido e de poder “representar” alguma coisa no espírito de quem a utiliza ou a escuta... [porém] a palavra só está vinculada a uma representação na medida em que primeiramente faz parte da organização gramatical pela qual a língua define e assegura sua coerência própria. Para que a palavra possa dizer o que ela diz, é preciso que pertença a uma totalidade gramatical que, em relação a ela, é primeira, fundamental e determinante⁴⁸.

Essa totalidade gramatical não é senão uma organização funcional da língua, cujo sistema regimental é algo que escapa à representação. Ou seja, “o que permite definir uma língua não é a maneira como ela representa as representações, mas certa arquitetura interna”⁴⁹. Tal arquitetura, a partir de sua unidade de composição interna, “tem seus

⁴⁵ *M.C.*, p. 295; *P.C.*, p. 390.

⁴⁶ *M.C.*, p. 293; *P.C.*, p. 387.

⁴⁷ *M.C.*, p. 294; *P.C.*, p. 388-9.

⁴⁸ *M.C.*, p. 293; *P.C.*, p. 387.

⁴⁹ *M.C.*, p. 250; *P.C.*, p. 326.

princípios próprios e que diferem nas diversas línguas”⁵⁰. Segundo Foucault, a arquitetura interna de uma língua é o seu “*sistema flexional*”⁵¹, cuja atuação direta nos seus elementos subordinados, “altera internamente as sílabas ou as palavras essenciais – as formas radicais”⁵², modificando, ao final, “as próprias palavras segundo a postura gramatical que ocupam umas em relação às outras”⁵³.

Com efeito, a linguagem, por meio do sistema flexional, “cessa de ser transparente às suas representações para espessar-se e receber um peso próprio”⁵⁴. A linguagem, no espaço interno e denso da Modernidade, vai adquirir uma concretude, cuja realidade nunca fora manifestada pela gramática geral, a saber: uma “realidade histórica, espessa e consistente”⁵⁵.

A filologia trará, primeiramente, uma história interior da linguagem, constituída pelas próprias “modalidades de sua formação”⁵⁶. Assim, “na sua legalidade própria”⁵⁷, tem-se uma realidade concreta, cuja apreensão só dá exclusivamente na história.

Vê-se que a historicidade introduziu-se no domínio das línguas (...) A linguagem ... [foi] afetada por uma historicidade interna. Foi preciso tratar o sânscrito, o grego, o latim, o alemão numa simultaneidade sistemática; rompendo com toda cronologia, foi mister instalá-la num tempo fraternal, para que suas estruturas se tornassem transparentes e para que aí se pudesse ler uma história das línguas”⁵⁸.

Dessa maneira, a linguagem, ao adquirir uma realidade objetivada, estará ao lado de outros objetos empíricos do saber:

a partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só

⁵⁰ *M.C.*, p. 295; *P.C.*, p. 390.

⁵¹ *M.C.*, p. 250; *P.C.*, p. 326.

⁵² *M.C.*, p. 296; *P.C.*, p. 391.

⁵³ *M.C.*, p. 250; *P.C.*, p. 326.

⁵⁴ *M.C.*, p. 294; *P.C.*, p. 389.

⁵⁵ *M.C.*, p. 310; *P.C.*, p. 412.

⁵⁶ *M.C.*, p. 306; *P.C.*, p. 406.

⁵⁷ *M.C.*, p. 307; *P.C.*, p. 407.

⁵⁸ *M.C.*, p. 305-6; *P.C.*, p. 405.

a ela pertencem. Tornou-se um objeto do conhecimento entre tantos outros: ao lado dos seres vivos, ao lado das riquezas e do valor, ao lado da história dos acontecimentos e dos homens⁵⁹.

O enfoque empírico da filologia vai proporcionar uma modificação na própria abordagem da investigação que se pretende fazer, pois “o Discurso como modo do saber veio a ser substituído pela Linguagem”⁶⁰. Com efeito, o saber da linguagem não se dará pela operação interna do conhecimento, ou seja, “conhecer a linguagem não é mais aproximar-se o mais perto possível do próprio conhecimento, é tão somente aplicar os métodos do saber em geral a um domínio singular da objetividade”⁶¹. Dessa maneira, a investigação da filologia, fundamentada em modernas técnicas de exegese, vai desestabilizar e explicitar as razões pelas quais, no discurso, a rede das gramáticas acaba controlando, por sua lei, “a verdade do discurso”⁶². O procedimento da filologia, no fundo, tratará

de inquietar as palavras que falamos, de denunciar o vinco gramatical de nossas idéias, de dissipar os mitos que animam nossas palavras, de tornar de novo ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo quando se enuncia (...) A filologia, como análise do que se diz na profundidade do discurso, tornou-se a forma moderna da crítica. Lá onde se tratava, no fim do séc. XVIII, de fixar os limites do conhecimento, buscar-se-á desarticular as sintaxes, romper as maneiras constringentes de falar, voltar as palavras para o lado de tudo o que se diz através delas e malgrado elas⁶³.

Para tanto, na investigação filológica, novos objetos e métodos são estabelecidos e prescritos. Por exemplo, no século XIX, a filologia investiga “objetos até então inaparentes (famílias de línguas em que os sistemas gramaticais são análogos) e prescreve métodos que não haviam ainda sido empregados (análise das regras de transformação das consoantes e

⁵⁹ *M.C.*, p. 309; *P.C.*, p. 409-410.

⁶⁰ *M.C.*, p. 264; *P.C.*, p. 346-7.

⁶¹ *M.C.*, p. 309; *P.C.*, p. 410.

⁶² *M.C.*, p. 311; *P.C.*, p. 412.

⁶³ *M.C.*, p. 311; *P.C.*, p. 412-3.

das vogais)⁶⁴. Também a etimologia, no crivo filológico, “torna-se um método de análise preciso e limitado para reencontrar numa palavra o radical a partir do qual ela foi formada”⁶⁵. Dessa maneira, a filologia abandona “as classificações hierárquicas que o século XVIII praticava”⁶⁶ e intensifica a determinação de que “os elementos de uma língua lhe são interiores (mesmo se pertencem também às outras) [e que] existem meios puramente lingüísticos para estabelecer sua composição constante e a tabela de suas modificações possíveis”⁶⁷.

A filologia está centrada em uma abordagem que busca a equivalência das línguas. Todavia, quando se leva em conta as organizações internas de cada língua, pela atividade da investigação, o que desponta são as diferenças entre elas. E assim, nessa caracterização define-se melhor a organização interna que constitui o sistema gramatical das línguas - aliás, o sistema é distinto nas diversas línguas, pois “cada uma tem um espaço gramatical autônomo”⁶⁸. Nota-se, pois, uma autonomia da organização da linguagem, inclusive, possibilitando, por suas leis, adquirir “um ser próprio”:

a análise independente das estruturas gramaticais, tal como praticada a partir do século XIX, isola ao contrário a linguagem, trata-a como uma organização autônoma, rompe seus liames com os juízos, a atribuição e a afirmação. A passagem ontológica que o verbo *ser* assegurava entre falar e pensar acha-se rompida; a linguagem, desde logo, adquire um ser próprio. E é esse ser que detém as leis que o regem⁶⁹.

A manifestação desse “ser próprio” da linguagem, na Modernidade, dar-se-á pela via da sonoridade. Ou seja, tudo se manifesta e adquire sentido no ato mesmo de dizer sonoramente algo. Não é mais a “bipolaridade nomes-verbo ser” da Idade Clássica que é

⁶⁴ *M.C.*, p. 264; *P.C.*, p. 346-7.

⁶⁵ *M.C.*, p. 301; *P.C.*, p. 398.

⁶⁶ *M.C.*, p. 297; *P.C.*, p. 393.

⁶⁷ *M.C.*, p. 300-1; *P.C.*, p. 398.

⁶⁸ *M.C.*, p. 295; *P.C.*, p. 391.

⁶⁹ *M.C.*, p. 308; *P.C.*, p. 409.

fundamental, mas as “raízes de significação verbal (...) os verbos (e os pronomes pessoais) tornam-se assim o elemento primordial da linguagem – aquele a partir do qual ela pode desenvolver-se”⁷⁰. Nesse contexto de análise, dá-se o aparecimento da fonética, no final do século XVIII, cujo propósito “não é mais busca dos primeiros valores expressivos, mas análise dos sons, de suas relações e de sua transformação possível uns nos outros”⁷¹. Conseqüentemente, inicia-se, no século XIX, “uma análise da linguagem tratada como um conjunto de sons liberados das letras que os podem transcrever”⁷². Desse modo, constata-se que

pela primeira vez, com Rask, Grimm e Bopp, a linguagem (embora não se busque reconduzi-la aos seus gritos originários) é tratada como um conjunto de elementos fonéticos. Enquanto, para a gramática geral, a linguagem nascia quando o ruído da boca ou dos lábios se tornava *letra*, doravante admite-se que há linguagem quando esses ruídos são articulados e divididos numa série de *sons* distintos. Todo o ser da linguagem é agora sonoro (...) Procura-se a linguagem o mais perto possível do que ela é: na fala⁷³.

Uma informação adicional: pode-se dizer que também ocorre, sobre o mesmo solo epistêmico volumoso da modernidade, o aparecimento da literatura. Essa informação tem relevância para o espaço geral do saber, porque, no século XIX, “a literatura é a contestação da filologia (de que é, no entanto, a figura gêmea): ela reconduz a linguagem da gramática ao desnudado poder de falar, e lá encontra o ser selvagem e imperioso das palavras”⁷⁴.

⁷⁰ *M.C.*, p. 302; *P.C.*, p. 400.

⁷¹ *M.C.*, p. 248; *P.C.*, p. 324.

⁷² *M.C.*, p. 299; *P.C.*, p. 395.

⁷³ *M.C.*, p. 298-9; *P.C.*, p. 394-5.

⁷⁴ *M.C.*, p. 313; *P.C.*, p. 415.

4.7. O volume da filosofia moderna

Na transformação dos domínios da Idade Clássica para os da Modernidade, além de novos objetos empíricos, a partir do final do século XVIII, também um novo jeito de se fazer filosofia tornou-se possível pela chamada crítica kantiana, a qual, configurada no espaço epistêmico moderno, põe em questão o campo da representação clássica e seus limites concretos. A abordagem kantiana vai elaborar um tipo de conhecimento chamado analítico, operante no quadro da representação, no qual se incorpora a atividade crítica de análise da própria representação e de suas ordenações.

Assim, Kant abre, na filosofia, o campo chamado transcendental, o qual estará atrelado à densidade do mundo, não ultrapassando os limites da real experiência com as coisas. Ou seja, toda experiência empírica e todo conhecimento reflexivo, não mais estarão submetidos ao crivo da ordem planificada da *máthêsis*, mas estarão recebendo um novo tratamento adequado ao espaço epistêmico avolumado da Modernidade.

A configuração epistêmica moderna, ao pôr em questão o espaço da representação, desconsiderou os moldes nos quais, na Idade Clássica, as representações se fundavam; mas não desconsiderou a existência da própria representação. Esta, na Modernidade, permanece avolumada e modelada por saliências das coisas sensíveis dadas ao limite concreto das experiências humanas – diferentemente da representação clássica que se pautava pelo infinito do pensamento, no ordenamento não de coisas, mas de idéias planas das coisas. Assim, visada de outra maneira a partir da Idade Moderna, a existência da representação dar-se-á enquanto fenômeno: atividade que constitui a ordem dos objetos empíricos estritamente na relação com a experiência humana (na e pela consciência do sujeito).

A representação fenomênica das coisas é como um produto, produzido no homem, de aparência empírica das coisas. Assim sendo, a representação não mais será considerada forma geral constitutiva do saber, mas, por sua aparência de fenômeno, mais um objeto do saber - na medida em que é o próprio resultado daquilo que a condição humana pode legislar sobre as coisas.

No espaço epistêmico moderno conformou-se, portanto, uma consciência cognoscitiva fenomênica não mais enquanto imagem/representação do mundo, mas uma consciência relacional desse mundo constituído de volume e espessura. E é justamente pelas condições relacionais que se consolida o estabelecimento de uma consciência não pura, mas densa e sintetizada com as coisas. Poder-se-ia dizer de uma consciência agora encorpada, cuja real situação está condensada à solidez e profundidade dos fenômenos que ela mesma ajuda a construir.

O destaque da abordagem kantiana, levada a cabo por uma teoria do conhecimento, é que ela lega ao sujeito cognoscente, circunscrito por uma dimensão factual, a constituição da realidade dos objetos. A teoria do conhecimento, desde Kant, dependerá dos limites da real relação do sujeito com o objeto, numa realidade constituída a partir do sensível, robustecida pela profundidade e volume da *epistémê*. O resultado disso é um tipo de conhecimento considerado sintético. O conhecimento sintético é produzido como um efeito da consciência relacional do sujeito que é tocado pelo objeto sensível em sua manifestação sólida e concreta.

O estabelecimento do conhecimento sintético trouxe para o saber a real dimensão do sensível operando no sujeito chamado transcendental, cuja consciência relacional com exterioridade empírica das coisas, assume formas de pensamento determinadas pelo limite da experiência fenomênica. Dessa maneira é que se condensa o resultado do saber na

profundidade tridimensional constituinte das próprias coisas – desvinculando-se, portanto, das leis da representação clássica que engendrava imagens planas ideais. A rigor, a experiência fenomênica está marcada por uma condição, trazida primeiramente das próprias coisas, que se desloca para o próprio sujeito transcendental, a saber, a condição da finitude.

Pode-se afirmar que

a filosofia moderna é uma “analítica da finitude”. A finitude que se manifestava nas empiricidades a partir do exterior, dominada pelas determinações da vida, do trabalho e da linguagem, é pensada mais fundamentalmente na filosofia porque atinge a própria consciência do homem e assinala ao conhecimento suas formas limitadas⁷⁵.

Pontua ainda Machado: “se Kant é o marco da transformação da filosofia isso se deve especificamente ao fato de ter instaurado uma filosofia transcendental em que o sujeito se torna o fundamento de uma síntese possível entre as representações”⁷⁶. O sujeito transcendental é, a partir de Kant, o fundamento e condição de possibilidade de instauração e interpretação para o saber positivo e empírico no campo dos fenômenos; pois é ele quem elabora os juízos chamados analíticos, produzindo sínteses consideradas objetivas ou empíricas dos objetos.

Com efeito, no volume do espaço profundo, a realidade fenomênica estará sendo considerada por domínios diferentes do saber. Com Kant, constituir-se-á, na Idade Moderna, uma novidade que é a desvinculação entre o campo positivo e do campo fundamental; ou seja, de um lado, haverá o saber empírico científico e, de outro, o pensamento filosófico. Domínios separados, o da ciência e o da filosofia, dão atenção a diferentes realidades que se apresentam na relação fenomênica: em uma situação está, no campo positivo, o tema do empírico pelas ciências, cujo foco é o objeto (aquilo que é

⁷⁵ MACHADO, *op. cit.*, p. 126.

⁷⁶ *Idem Ibidem*, p. 125.

representado na consciência relacional do sujeito enquanto síntese objetiva); e, em outra, no campo fundamental, está o tema transcendental na filosofia que tem por assunto o próprio sujeito (aquele que funda a representação).

É isso que, no fundo, em nota, esclarece Roberto Machado, sobre a distinção que percorre todo o livro *As Palavras e as coisas*: justamente a distinção “saber-pensamento, um dizendo respeito aos conhecimentos empíricos que têm ou tendem a ter cientificidade, o outro referindo-se à filosofia”⁷⁷. Ou seja, o primeiro diz respeito à profundidade do domínio da empiricidade e o segundo ao fundamento transcendental do conhecimento. Dessa maneira, cumpre, ao saber científico, analiticamente ordenar objetos sensíveis e sintéticos; e, ao pensamento filosófico da Modernidade, cumpre elaborar a representação que, submetida à *epistémê* moderna, estará no avolumado limite transcendental.

No entanto, o domínio filosófico será reconstituído pelas filosofias chamadas pós-kantianas, as quais marcarão uma reflexão analítica não considerando mais a separação do empírico com o transcendental, mas fundindo-os numa realidade que seria a da experiência do homem. Dessa maneira, ao tematizar cada vez mais os conceitos fundamentais, por exemplo, no domínio da empiricidade - da filologia, da biologia e da economia - fundir-se-á um conjunto de problemas relativos ao homem, de domínio transcendental. Assim, na Idade Moderna, a reflexão direcionar-se-á para uma antropologia filosófica, a qual, para Foucault, terá uma característica fundamental: por ser uma analítica, repetirá o nível empírico no transcendental e vice-versa. Ou seja, Foucault, ao se referir à repetição - segundo ele, constituinte da Modernidade - entre o empírico e o transcendental, quer no fundo salientar a confusão, advinda de filosofias chamadas pós-kantianas, entre o campo

⁷⁷ *Idem Ibidem*, p. 190, nota 31.

positivo e o fundamental, isto é, a repetição sucessiva do empírico no transcendental, cujo desdobramento apresenta-se afinal como um pensamento do Mesmo.

4.8. *As ciências humanas*

As Palavras e as coisas faz um caminho de investigação, cuja direção principal é produzir *uma arqueologia das ciências humanas*. O que se articula é a constituição de diagnóstico sobre o lugar específico de nascimento das ciências humanas, ou seja, de onde e como foi possível o seu aparecimento. E foi justamente no espaço epistêmico da Modernidade, no entrecruzamento com o surgimento das ciências empíricas e da filosofia, que se deu a constituição das ciências humanas, cujo propósito foi instalar o humano com sua aparição real para o saber.

Aqui a palavra “real” traz à tona um resultado da configuração da *epistémê*, na qual se faculta a constituição da realidade fenomênica com as referências sensíveis de solidez, concretude, densidade, massa e volume. Foi em um vão volumoso, condensado pelo saber científico e pensamento filosófico moderno, que se produziu a existência do homem para o saber. Afirma radicalmente Foucault: assim como a vida, a linguagem e o trabalho, “antes do fim do século XVIII, O *homem* não existia. (...) É uma criatura muito recente que a demiurgia do saber fabricou com suas mãos há menos de 200 anos”⁷⁸.

Esse acontecimento na ordem do saber foi possível pelo entrecruzamento de discursos, em um mesmo espaço de ordem, liberando assim a discursividade das ciências humanas já avolumada por conteúdos salientes no campo epistêmico. Por isso é que se

⁷⁸ *M.C.*, p. 319; *P.C.*, p. 425.

correlaciona arqueologicamente a constituição das ciências humanas com as ciências empíricas e a filosofia moderna.

As ciências humanas são, para Foucault, a sociologia, a psicologia e a análise da literatura e dos mitos. Todavia, por conta do campo epistemológico do século XIX, impõem-se dificuldades quanto ao local, de direito, das ciências humanas. Pois há um “triédrico epistemológico” que, de modo geral, domina o espaço do saber nesse momento. Esse triédrico - figura geométrica formada por três planos que se entrecruzam - abrange três diferentes eixos dimensionais: o das ciências matemáticas e físicas; o das ciências da linguagem, da vida, da produção, da distribuição das riquezas; e, por fim, o da reflexão filosófica. Segundo Sílvio Gallo, por exemplo, “o lugar das ciências humanas neste triédrico é o não-lugar”; mas elas aparecem decerto exercitando “conexões com os eixos definidos e com os planos por eles delimitados”⁷⁹.

De todo modo, as conexões que as ciências humanas estabelecem estão atreladas aos conceitos, modos e conteúdos dos discursos empíricos e filosóficos. As ciências humanas nascem originalmente tomando a extensão entre os dois domínios. No entanto, elas elaboram um discurso novo que reduplica aquilo que, de um lado, é o objeto sensível de uma ciência empírica e, de outro, da filosofia, a própria espessura do sujeito transcendental. Dessa reduplicação, novas considerações e tratamentos dar-se-ão na extensão dos dois domínios, possibilitando que as ciências humanas não se confundam, de forma equivocada, com as ciências empíricas e a filosofia, mas assumam uma condição original, cujo relevo é fazer aparecer o homem para o saber.

O discurso novo das ciências humanas vai ocupar uma “distância que separa (não sem uni-las) a biologia, a economia, a filologia daquilo que lhes dá possibilidade no ser

⁷⁹ GALLO, S. “O conceito de *epistémê* e sua arqueologia em Foucault” in MARIGUELA, M. (org.). *op. cit.*, p. 25.

mesmo do homem”⁸⁰. Configurado pela profundidade epistêmica, esse discurso será a marca da Modernidade: a novidade que se estabelece é a fundação ou invenção, para o Ocidente, da avolumada natureza dupla do homem, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de conhecimento. Diz Foucault: “no movimento profundo de uma tal mutação arqueológica, o homem aparece com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece”⁸¹. Por isso, há nesse acontecimento

uma novidade essencial: os novos *objetos* empíricos e, também, a nova filosofia, somente existem referidos ao homem. Este, com efeito, é anunciado, primeiro como um ser que trabalha, que vive e que fala. Depois, como um ser que sabe. Objeto e sujeito, ao mesmo tempo, do conhecimento⁸².

É dessa maneira que se incorpora, pois, adquirindo densidade, a real existência do homem para o saber. Através da profundidade e do volume da *epistémê* moderna, as ciências humanas emergem situando o homem em um “espaço que, para Foucault, não é nem o domínio do empírico nem do transcendental: é o espaço da representação”⁸³. Nesse espaço, cuja espessura está avolumada pela realidade fenomênica, é que as ciências humanas produzirão a especificidade do saber sobre o homem, pois lá se configura tanto a realidade desse homem enquanto objeto dado empiricamente, e também, em seu ser mesmo, como sujeito de conhecimento, isto é, “como lugar de conhecimentos empíricos mas reconduzidos o mais próximo possível do que os torna possíveis, e como forma pura imediatamente presente nesses conteúdos”⁸⁴.

Ao marcar tal dimensão no ser mesmo do homem, constitui-se, ao contrário da Idade Clássica, uma nova relação entre o que é objetivado pelo discurso científico e o lugar

⁸⁰ *M.C.*, p. 365; *P.C.*, p. 489.

⁸¹ *M.C.*, p. 323; *P.C.*, p. 430.

⁸² TERNES, J. “A morte do sujeito” in PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.), *op. cit.*, p. 62.

⁸³ MACHADO, *op. cit.*, p. 127.

⁸⁴ *M.C.*, p. 331; *P.C.*, p. 442.

mesmo de manifestação dos conteúdos. Ou seja, enquanto que na era da representação, os conteúdos do saber estavam dimensionados em um espaço lógico, ideal, no qual se definia certas essências – o ser próprio das coisas -, na era moderna, todos os conteúdos do saber serão dimensionados para um local real de manifestação. Por exemplo, o que se constituiu, na Idade Clássica, de conhecimento da loucura, em sua essência verdadeira, na Modernidade, o ser mesmo da loucura é situado na realidade concreta do louco. O louco é o lugar imediatamente presente onde se realiza o conteúdo da loucura. Dessa maneira,

a loucura não mais indica um certo relacionamento do homem com *a* verdade (...) indica apenas um relacionamento do homem com *sua* verdade. Na loucura, o homem cai em sua verdade: o que é uma maneira de sê-la inteiramente, mas também de perdê-la. A loucura não mais falará do não-ser, mas do ser do homem (...). E enquanto ele era outrora o Estranho em relação ao Ser – homem do nada, da ilusão, *Fatuus* (vazio do não-ser e manifestação paradoxal desse vazio) -, ei-lo agora retido em sua própria verdade e, por isso mesmo, afastado dela. Estranho em relação a si mesmo, *Alienado*⁸⁵.

Outro exemplo encontra-se no caso da medicina moderna; pois também, nessa área do saber, a realidade presente no homem, de sujeito e objeto, possível pela organização profunda do espaço epistêmico, foi sendo cada vez mais objetivada. Marcadamente, pela condução do discurso científico, instaurou-se a chamada “experiência clínica”; nessa experiência

o *objeto* do discurso também pode ser um *sujeito*, sem que as figuras da objetividade sejam por isso alteradas. Foi esta reorganização *formal* e *em profundidade*, mais do que o abandono das teorias e dos velhos sistemas, que criou a possibilidade de uma experiência clínica⁸⁶.

⁸⁵ FOUCAULT, M. *Histoire de la folie a l'age classique*. Paris: Gallimard, 1972, p. 637; FOUCAULT, M. *História da loucura: na Idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 509.

⁸⁶ FOUCAULT, M. *Naissance de la clinique*. 7ªed. Paris: Quadrige/PUF, 2003, p. 10; FOUCAULT, M. *O Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994, p. XIII.

O que interessa, pois, salientar aqui é o surgimento da presença real do homem para o saber. Uma presença carregada de uma dimensão factual, objetiva e, ao mesmo tempo, de uma dimensão profunda, pela espessura de seu pensamento, de realidade fenomênica, com o manifesto poder de elaborar representações não somente para as coisas, mas para si mesmo.

Nota-se que o aparecimento do homem foi possível quando a representação, antes válida somente para a relação com e para a exterioridade, agora está prestes a constituir a realidade do ser mesmo do homem: uma realidade que possibilita representações dos objetos e, ao mesmo tempo, pode fornecer a si as representações produzidas a partir da relação com os objetos empíricos. Dessa maneira é que as ciências humanas “estudam o homem enquanto ele se representa a vida na qual está inserida sua existência corpórea, a sociedade em que se realiza o trabalho, a produção e a distribuição, e o sentido das palavras”⁸⁷. E na medida em que a pessoa está a falar, a viver e a produzir, as ciências humanas vêm para atravessá-la, e dar-lhe representações que representam, com consistência, a sua vida.

4.9. A densidade dos modos de ser do homem

Consistentes representações estabelecem, para o homem, um peso próprio, manifestando, por assim dizer, modos de ser. Tais modos são elaborados a partir de quatro temas básicos encontrados no capítulo IX de *As Palavras e as coisas*, cujo título é “O homem e seus duplos”. São eles: “a finitude fundamental do homem, a constituição de um duplo empírico-transcendental, o *cogito* que tem o impensado como correlato necessário e

⁸⁷ MACHADO, *op. cit.*, p. 130.

uma relação com a origem que pressupõe a dimensão da historicidade”⁸⁸. E atravessados por tais temas, é que o homem surge na abordagem científica ocidental, instalado no domínio da racionalidade empírica, em uma extensão do saber chamada de “ciências humanas”. É preciso percorrer os temas citados que fundamentam, em profundidade e factualidade, os modos de ser do homem.

O primeiro tema, a finitude fundamental do homem, é uma condição antropológica advinda da analítica da finitude, a qual é entendida também como uma analítica do próprio homem: isso porque a mesma realidade relacional, na qual os objetos para serem constituídos precisam dar-se aos limites da experiência do sujeito transcendental, marcará a dependência desse mesmo sujeito na relação necessária com os objetos que se apresentam sempre de forma finita, densa e concreta. Quer dizer que o homem, por meio dessa relação com o visível externo, confere também a si, enquanto sujeito e objeto de investigação, uma densidade interna, cuja natureza está carregada de solidez, opacidade, profundidade e finitude. Uma finitude fundamental que se destaca e intensifica no limite real de um corpo espesso em relação às outras coisas volumosas, pela experiência do viver, trabalhar e falar. Uma finitude natural “porque dada pelo estudo do que o homem é por natureza, quando estudado empiricamente como objeto”⁸⁹.

A organização recíproca do homem no vínculo com os objetos empíricos, quer dizer que, por conta deles, ele se percebe como um ser, cujo peso próprio está representado pelas relações, externas e internas, dadas por elementos concretos, polimorfos, no limite de seu próprio corpo finito na reciprocidade com outras finitudes corpóreas. Assim, “se o saber do homem é finito, é porque ele está preso, sem liberação possível, nos conteúdos positivos da linguagem, do trabalho e da vida; e inversamente, se a vida, o trabalho e a linguagem se dão

⁸⁸ *Idem Ibidem*, p. 126.

⁸⁹ *Idem Ibidem*, p. 121.

em sua positividade, é porque o conhecimento tem formas finitas”⁹⁰. Portanto, métodos positivos, tomando a pessoa no que ela tem de empírico, são utilizados a fim de constituir a ossatura dos modos de ser do homem. A analítica da finitude dirá respeito, na positividade do saber, ao modo de ser finito e real do homem, isto é, a sua finitude empírica e fundamental:

no fundamento de todas as positivities empíricas e do que se pode indicar como limitações concretas à existência do homem, descobre-se uma finitude – que em certo sentido é a mesma: ela é marcada pela espacialidade do corpo, pela abertura do desejo e pelo tempo da linguagem; e, contudo, ela é radicalmente outra: nela o limite não se manifesta como determinação imposta ao homem do exterior (por ter uma natureza ou uma história), mas como finitude fundamental que só repousa sobre seu próprio fato e se abre para a positividade de todo limite concreto⁹¹.

Isso posto, já se tem a sinalização, pela analítica da finitude, do segundo tema relativo à caracterização do homem: um duplo empírico-transcendental. Ou seja, no homem incorpora-se uma realidade existente pela duplicação, em profundidade, dos fenômenos que constituem o campo da empiricidade, em conteúdos que retornam como constituintes para si mesmo, no campo mais fundamental. Na profundidade avolumada pelas experiências relacionais do visível, repleto de solidez, com o invisível correlato, manifesta-se, no homem, uma espessura própria, cuja extensão se pauta pela organização do empírico no transcendental. Uma organização complexa, portanto, de toda uma profundeza condensada em dupla saliência.

A rigor é a constituição espessa de uma realidade humana empírico-transcendental, a qual consolida o duplo modo de ser do homem, é que garante originalidade às ciências humanas. Por conta disso, a análise discursiva referente a esse duplo modo vai abordá-lo

⁹⁰ *M.C.*, p. 327; *P.C.*, p. 436.

⁹¹ *M.C.*, p. 326; *P.C.*, p. 434-5.

como homem que se autodescobre existente vinculado aos conteúdos empíricos já dados do trabalho, da vida e da linguagem; tais conteúdos, como já dito, são determinantes para a configuração duplicada de sua natureza ou de seu ser próprio: esse ser que é “o lugar de uma reduplicação empírico-transcendental”⁹².

No entanto, há também outro lugar que situa esse mesmo homem no mundo: “o lugar do desconhecimento”⁹³. Esse é o terceiro tema que recai no modo de ser do homem, a saber, a necessária imbricação do *cogito* e o impensado. Na Modernidade, o *cogito* é redimensionado pela questão transcendental. O homem, no *cogito*, manifesta-se pelo pensamento habitado nele mesmo, mas que terá existência também fora dele, enquanto um lugar sem domínio. Há, pois, em um lugar, nele e fora dele, o não refletido, o desconhecido, o impensado. Com efeito, o impensado será como um outro que não chega a ser totalmente estranho, porém marcado inexoravelmente por uma inacessível exterioridade. No homem, o impensado é “o Outro, fraterno e gêmeo, nascido não dele, nem nele, mas ao lado”⁹⁴, e que, por sinal, ao manifestar-se como uma margem intransponível e externa de si mesmo, forma uma dualidade com o *cogito*. Razão pela qual o pensamento reconhece “ao mesmo tempo em si e fora de si (...) uma espessura aparentemente inerte em que ele está imbricado”⁹⁵.

Na extensão do não-pensamento, pode-se dizer que o que se move são “mecanismos obscuros, determinações sem figura, toda uma paisagem de sombra a que, direta ou indiretamente, se chamou inconsciente”⁹⁶. É, pois, pela crueza de nervuras indeterminadas, as quais assolam sensivelmente a realidade profunda do homem, que se quer fundamentar um modo de ser marcado pela opacidade atuante entre o *cogito* e o impensado. O dado essencial é a fundação, no homem, de uma

⁹² M.C., p. 333; P.C., p. 444.

⁹³ M.C., p. 333; P.C., p. 445.

⁹⁴ M.C., p. 337; P.C., p. 450.

⁹⁵ M.C., p. 337; P.C., p. 450.

⁹⁶ M.C., p. 337; P.C., p. 450.

dimensão aberta, jamais delimitada de uma vez por todas, mas indefinidamente percorrida, que vai, de uma parte dele mesmo que ele não reflete num *cogito*, ao ato de pensamento pelo qual a capta; e que, inversamente, vai desta pura captação ao atravancamento empírico, à ascensão desordenada dos conteúdos, ao desvio das experiências que escapam a si mesmas, a todo o horizonte silencioso do que se dá na extensão movediça do não-pensamento⁹⁷.

Do mais, resta ainda salientar a imbricação do homem com a questão da origem, ou seja, a problemática histórica. Segundo Foucault, “o último traço que caracteriza, ao mesmo tempo, o modo de ser do homem e a reflexão que a ele se dirige é a relação com a origem”⁹⁸; no entanto, adverte ele, não é “a origem que dá lugar à historicidade; é a historicidade que, na sua própria trama, deixa perfilar-se a necessidade de uma origem que lhe seria ao mesmo tempo interna e estranha”⁹⁹.

Dessa maneira, submetido a eventos históricos, o homem mesmo, porque fala, trabalha e vive, em seu ser próprio está vinculado à historicidade dos seres, das coisas e das palavras. Ou seja, ele já está adensado, na concretude de sua existência, com o tempo das coisas, cujo peso o envolve em tramas que não são necessariamente contemporâneas a ele. Dessa maneira, subsistindo no enredo de realidades históricas, espessas e consistentes, o homem está atrelado, no ponto de origem, aos fundamentos que não lhe pertencem, mas que lhe permitem ter uma história e pensar em uma origem. Assim, ao notar que irreduzivelmente está articulado a conteúdos que perpassam a sua experiência de vida, tem-se a indicação, no fundo, de que o seu tempo mesmo de nascimento não divulga a sua própria origem. E assim não há como demarcar uma origem para o homem, pois toda a sua experiência está vinculada àquelas historicidades.

⁹⁷ *M.C.*, p. 333; *P.C.*, p. 445.

⁹⁸ *M.C.*, p. 339-340; *P.C.*, p. 453-4.

⁹⁹ *M.C.*, p. 340; *P.C.*, p. 455.

Segundo Foucault, há dois aspectos consideráveis com relação à impossibilidade de assinalar o originário no homem:

significa, por um lado, que a origem das coisas está sempre recuada, já que remonta a um calendário onde o homem não figura; mas significa, por outro lado, que o homem, por oposição a essas coisas, de que o tempo deixa perceber o nascimento cintilante na sua espessura, é o ser sem origem, aquele “que não tem pátria nem data”, aquele cujo nascimento jamais é acessível porque jamais teve “lugar”. O que se anuncia no imediato do originário é, pois, que o homem está separado da origem que o tornaria contemporâneo de sua própria existência¹⁰⁰.

Portanto, os quatro temas salientados – a finitude do homem, o duplo empírico-transcendental, o *cogito* e o impensado e a dimensão da historicidade – ao atravessarem um domínio relativo à representação da realidade histórica, espessa e consistente do homem para o saber, proporcionam às ciências humanas um domínio, cuja organização interna estará adensada com outras especificidades.

Dentro desse domínio, três modelos de pares conceituais consolidarão o volume teórico constituinte da metodologia das ciências humanas e de seus critérios epistemológicos. A saber, os pares “*função e norma, conflito e regra, significação e sistema*, cobrem, por completo, o domínio inteiro do conhecimento do homem”¹⁰¹. Através desses pares, a organização do campo fenomênico da realidade estará constituída nas ciências humanas. Pode-se enfatizar afinal que tais “modelos constituintes são o núcleo central da análise arqueológica das ciências humanas, e toda a argumentação de *As Palavras e as coisas* tem como principal finalidade defini-los”¹⁰².

Para elucidar, de forma breve, toma-se o exemplo da psicologia: o par fundamental *função e norma* é constitutivo da psicologia; esse par advém, por um lado, da articulação

¹⁰⁰ M.C., p. 342-3; P.C., p. 457-8.

¹⁰¹ M.C., p. 369; P.C., p. 494.

¹⁰² MACHADO, *op. cit.*, 131.

com a biologia, através do conceito de função e, por outro, da articulação com a filosofia, através daquilo que é a condição de possibilidade e de ajuste da própria noção de função, a saber, o tema da norma. O par conceitual *conflito* e *regra* constitui fundamentalmente a sociologia; conflito é uma representação da economia e, da filosofia, advém o tema regra, que é condição de possibilidade e limite do conflito. E por fim, o par *significação* e *sistema* da análise que é da literatura e dos mitos, cuja articulação, por um lado, se faz com o objeto da filologia, a linguagem e sua organização significativa e, por outro, da filosofia, é articulada a dimensão da historicidade, no recuo da origem, na utilização do conceito de sistema, o qual elabora uma conexão consistente entre signos, numa coerência conjuntural. Importa salientar que nas ciências humanas esses pares conceituais se articulam mutuamente entre si. Escreve Foucault:

...pode-se dizer, de maneira global, que a psicologia é fundamentalmente um estudo do homem em termos de funções e normas (funções e normas que se podem, de maneira secundária, interpretar a partir dos conflitos e das significações, das regras e dos sistemas); a sociologia é fundamentalmente um estudo do homem em termos de regras e conflitos (mas estes podem ser interpretados, e somos constantemente levados a interpretá-los secundariamente, quer a partir das funções, como se fossem indivíduos organicamente ligados a si mesmos, quer a partir de sistemas de significações, como se fossem textos escritos ou falados); enfim, o estudo das literaturas e dos mitos procede essencialmente de uma análise das significações e dos sistemas significantes, mas sabe-se bem que esta pode ser retomada em termos de coerência funcional ou de conflitos e de regras. É assim que todas as ciências humanas se entrecruzam e podem sempre interpretar-se uma às outras¹⁰³.

A partir do século XIX, portanto, a rede articulada das ciências humanas está atuante, na sociedade, em torno dos indivíduos. Notar-se-á, concomitantemente, a organização de um tipo diferente de saber - que será explicitado e desenvolvido por Foucault em seus escritos posteriores (da década de 70) - o qual consiste em um saber-

¹⁰³ M.C., p. 369; P.C., p. 495.

poder, cujo domínio se dá pelas formas de análise chamadas de *exame*. O exame será fundamental enquanto prática investigativa desse saber-poder, o qual, aliás, sustenta tanto as ciências humanas - a psicologia, a sociologia, a análise da literatura e dos mitos - quanto também, salienta Foucault, a psiquiatria, a psicopatologia, a criminologia modernas. Essa forma de saber-poder se exerce pela prática de uma ininterrupta e total vigilância, organizada “em torno da norma pelo controle dos indivíduos ao longo de sua existência”¹⁰⁴. O nascimento do que Foucault chama de “exame ou as ciências de exame” está relacionado à “formação e estabilização da sociedade capitalista”¹⁰⁵. Assim, ao mesmo tempo em que novos saberes são constituídos na Modernidade, um tipo de sociedade é modelada pela prática desses saberes. Foucault classificará a sociedade moderna de “sociedade disciplinar”, e a própria Idade Moderna como a idade da “ortopedia social”, isto é, a idade da vigilância, controle e correção dos indivíduos na sociedade. Isso é arquitetado pela forma de saber-poder do exame, ou ainda, por um mecanismo chamado de panoptismo, cujo poder

tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigia, a respeito deles, um saber. Um saber que tem agora por característica não mais determinar se alguma coisa se passou ou não, mas determinar se um indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra, se progride ou não, etc. Esse novo saber não se organiza mais em torno das questões “isto foi feito? quem o fez?”; não se ordena em termos de presença ou ausência, de existência ou não existência. Ele se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer¹⁰⁶.

¹⁰⁴ FOUCAULT, M. “La vérité et les formes juridiques” in *Dits et écrits*, 1954-1988, vol. II. Paris: Gallimard, 2005, p. 1463; FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002, p. 88.

¹⁰⁵ *Idem Ibidem*, p. 1410; na tradução, p. 13.

¹⁰⁶ *Idem Ibidem*, p. 1463; na tradução, p. 88.

4.10. A era da interpretação

Conflitos de ordem epistemológica foram emergindo de forma contundente através da interrogação sobre o tratamento dado à vida, ao trabalho e à linguagem pelas ciências humanas. O ponto em questão é o homem recoberto em sua positividade pelas ciências humanas, correlacionado a critérios fundados pelo espaço de ordem do saber – ou seja, a organização e duplicação, em profundidade, do empírico no transcendental, a finitude, a historicidade. As chamadas “contraciências”, a psicanálise e a etnologia, assumirão uma abordagem interrogante sobre a constituição do homem moderno, trazendo à tona um diagnóstico próprio ao espaço geral e volumoso da Modernidade: de que o que há, de fato, no bojo de todo saber, são interpretações dadas por signos que se impõem como interpretativos do homem, mas que, no fundo, “prescrevem a interpretação de sua interpretação”¹⁰⁷. Com efeito, a Idade Moderna não é senão a era da interpretação, cujo nascimento se dá quando “as idéias de finitude e de historicidade abrem a possibilidade de tematizar o homem como objeto e sujeito do conhecimento”¹⁰⁸.

Cumprido, pois, antes de prosseguir nessa abordagem, enfatizar a questão citada da historicidade. Primeiramente, se há algo que parece comum nos discursos presentes na Modernidade, é que eles se refletem, por si mesmos, uns nos outros, implicando, ao final, a dimensão do homem. Não é a toa que, a partir do século XIX, constituir-se-á uma historicidade que parece ser a mais fundamental para Foucault: “o que vêm à luz é uma forma nua da historicidade humana”¹⁰⁹. Ou seja, o homem moderno vai conferir a si

¹⁰⁷ FOUCAULT, M. “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 572; FOUCAULT, M. “1967 – Nietzsche, Freud, Marx” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 48.

¹⁰⁸ GREGOLIN, *op. cit.*, p. 79.

¹⁰⁹ *M.C.*, p. 381-2; *P.C.*, p. 512.

próprio, e em profundidade, uma historicidade, cuja organização está positivada não somente para ele, segundo as suas necessidades, mas que irremediavelmente atingirá todas as demais historicidades que se produzam. Dessa maneira, emergirá, na Idade Moderna, uma história

que concerne agora ao ser mesmo do homem, pois que se evidencia que não somente ele “tem”, em torno de si, “História”, mas que ele mesmo é, em sua historicidade própria, aquilo pelo que se delinea uma história da vida humana, uma história da economia, uma história das linguagens. Haveria, pois, a um nível muito profundo, uma historicidade do homem que seria, por si mesma, sua própria história, mas também a dispersão radical que funda todas as outras¹¹⁰.

Em segundo lugar, também a tematização do homem deve ser retomada nesse momento, pois se salientou que pela constituição volumosa de conteúdos do saber, tanto na organização do domínio da empiricidade quanto no do filosófico, ocorreu o nascimento das ciências humanas, com a originalidade de converter o homem em sujeito e objeto do conhecimento. Tal elaboração, como já salientado, foi possível ao tomar por empréstimo os conteúdos dos saberes empíricos e da filosofia moderna. Afirmar, pois, que “estudar a vida, o trabalho e a linguagem, é estudar o homem”¹¹¹ significa dizer que, pelas representações fenomênicas da realidade, o homem produz para si, no campo mais fundamental, as representações da empiricidade, incorporando-as como auto-representações correspondentes de sua realidade mesma. É assim, portanto, que o homem é, para as ciências humanas, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de conhecimento, pois objetivamente pode ser entendido com sendo aquele que está situado entre os animais, que medeia a produção e que é dotado de linguagem. Por isso, pode-se afirmar que tanto os objetos empíricos requerem o homem, porque ele é o condicionante de seus conteúdos, como

¹¹⁰ M.C., p. 381; P.C., p. 512.

¹¹¹ MACHADO, *op. cit.*, p. 120.

também “eles o determinam, na medida em que a única maneira de conhecê-lo empiricamente é através desses conteúdos do saber”¹¹².

Mas o que deve ser enfatizado agora é que os discursos do saber, constituídos no espaço epistêmico moderno, no fundo, são interpretações produzidas pela própria condição desse homem moderno, enquanto sujeito e objeto, a qual, além de interpretar fatos, ainda se auto-interpreta no mesmo processo interpretativo. Há, pois, um movimento que faculta um tipo de discurso, tomado como técnica de interpretação e formalização, que pode ser considerado ao final um produto de um jogo de interpretação, de auto-interpretação, visto que o intérprete é conduzido a se interpretar na implicação desse jogo.

Tal jogo se tornou possível a partir do século XIX, porque a rede de signos, disponíveis no espaço do saber moderno, tem uma realidade constitutiva por via da duplicação das representações do empírico no transcendental. A constituição dessa rede significativa tem, pois, ressonância e conformidade à medida interpretativa e formal do sujeito transcendental. A realidade dos signos é consequência da interpretação que a precede; portanto, “os signos são interpretações que tentam se justificar, e não o inverso”¹¹³. Assim sendo, continua Foucault, “nada há de absolutamente primeiro a interpretar, pois no fundo tudo já é interpretação; cada signo é nele mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas interpretação de outros signos”¹¹⁴.

Segundo esse diagnóstico, evidencia-se a possibilidade de uma dissolução desse homem modelado pelo saber moderno, conforme a rede de signos autorizada pelos três modelos conceituais utilizados nas ciências humanas - *função e norma, conflito e regra, significação e sistema*. Dissolução porque toda a discursividade elaborada estaria

¹¹² *Idem Ibidem*, p. 120.

¹¹³ FOUCAULT, M. “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 572; FOUCAULT, M. “1967 – Nietzsche, Freud, Marx” in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Dits e escritos, II, p. 48.

¹¹⁴ *Idem Ibidem*, p. 571; na tradução, p. 47.

fundamentada, afinal, por um fluxo interpretativo. Ora, se a constituição do homem nas ciências humanas se dá pelo entrecruzamento de signos que já são interpretações, logo, pode-se considerar que, em um contrafluxo interpretativo, é possível dissolver o objeto denso, factual, constituído, em sua realidade, por uma interpretação. No fundo, o homem moderno estaria instituído e destituído pelo próprio jogo das interpretações, o qual, com suas próprias regras, numa tarefa infinita, não se esgotaria. E se, a rigor, “a interpretação nunca pode se concluir, é muito simplesmente porque nada há a interpretar”¹¹⁵. Logo, o sempre presente nesse processo será “o inacabado da interpretação, o fato de que ela seja sempre retalhada, e permaneça em suspenso no limite dela mesma”¹¹⁶.

Enfim, o que se verifica na Modernidade é a primazia da interpretação em relação aos signos. E na perda de qualquer significante diretamente vinculado a um simples signo, a era da interpretação dará ênfase ao intérprete, o princípio da interpretação; tal ênfase será a característica, no espaço epistêmico moderno, da prática do saber.

¹¹⁵ *Idem Ibidem*, p. 571; na tradução, p. 47.

¹¹⁶ *Idem Ibidem*, p. 569; na tradução, p. 45.

CONCLUSÃO

A apresentação de um panorama, articulado arqueologicamente, das condições do espaço de ordem do saber, foi movida pela descrição da *epistémê* - noção historicamente construída e que condiciona a possibilidade dos saberes se constituírem. Percorreu-se a própria trajetória histórica demarcada em *As Palavras e as coisas*, a fim de salientar o conjunto das práticas de ver, de falar e de formular proposições do saber reconhecidas como verdadeiras em um dado momento histórico. Acentuou-se o movimento de passagem de um período histórico para outro, através fundamentalmente da descrição de três mutações epistêmicas.

A abordagem feita procurou diagnosticar a configuração que fundamenta a produção de discursos, a partir de um espaço regulamentado. De maneira geral, ao fazer um exercício investigativo sobre o funcionamento simultâneo, em uma dada época, de um conjunto de discursos, o que se considerou aqui foi a correspondência da noção de *epistémê* à de *espaço*. A referência chave da investigação fora instigar e expor o “espaço epistêmico”.

Para tanto, a abordagem deu ênfase a três noções geométricas - o círculo, o quadrado e a profundidade – as quais foram utilizadas nessa dissertação como um recurso metodológico, a fim de salientar geometricamente a configuração do espaço epistêmico. A manobra de utilizar uma figuração geométrico-epistêmica facilitou a exposição pretendida, pois auxiliou na demarcação de termos correlacionados à prática desse espaço. Com isso, indicou-se uma regularidade espacial condutora de práticas discursivas, as quais afinal intervêm na ordem das coisas.

De maneira geral, pôde-se notar que, através da ordenação de diversos discursos, estabelecidos a partir de um determinado espaço epistêmico, foi possível privilegiar a característica de movimento ou de mobilidade inerente do espaço epistêmico; principalmente quando, por exemplo, se pontuou a possibilidade de rearranjo da configuração geral através de mutações arqueológicas. Conforme salientado, no próprio espaço do saber de uma época, houve flutuações que possibilitam uma mudança de configuração, promotora tanto de simetrias quanto assimetrias em relação ao estado anterior.

Destacou-se também a força semântica considerada inclusa na noção de “espaço”. Assim, a compreensão da noção de espaço epistêmico deve levar em conta alguns termos aparentados. Por exemplo, “campo”: pode-se dizer de campo epistêmico, cujo sentido recobre um espaço habilitado por regras internas, segundo as quais impulsionam, em conformidade com a sua força operante, a produção de conteúdos estrategicamente configurados. Também se pode dizer de “região” epistêmica, cujo sentido está relacionado a certa disposição espacial. E ainda “solo” epistêmico, o qual afirma uma composição vinculada e pertencente a uma realidade historicamente situada, cujo terreno é de práticas políticas. Em suma, o entendimento da noção de “espaço” deve abarcar todas as efetuações de sentido que, por meio de termos espaciais aparentados, emergem como inerentes a sua própria composição; é assim que, encorpado por termos e sentidos, o espaço epistêmico deve ser diagnosticado.

A trajetória que buscou o critério “a partir de que” ou “na base de que” se constituíram os saberes dos três períodos percorridos, descreveu três configurações que sustentaram as relações discursivas de um determinado período histórico. Em três espaços epistêmicos, não simultâneos, pôde-se descrever o espaço geral do saber renascentista, o do

clássico e o do moderno. Em outras palavras, a abordagem enfocou, primeiramente, a configuração operante na ação de giro circular das similitudes do Renascimento; a segunda, a configuração operante na ação de planificação em quadros da representação clássica; e, a terceira, a configuração operante na ação de constituição de uma realidade volumosa e profunda da Idade Moderna.

Mais precisamente, apresentou-se o mundo renascentista pela circularidade ordenada de similitudes. Saliu-se o círculo como o referencial figurativo geométrico do espaço epistêmico do século XVI. No espaço circular deste período, entrelaçou-se palavras e coisas, profundamente ligadas pela relação de semelhança. Foi considerada a era da semelhança, e também destacada como a idade da decifração. Na junção das coisas com a irradiação de suas respectivas palavras, todas as figuras do mundo renascentista se conectavam. A linguagem confirmou, através de um jogo de símbolos, que as palavras eram signos naturais das coisas, isto é, *eram* as marcas das próprias coisas. Assim, o giro efetivo de “noções satélites” - a conveniência, a emulação, a analogia, a simpatia e a assinalação - arrolavam tanto signos como semelhanças no mundo, numa vazão aparentemente irrestrita. No entanto, os anéis aditivos no saber do Renascimento não fundamentavam o próprio saber em uma dimensão infinita, mas em um domínio circunscrito pelo limite da repetição circular.

A dimensão infinita do saber serviu como referência para a Idade Clássica, a chamada era da representação. Por conta de uma mudança arqueológica, estabeleceu-se um espaço epistêmico plano e liso, no qual se formalizou uma nova relação discursiva entre as palavras e as coisas. Com efeito, outra forma de linguagem é operada no espaço epistêmico dos séculos XVII e XVIII, cujo critério fundamental é dado pela ordem das idéias representativas. Implantou-se a prática da análise, cujo foco recai na relação que a

linguagem postula consigo mesma, num ato que, em si mesmo e de sua intimidade, ordena e libera julgamentos. Ao pensamento clássico cumpriu a tarefa de fazer a análise das coisas em termos tanto de identidade e de diferença como de medida e de ordem pela disposição da representação em quadro. O quadro foi o lugar aderente para toda ordenação classificatória. Os saberes entraram na ordem da representação e foram dispostos em quadros ordenados. O referencial da quadratura favoreceu ao saber representar o pensamento, e assim poder dar ordem ao conhecimento clássico. Pela visibilidade da representação, o que se tinha era a imagem representativa do visível, acessível unicamente pela visão estante e interna do pensamento. Assim as palavras não mais *eram* as marcas das coisas, mas *representavam* as coisas. Em outros termos, as palavras não tinham mais a característica de traduzir o pensamento, mas, sim, representar o pensamento. Fundamentou-se assim, uma época, a qual buscou prioritariamente, pela linguagem da representação, a quadratura de idéias das coisas, cujas formas planas deu ao mundo a propriedade de ser ele representado como imagem, como estampa mental.

A partir do século XIX, por conta da mais uma mudança no espaço epistêmico, o mundo se apresentou para o saber de maneira diferente: manifestou-se com concretude real, constituído de volume e espessura. Incorporou-se ao saber a densidade, a massa, o sensível advindo de uma realidade constituída de saliências, protuberâncias e relevos. A dimensão factual, objetiva se manifestou no nível da profundidade. Uma organização complexa e polimorfa, feita de elementos reais e concretos, marcou, portanto, o espaço epistêmico moderno. No espaço geral do saber, um modo determinado de existência das coisas foi constituído enquanto densidade organizacional, cujo mecanismo é marcado pela relação funcional. Dessa maneira, instalou-se o domínio da empiricidade, no qual novos objetos foram estabelecidos em profundidade, com a devida espessura, opacidade e realidade

volúmosa. Também o volume foi incorporado à filosofia moderna através de um tipo de conhecimento chamado analítico, processado no campo transcendental. Atrelado à densidade do mundo, o conhecimento analítico-transcendental considerava a relação sintética da experiência vivida com as coisas, ou seja, do sujeito que é tocado pelo objeto sensível em sua manifestação sólida e concreta. Com efeito, tanto a experiência empírica quanto o conhecimento reflexivo, receberam um novo tratamento condicionado pelo espaço epistêmico avolumado da Modernidade.

No espaço epistêmico moderno conformou-se, portanto, um saber encorpado, denso e sintetizado com as coisas. Com tal propriedade instalou-se também o humano e sua aparição real para o saber. O discurso das ciências humanas marcou a novidade dessa aparição através da fundação ou invenção da avolumada natureza dupla do homem: ao mesmo tempo, sujeito e objeto de conhecimento. A presença real do homem no saber esteve carregada, por um lado, de uma dimensão empírica, factual, objetiva; e, por outro, de uma dimensão profunda, espessa, de realidade transcendental, com o poder manifesto de elaborar, pelo pensamento sintético, representações não somente para as coisas, mas para si mesmo.

Com efeito, o que se diagnosticou de tal processo constitutivo do saber foi o condicionamento do homem, sem escape, enquanto sujeito e objeto do saber, a não somente interpretar fatos, mas se auto-interpretar no mesmo processo interpretativo. A era da interpretação caracterizou o mundo moderno, pois se considerou que, de fato, no bojo de todo saber, o que havia eram interpretações; e, nesta prática do saber, a ênfase foi dada para o princípio da interpretação: o intérprete. Notou-se, portanto, um tipo de discurso, tomado como técnica de interpretação e formalização, mas constituído por um jogo de interpretação

e de auto-interpretação, visto que o intérprete é conduzido a se interpretar formalmente na implicação desse jogo.

Com efeito, por conta desse tipo de discurso constitutivo de saber, conseqüências foram diagnosticadas:

...duas conseqüências importantes. A primeira é que a interpretação será sempre, desde então, interpretação através do “quem?”; não se interpreta o que há no significado, mas, no fundo, quem colocou a interpretação. O princípio da interpretação nada mais é do que o intérprete. E talvez seja esse o sentido que Nietzsche deu à palavra “psicologia”. A segunda conseqüência é que a interpretação tem sempre que interpretar a si mesma, e não pode deixar de retornar a si mesma. Em oposição ao tempo dos signos, que é um tempo do fracasso, e em oposição ao tempo da dialética, que, apesar de tudo, é linear, há um tempo da interpretação, que é circular. Esse tempo é, certamente, obrigado a passar novamente por onde ele já passou ...¹.

Um questionamento crítico, no entanto, compromete a configuração salientada nessa dissertação acerca do espaço da Modernidade, cujo volume tridimensional parece condensar-se para dentro, com profundidade interior. Pensadores como Freud, Marx e Nietzsche conduziram a um redimensionamento desse espaço em profundidade: essa dimensão interna será destituída em favor de uma aguda exterioridade. Como conseqüência, no espaço avolumado da Modernidade, o que se apresentaria como interpretável não seria senão a própria superfície externa e real das coisas; superfície esta deslocada e silenciada por conteúdos dimensionados e aceitos como válidos, aplicáveis a uma interioridade produzida, em profundidade, pelas ciências humanas. Em suma, é o espaço da verdade interna que recebe denúncia, a partir do século XIX, nas abordagens de Freud, Marx e Nietzsche.

¹ FOUCAULT, M., “Nietzsche, Freud, Marx” in *Dits et écrits*, I, p. 573; FOUCAULT, M., “1967 – Nietzsche, Freud, Marx”, in *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, coleção Ditos e escritos, II, p. 49.

Há, por exemplo, na obra nietzschiana *Zarathustra*, através de um movimento de interpretação, uma operação de “reviravolta da profundidade”, na qual se restitui

...a exterioridade cintilante que estava recoberta e soterrada. Porque, se o próprio intérprete deve ir até o fundo como um escavador, o movimento de interpretação é, ao contrário, o de um desaprumo, de um desequilíbrio cada vez maior, que deixa sempre, acima dele, a profundidade revelar-se de uma maneira cada vez mais visível; a profundidade é então restituída como segredo absolutamente superficial, de tal maneira que o vôo da águia, a ascensão da montanha, toda essa verticalidade tão importante em *Zarathustra* é, no sentido, a reviravolta da profundidade, a descoberta de que a profundidade não passava de um jogo e de uma dobra da superfície²

A condução dessa perspectiva, exaltando a exterioridade, denuncia o aprisionamento do homem moderno que, atrelado aos discursos das ciências humanas, se vê imbricado, em um foro íntimo, na profundidade de consciência, a uma verdade que, de antemão, o recobre como que em pura essência. Denuncia-se, portanto, essa estratégia do saber moderno que produz, por condições específicas e históricas, uma verdade produzida como essência imutável, isto é, como essência universal antropológica. Com efeito, tal essência corresponde a um critério racional que se pode chamar do Mesmo para todos. Cumpre aqui resgatar uma afirmação que se encontra no prefácio de *As Palavras e as coisas*, a respeito do que seria o cerne dessa obra, descrita como *uma arqueologia das ciências humanas*: “uma história do Mesmo”. Ou seja, centrado na razão do Mesmo, os discursos do saber constituídos na Modernidade, investiram na produção de conteúdos que legitimaram, ao final, verdades universais antropológicas.

No entanto, investigar a razão que autoriza essa centralidade do Mesmo, mediante o procedimento arqueológico, visa operar melhor um diagnóstico do presente. O presente, em Foucault, é dimensionado pelo continente da ética, sobretudo na possibilidade de um “devir

² *Idem Ibidem*, p. 568; na tradução, p. 44.

do *Mesmo em Outro*”³. Para ele “não há alternativa fora do presente, posto que o que importa é empreender a ontologia histórica de nós mesmos”⁴. Assim, Foucault, em sua trajetória de trabalho filosófico, depois de percorrer a fase epistemológica da arqueologia e a fase genealógica dos dispositivos de poder, chega a sua última fase: a da genealogia do sujeito ético.

Ao instaurar-se no diagnóstico do presente, a dimensão ética foucaultiana pretende operar escapes dos limites firmados pelos discursos dos saberes, principalmente no que se refere aos modos de subjetivação e objetivação que recobrem o sujeito. No fundo, o que se quer é desvencilhar-se dos modos de ser constituídos a partir da invenção do homem enquanto sujeito e objeto para o saber, transgredindo aqueles discursos historicamente estabelecidos do homem que vive, trabalha e fala. Transgredir, afinal, o que se determina pela analítica da finitude do homem, isto é, a fixação da morte, do desejo e da lei como verdades constituintes do sujeito. Portanto, a genealogia do sujeito ético, pela crítica da finitude, possibilita um “estranhamento e afastamento de si (...) fragilizando o solo sobre o qual pensamos e vivemos”⁵. Pelo continente da ética fragiliza-se a configuração do solo epistêmico da Modernidade e, ao cabo, põe-se em questão a relação construída historicamente com os saberes que atravessam a todos.

Nesse acontecimento talvez se note a promoção de nova ruptura no espaço de ordem do saber, ou seja, uma transformação para um novo espaço de referência. Pois é justamente na exterioridade mesma dos atos corporais, que o domínio da ética se compromete com a atividade do próprio sujeito em se autoproduzir como objeto para si mesmo, e não mais para um determinado saber positivo. A dimensão ética promove o exercício de práticas que

³ MUCHAIL, S. T. *Foucault, simplesmente – textos reunidos*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 100.

⁴ GIACÓIA Jr., O. “Filosofia como diagnóstico do presente: Foucault, Nietzsche e a Genealogia da Ética” in MARIGUELA, M. (org.). *Foucault e a destruição das evidências*. Piracicaba: Editora Unimep: 1995, p. 97.

⁵ GIACÓIA Jr., O., *op. cit.*, p. 98.

sinalizam uma abertura: o sujeito, de objeto de um domínio do saber, pode se constituir em outro espaço de referência, dimensionado pelo próprio modo de existência, a partir do qual “o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade no qual se relaciona consigo próprio”⁶. Em suma, no movimento ético, o sujeito produz o seu próprio espaço de referência, no qual se configura, por diversas modalidades, a relação para consigo mesmo e para com os outros, fortalecendo a constituição histórica de si enquanto sujeito da conduta moral, sujeito de seus próprios desejos. Todavia, esse espaço novo de referência aqui sinalizado ficará em aberto; assunto para uma futura pesquisa, cuja investigação pode recair especificamente sobre o espaço contemporâneo do saber.

⁶ FOUCAULT, M. (sob o pseudônimo de Maurice Florence). “Foucault” in HUISMAN, D. *Dicionário dos filósofos*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 390.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FOUCAULT, M. *Les Mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.

_____. *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. 8^a- ed. 2^a- tiragem. (Coleção Tópicos). Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

AUGÉ, M. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento/Michel Foucault*; organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; tradução, Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 – Coleção Ditos e escritos; II.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. *Dits et écrits, 1954-1988*, vol. I, 1954-1969. Édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald, avec la collaboration de Jacques Lagrange. Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Dits et écrits, 1954-1988*, vol. II. Paris: Gallimard, 2005.

_____. *Dits et écrits*, vol. IV, Paris, Gallimard, 1994.

_____. *Histoire de la folie a l'age classique*. Paris: Gallimard, 1972.

_____. *Histoire de la sexualité 2; l'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard, 1984.

_____. *História da loucura: na Idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 8ª. Edição. São Paulo: Perspectiva, 2005 – (Estudos; 61 / dirigida por J. Guinsburg).

_____. *História da sexualidade 2; o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *L'archeologie du savoir*. Paris: Editions Gallimard, 1969.

_____. *Les Mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.

_____. *Microfísica do poder*. 17ª edição - organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

_____. *Naissance de la clinique*. 7ª ed. Paris: Quadrige/PUF, 2000.

_____. *O Nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

_____. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

- HUISMAN, D. *Dicionário dos filósofos*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. 3ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- MARIGUELA, M. (org.) *Foucault e a destruição das evidências*. Piracicaba: UNIMEP, 1995.
- MOTTA, M. B. da. Apresentação. In: *Ditos e escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento/Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- MUCHAIL, S. T. *Foucault, simplesmente – textos reunidos*. São Paulo: Loyola, 2004.
- PORTOCARRERO, V. & BRANCO, G. C. (org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.
- SARGENTINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.